



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

EVANDRO JOSÉ NARDUCI RUIZ

**ENTRE LÁ E CÁ, OS KAINGANG EM MEIO A TERRA E A  
CIDADE:**

A TERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA NO NORTE DO PARANÁ

**TĀN TÁ KAR KỸ TAG KI, KANHGÁG TỸ GA KAR KỸ ĘMÃ  
KUJ KI NỸTĨ:**

ĨNHIJENÃ GA TỸ VĚNHKĀPUGPÓV NORTE DO PARANÁ KI

EVANDRO JOSÉ NARDUCI RUIZ

**ENTRE LÁ E CÁ, OS KAINGANG EM MEIO A TERRA E A  
CIDADE:  
A TERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA NO NORTE DO PARANÁ**

**TĀN TÁ KAR KỸ TAG KI, KANHGÁG TỸ GA KAR KỸ ĒMÃ  
KUJ KI NỸTĨ:**

**ĨNHIJENÃ GA TỸ VĒNKHÃPUGPÓV NORTE DO PARANÁ KI**

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito prévio à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga

Londrina  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Ruiz, Evandro José Narduci .

ENTRE LÁ E CÁ, OS KAINGANG EM MEIO A TERRA E A CIDADE: A TERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA NO NORTE DO PARANÁ / Evandro José Narduci  
Ruiz. - Londrina, 2019.

106 f.: il.

Orientador: Nilson Cesar Fraga.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Povos Indígenas - Tese. 2. Terra - Tese. 3. Kaingang - Tese. 4. Territorialidades - Tese.  
I. Fraga, Nilson Cesar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

EVANDRO JOSÉ NARDUCI RUIZ

**ENTRE LÁ E CÁ, OS KAINGANG EM MEIO A TERRA E A CIDADE:  
A TERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA NO NORTE DO PARANÁ**

**TÃN TÁ KAR KỸ TAG KI, KANHGÁG TỸ GA KAR KỸ ĘMÃ KUJ KI  
NỸTĨ:  
ĨNHIJENÃ GA TỸ VĚNHKÃPUGPÓV NORTE DO PARANÁ KI**

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito prévio à obtenção do título de Mestre em Geografia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho  
Universidade de Brasília – UnB

Londrina, 29 de abril de 2019.

Em memória aos indígenas da etnia Kaingang, que tomaram na terra em defesa de seus costumes, em busca do reconhecimento de seu povo. Daqueles que doaram seu bem mais precioso, perdendo a vida na defesa de outras vidas. Kaingáng vive!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante todo o período do mestrado.

A minha família, meus pais Maria e José e minha irmã Elaine, a quem devo tudo que sou e os exemplos que transmitiram a mim. Muito obrigado pelo amor, carinho e dedicação que sempre tiveram por mim, nunca medindo esforços para amenizar a saudade que a distância provocou. Ainda que tenha me desprendido fisicamente dos vossos olhares, nossos corações e pensamentos continuaram ligados por todo o sempre.

Ao meu parceiro de todas as horas, Rodrigo, pelo apoio e compreensão nos momentos finais de escrita da dissertação e por toda ajuda na confecção gráfica das imagens de abertura e mapas.

Aos meus amigos, Wagner e Jeferson, que deixaram Londrina em busca de concretizar planos em suas vidas. Obrigado por retornarem a Maringá e mesmo com as distancias que existiram, nossos laços de amizade sempre permaneceram intactos.

À amiga Léia, estudante do curso de Geografia, companheira de explicações sobre assuntos relacionado aos Kaingang. Obrigado por todo carinho e empenho para que esta dissertação saísse do papel. E a companheira indígena Eleonice, que frequentava o ciclo. Nossas conversas sempre eram acompanhadas de gargalhadas. Obrigado por todo ensinamento.

À companheira Damaris, que proporcionou momentos maravilhosos no Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag, e por proporcionar crescimento profissional, atuando como professor de Geografia. Lembrarei eternamente das primeiras turmas que marcaram minha caminhada.

Ao Tiago de Almeida, futuro estudante de Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Obrigado por toda ajuda e paciência de apresentar outros indígenas. Desejo que sua carreira seja incrível, e que defenda os Kaingang por onde passar.

À Marilene, pedagoga do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag, por todo carinho e ensinamentos proporcionados nas conversas que tivemos.

Aos funcionários do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag e do Colégio Estadual Indígena João Kavagtan, ambos na sede da terra indígena Apucarantina. Minha eterna gratidão pelos momentos vividos em meio aos Kaingang. Foram dias intensos e prazerosos.

Ainda que não pertença a uma das metades exogâmicas Kaingáng, Kamé e Kairu, o coração, ah o coração, sempre terá os dois 'risquinhos' e as três 'bolinhas'. Gratidão povo Kaingang.

Ao Professor Dr. Nilson Cesar Fraga, orientador mais querido e imponente que poderia existir. Muito obrigado pela confiança depositada, pelas conversas e orientações que me amparavam e davam conforto diante do incessante cansaço físico. Tu és extremamente humano e compreensível. Serei eternamente grato por ter me proporcionado construir esta dissertação.

À Prof. Dr<sup>a</sup> Margarida de Cássia Campos, por todo ensinamento emanado, na disciplina de estágio, no curso de licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Agradeço por todo ensinamento que proporcionam a cada dia meu crescimento na frente de uma sala de aula. Agradeço pelos apontamentos na qualificação do mestrado, foram de fundamental importância o olhar que dedicou.

Ao Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral, por ter proporcionado encontros e momentos únicos com os Kaingang, dentro da Universidade Estadual de Londrina e fora dela. Obrigado por todos os apontamentos em relação ao universo indígena. Procurei acatar a maioria dos ensinamentos que proporcionou, ainda mais pelo amplo conhecimento da temática que possui.

À Naibi, pela amizade e pelo auxílio na elaboração dos mapas da dissertação. Obrigado por toda paciência e ensinamento.

Ao Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflitos (GEOTMAC) da Universidade Estadual de Londrina, por todos os debates que acrescentaram na elaboração da dissertação. E todos os amigos e companheiros, pela amizade proporcionada.

À Universidade Estadual de Londrina e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), pelo suporte proporcionado no decorrer da pesquisa, e por contribuir na formação acadêmica, levando o belo nome da instituição em meu currículo.

À funcionária Edna, do Departamento de Geociências (DGEO) da Universidade Estadual de Londrina, pela atenção e pelas incontáveis vezes que pedi a chave do laboratório.

Aos indígenas que participaram das entrevistas. Agradeço do fundo da alma, por toda paciência e vontade de ajudar na realização da pesquisa. Levarei a imagem e os momentos que passamos eternamente nos meus pensamentos. Que vocês conservem por todo o sempre, essa alegria que possuem.

Ao Centro de Memória e Cultura Kaingang (CMCK) por toda ajuda oferecida, e pelos momentos de amplo conhecimento a respeito do universo indígena. Gratidão pessoal!

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida que proporcionou deslocamento a Terra Indígena Apucarantina.

Enfim, a todos que de forma direta ou indireta auxiliaram na concretização deste trabalho. O meu agradecimento!

“A diversidade das culturas humanas está atrás de nós, à nossa volta e à nossa frente. A única exigência que podemos fazer a seu respeito é que cada cultura contribua para a generosidade das outras”

Claude Lévi-Strauss

RUIZ, Evandro José Narduci. **Entre lá e cá, os Kaingang em meio a terra e a cidade**: a territorialização indígena no norte do Paraná. 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

## RESUMO

A pesquisa que se estrutura é que existe uma essência específica dos povos indígenas para com a terra, desta maneira, faz-se necessário analisar o processo de formação territorial e socioespacial dos acampamentos da etnia Kaingang na Mesorregião Geográfica Norte Central. Diante do exposto, o presente trabalho promove uma análise territorial do aldeamento indígena Apucarantina, situado no município de Tamarana, PR e do acampamento Vãre, localizado na cidade de Londrina, PR. Para efetivação da análise proposta, caracterizamos o processo de formação socioespacial indígena na região Norte do Estado do Paraná, bem como a efetivação de políticas indigenistas pelo poder público londrinense quanto ao funcionamento e manutenção para com os acampamentos Kaingang, explicando assim o processo de territorialização que este povo originário produz em seu movimento por entre territórios. A pesquisa objetiva evidenciar a presença da etnia Kaingang frente as territorialidades de exclusão por parte da sociedade envolvente. As teorias abordadas são correlacionadas as falas transcritas, em um universo de análise que contempla 12 entrevistas, com Kaingang que habitam a Terra Indígena Apucarantina no município de Tamarana, bem como no Vãre- Centro Cultural Kaingang, e Chácara São Miguel, ambos localizados na cidade de Londrina.

**Palavras-chave:** Povos indígenas. Terra. Socioespacial. Kaingang. Territorialidades.

RUIZ, Evandro José Narduci. **Between and there, the Kaingang in the middle earth and the city:** the indigenous territorialization in the north of the Parana. 2019. 106 p. Dissertation (Master's Degree in Geography) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

### **ABSTRACT**

The research that is structured is that there is a specific essence of the indigenous peoples towards the land, in this way, it is necessary to analyze the process of territorial and sociospatial formation of the camps of the Kaingang ethnic group in the North Central Geographic Meso-region. In view of the above, the present work promotes a territorial analysis of the Apucarantina indigenous settlement, located in the municipality of Tamarana, PR and Vãre camp, located in the city of Londrina, PR. In order to carry out the proposed analysis, we characterize the process of indigenous socio-spatial formation in the Northern region of the State of Paraná, as well as the implementation of indigenist policies by the public authorities in relation to the operation and maintenance of the Kaingang encampments, thus explaining the territorialization process that this original people produces in their movement between territories. The research aims to highlight the presence of the Kaingang ethnic group in the territoriality of exclusion by the surrounding society. The theories discussed are correlated the lines transcribed, in a universe of analysis that includes 12 interviews with Kaingang who inhabit the Indigenous Apucarantina in the municipality of Tamarana and in Vãre- Cultural Center Kaingang, and Finca San Miguel, both located in the city of Londrina.

**Keywords:** Territoriality. Kaingang. North. Londrina. Culture.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Visão geográfica da UHE Mauá e das comunidades atendidas pelo Projeto Básico Ambiental –Componente Indígena ( PBA-CI) .....	26
Figura 02	Localização das possíveis implantações de UHEs no percurso do rio Tibagi .....	28
Figura 03	Projeção de alteração no território da T. I. Apucarantina e sua biota, se efetivado a inundação do reservatório .....	29
Figura 04	Localização das possíveis implantações de UHEs no percurso do rio Tibagi .....	32
Figura 05	Armadilha de pesca (Pãri), construída na 4ª Festa do Pãri – T. I. Apucarantina .....	34
Figura 06	Concepções cosmológicas Kaingang .....	36
Figura 07	Mapa da Região Norte do Paraná conforme colonização das frentes pioneiras.....	49
Figura 08	Mapa de localização do município de Londrina: Divisão Administrativa .....	55
Figura 09	Mapa de localização da T. I. Apucarantina em Tamarana e Vãre em Londrina.....	57
Figura 10	Mapa da província do Guairá, com as prováveis vilas Espanholas do final do século XVI e reduções jesuíticas do início do século XVII60	
Figura 11	Presença Indígena no Estado do Paraná .....	74
Figura 12	Entrada do Vãre - Centro Cultural Kaingang, na Avenida X de Dezembro/Londrina.....	76
Figura 13	Mapa de localização do Vãre- Centro Cultural Kaingang .....	77
Figura 14	Vãre- Centro Cultural Kaingang .....	78
Figura 15	Barracão construído pela Prefeitura de Londrina, Chácara São Miguel .....	80
Figura 16	Mapeamento do processo de desterritorialização da Terra Indígena Apucarantina .....	85
Figura 17	Mapa de localização da Terra Indígena Apucarantina .....	88

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Projeto de construção da UHE São Jerônimo .....	30
Quadro 02	Caracterização das Terras Indígenas localizadas nas mesorregiões Norte Pioneiro e Norte Central do estado do Paraná.....	72

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATL	Acampamento Terra Livre
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
CECS	Consórcio Energético Cruzeiro do Sul
CEIBR	Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag
CF	Constituição Federal
CLTEMGA	Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas
CMCK	Centro de Memória e Cultura Kaingang
CMNP	Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná
CMTU	Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELSA	Empresa Elétrica de Londrina S.A.
EBCT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FCPI	Fundação Paranaense de Colonização e Imigração
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
HÁ	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
KM	Quilômetro
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPF	Ministério Público Federal
MW	Megawatt
NRE	Núcleo Regional de Educação de Londrina
PBA	Projeto Básico Ambiental

PBA-CI	Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PML	Prefeitura Municipal de Londrina
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPA	Plano Plurianual
PR	Paraná
PSSAC	Programa de Sustentabilidade Socioambiental e Cultural
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAF	Sistema Agroflorestal
SC	Santa Catarina
SEED-PR	Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena
SIASI	Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena
SPI	Serviço de proteção ao Índio
SPILTN	Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TDR	Territorialização- (Des)territorialização-(Re)territorialização
T. I.	Terra Indígena
UHE	Usina Hidrelétrica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VÃARE	Centro Cultural Kaingang

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>I TERRA E TERRITÓRIO</b> .....	19
1.1. Antropogeografia .....	20
1.2. Meio ambiente e Identidade cultural.....	24
1.3. Territorialidade, (Des)territorialidade, (Re)territorialidade nos contextos Econômico, Político-Jurídico, Cultural e Ambiental .....	40
<b>II O MUNDO INDÍGENA NO NORTE DO PARANÁ</b> .....	46
2.1. Formação socioespacial do Norte Paranaense e as Terras Indígenas.....	47
2.2. A Geo-historicidade de terras primitivas na mesorregião Paranaense Norte Central.....	59
2.3. Políticas Indigenistas no Norte do Paraná.....	67
<b>III APUCARANINHA E VÃRE</b> .....	83
3.1. O olhar territorial deles .....	84
3.2. Entre lá e cá: os Kaingang entre a terra e a cidade .....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	97
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	100

## INTRODUÇÃO

Na geografia, as tentativas de contextualização do território se fazem a partir de diversas direções epistemológicas e suas categorias de análises para compreensão das relações do homem e o meio em que está inserido. A formulação de um problema para se desvendar e procurar dar significado a caracterização geográfica, nos proporcionou elucidar a respeito de uma etnia indígena. Desconhecidos para nós, aglomerados nas proximidades de um curso d'água, aparentemente felizes, no entanto, desconfiados, estas foram as nossas primeiras análises em relação a um agrupamento humano no meio da malha urbana da cidade de Londrina.

Recém-chegado na cidade, era praticamente um turista, que buscava na nova cidade motivos para caminhar na compreensão da ciência geográfica, e se apropriar de algo inusitado. Após os olhares iniciais, buscamos consultar fontes bibliográficas a respeito do evento que nos roubou a atenção. Foi por meio de um artigo publicado no ano de 1998, pela professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, e doutora em Antropologia Social, Kimiye Tommasino, que conhecemos a origem daquele povo. Com o título: Os novos acampamentos (wãre) Kaingang na cidade de Londrina: mudança e persistência numa sociedade Jê, mergulhamos em busca do conhecimento e da vivência a partir dos aspectos culturais dos Kaingang. Não seria fácil. As críticas logo apareceriam. E sabíamos que sim, mas estávamos maravilhados com a presença de indígenas por entre as curvas da segunda maior cidade do Estado do Paraná, e algo a mais fazia-nos refém.

Mal sabíamos que os laços com os Kaingang da Terra Indígena Apucarantina iriam se expandir. Durante os primeiros meses no mestrado em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, buscamos conhecer os sujeitos efetivos do tema escolhido. Nossas primeiras conversas acerca do universo indígena e dos temas transversais que estes nos proporcionam a compreender, aconteceu no Ciclo Intercultural, que visa promover o acompanhamento de indígenas universitários, aprovados no vestibular indígena do Paraná, que optaram por realizar um curso de graduação na Universidade Estadual de Londrina (UEL), e contribui com propostas interdisciplinares, bem como eventos em diversos departamentos e centros estudantis da universidade, para assegurar o convívio acadêmico e futuro rendimento dos estudantes indígenas no curso de graduação que optaram ao final de um ano no ciclo.

Com o apoio do professor Doutor Wagner Roberto do Amaral, membro da Comissão Universidade para os Índios (CUIA) da UEL e da CUIA do Paraná, conhecemos a estudante indígena Léia da Silva. Neste dia, acontecia no ciclo, aula de matemática no período noturno,

com a presença de indígenas de etnia Kaingang e Guarani. Ambos se apresentaram, mencionando de qual terra indígena vinham, e o curso de graduação pretendido para os próximos anos. Fiz uma breve apresentação a respeito de quem sou, e o que fazia por ali. Ao abordar sobre o foco da pesquisa de mestrado, e mencionar que pretendia compreender a dinâmica de deslocamento da Terra Indígena Apucarantina, localizada em Tamarana, e do acampamento temporário Vãre, na cidade de Londrina, a futura companheira de curso, abriu um sorriso, e segundos após, preferiu se isolar. Léia optaria por fazer o curso de Geografia, e assim o concretizou.

Os meses que se seguiram, foram de extrema importância para o desenrolar dos objetivos de pesquisa. Conhecemos nomes importantes da terra indígena, das lutas por reconhecimento e obtenção dos direitos que a Constituição Federal os assegura. A partir destes encontros, entre lá e cá, foi nos apresentado Damaris Felisbino, indígena Kaingang formada em Letras pela Universidade Estadual de Londrina, e vice-diretora do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag, localizado na sede da T. I. Apucarantina. A amizade que se desenvolvia, e a necessidade de professor para ministrar aulas de Geografia na escola, fizeram com que desenrolasse um convívio no universo Kaingang. Meses depois, desempenhávamos a função de professor dos 7º anos do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, no C.E.I. Benedito Rokag, por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS), da Secretaria de Educação do Paraná.

Entre ônibus, Combi, estrada de terra, poeira, lama, chuva e dias de frio, realizávamos o deslocamento as 6:30 horas da manhã, em busca de ensinar geografia e aprender com os Kaingang tudo que a mente tinha de curiosidade. Retornávamos para Londrina após o fim das aulas de cada dia, chegando por vezes próximo as 21 horas. Após vivenciar a Terra Indígena Apucarantina nas horas do dia, o cansaço físico e mental se apoderava do corpo, e dificilmente conseguíamos realizar a função de pesquisador, ora vista que o trabalho sugava e demandava grande energia. Por entre um horário de aula vago e outro, um café na porta da escola, e uma folga do trabalho, realizamos os trabalhos de campo, buscando compreender os fatos que nos apoderávamos com as leituras constantes.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é estruturada por três pilares básicos e interdependentes: levantamento e revisão bibliográfico -livros, análise de artigos, teses e dissertações, sobre assuntos que nortearam as perspectivas teórico-metodológicas, levantamento estatístico-documental para obtenção de dados e informações de ordem secundária sobre o território Kaingang na região Norte do estado do Paraná, em plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), companhias colonizadoras de terras que estavam presente no estado, bem como, órgãos indigenistas ligados a temática abordada

na pesquisa e trabalhos de campo, com aplicação de perguntas determinando assim a execução de entrevistas e conversas com indígenas, e posteriormente, análise dos discursos, afim de afirmar e efetivar as histórias orais nas territorialidades que a pesquisa contempla.

O universo de análise da dissertação, contempla 12 entrevistas, com Kaingang que habitam a Terra Indígena Apucarantina, localizada no município de Tamarana, distante 80 km de distância da cidade de Londrina, bem como no Vãre- Centro Cultural Kaingang e Chácara São Miguel, ambos localizados na zona urbana de Londrina. Entretanto, optamos por uma sucinta descrição os donos de cada fala presente neste trabalho, uma vez que não obtivemos liberação do comitê de ética devido ao prazo de liberação e o prazo que tínhamos para defender a pesquisa. Para entrelaçar as falas dos Kaingang as teorias apresentadas no decorrer dos três capítulos, utilizamos uma ordem numérica, que consiste na ordem das entrevistas obtidas em campo, desta forma, ao final de cada fala, apresentamos a seguinte expressão: (Entrevista Kaingang, e o nº que definimos o indígena no âmbito da pesquisa.

A respeito do território originário, no qual nos empenhamos a compreender, o mesmo é subdividido em quatro aldeias, sendo elas: SEDE, que desempenha o papel de centro administrativo e político da terra indígena, criado na década de 1940, motivada por reduções de territórios da etnia Kaingang no estado; BARREIRO, criado entre as décadas de 1950 e 1960, também por iniciativa do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), sendo considerada uma espécie de extensão política da aldeia sede; SERRINHA, criada pelo movimento de retomada das terras pelos Kaingang em julho de 2010, e a recém constituída ÁGUA BRANCA, localizada próxima ao antigo aldeamento Toldo Velho, resultante de conflitos e desentendimentos políticos alicerçados tanto em fatores externos quanto internos, no ano de 2011.

Assim, para compreender a dinâmica do agrupamento indígena que evidenciamos, optou-se por abordar o conceito geográfico – território, concebido por meio de uma perspectiva integradora das dimensões sociais – a sociedade e a natureza. Deste modo, compreender esta conjuntura histórica vivenciada pelo grupo torna-se imprescindível para definição da identidade territorial da comunidade, haja vista que o território é sempre uma construção social, marcada pela historicidade.

Ao abordarmos a respeito da formação socioespacial paranaense motivada pela expansão de povoados dos proprietários de café, advindos principalmente de São Paulo, nos deparamos com a imagem de colonizadores, bem como, as três frentes pioneiras que diante da história, é conhecida como desbravadores de terras não habitadas, e que proporcionaram o surgimento das cidades e tomassem as proporções que conhecemos nos dias atuais. Entretanto, é necessário desconstruir a versão contada pelo lado colonizador, e definir

critérios a respeito da vivência indígena em território paranaense, no qual se encontravam presentes, muito tempo antes da chegada dos então conhecidos donos de terras.

A dissertação que se estrutura, é que existe uma essência específica dos povos originários para com a terra, desta maneira, faz-se necessário analisar o processo de formação territorial e socioespacial dos acampamentos da etnia Kaingang na Mesorregião geográfica Norte Central Paranaense, da inserção e deslocamento nestes territórios. Fundamentamos o estudo pela abordagem de território e de territorialidade humana no viés materialista, pautada na dimensão geopolítica, na qual vinculasse diretamente à atuação do Estado-Nação e à soberania, combinando área-fronteira/limites, com movimento a partir de relações econômicas, políticas e culturais.

O objetivo geral do presente trabalho é o de promover uma análise territorial do aldeamento indígena Apucarantina, situado em Tamarana, PR e do acampamento Vãre, localizado em Londrina, PR, e (des)territorialização dos Kaingang nesta região, em contraposição pretérita de migração cultural deste grupo humano.

Especificamente buscamos: caracterizar o processo de formação socioespacial indígena na região norte do estado do Paraná, averiguar a presença indígena em Londrina, desde o processo de ocupação oficial até o presente, mediante mapeamento das possíveis territorialidades existentes nesta área. Verificar o poder público londrinense quanto ao funcionamento e manutenção para com os acampamentos Kaingang. Explicar o processo de territorialização, (des)territorialização promovendo ampla visibilidade a etnia Kaingang frente as territorialidades de exclusão por parte da sociedade envolvente, e relacionar a identidade cultural dos Kaingang acampados na área urbana de Londrina, frente ao seu processo de movimento sobre o território.

Definimos para o estudo dois pontos principais para futuro mapeamento: o aldeamento indígena Apucarantina, localizado na confluência dos rios Apucarana e Apucarantina com o rio Tibagi, cursos hídricos presente na bacia hidrográfica que recebe o nome deste rio e o Centro Cultural Kaingang (VÃRE), localizado na área urbana do município de Londrina, mais precisamente no entorno do ribeirão do Cambé ou Cambézinho.

A delimitação original da Terra Indígena Apucarantina foi realizada pelo governo do Paraná no ano de 1900, posteriormente, presenciando uma drástica redução de suas terras, remetendo a análise do processo de esbulho e apropriação de terras da mesma, resultaram na diminuição dos limites territoriais do Apucarantina.

O VÃRE é um acampamento temporário, segue a lógica cultural Kaingang - Wãre - locais fora do limite territorial da terra indígena, se estabelecendo em florestas e na proximidade de rios para se abrigarem nos meses em que caçavam e/ou pescavam. A

prefeitura de Londrina, por meio da Coordenação da Secretária Municipal de Assistência Social, integrada com as secretárias da Saúde, Educação, Cultura, Meio Ambiente e Agricultura, desenvolveram desde o ano de 1993 um programa de atendimento aos indígenas da etnia Kaingang, concretizando a implantação do espaço físico para funcionamento do centro cultural no ano de 1999.

O título delimitado para a dissertação - Entre lá e cá, os Kaingang em meio a terra e a cidade: a territorialização Indígena no Norte do Paraná, traduzido para o dialeto kaingáng do Paraná, fica da seguinte forma: "TĀN TÁ KAR KỸ TAG KI, KANHGÁG TỸ GA KAR KỸ ĘMĀ KUJ KI NỸTĪ: Īnhijenā ga tỹ vēnhkāpugpóv Norte do Paraná ki". A tradução foi realizada por Damaris Felisbino (especialista em linguagem Kaingáng), configurando como uma forma de dar significado real a pesquisa desenvolvida. Apropriando-se dos aspectos culturais, ampliando laços de amizade e respeito pelos guerreiros que são, e por encontrar na dissertação de Eduardo Tardeli de Jesus Andrade (2015) sobre os Kaingang da T. I. Apucarantina, uma curiosidade impar a respeito da tradução do título para o dialeto Kaingáng.

Do ponto de vista da estruturação do trabalho, no capítulo I analisaremos os conceitos de terra e território frente a ciência geográfica, elencando com a antropogeografia de Ratzel, importante expoente da caracterização de território- conceito chave, constantemente debatido na ciência geográfica. Posteriormente, caracterizamos o mundo indígena no Norte do estado do Paraná, concentrando nossa atenção a Mesorregião Norte Central Paranaense, no qual Londrina e Tamarana estão inseridas geograficamente. A abordagem da Formação Econômica e Social de Milton Santos, para contextualizar a respeito da região e as terras indígenas que a compõem. Não obstante ao foco da dissertação, contemplar características e significados das reduções jesuíticas a aldeamentos, ajustando a atual configuração como Terra Indígena, nos proporcionou a concretização de aspectos importantes na compreensão das políticas indigenistas no Norte paranaense, e motivados a desconstruir a imagem colonizadora que paira sobre o território do Paraná e da abordagem indígena quando focada.

O terceiro capítulo foi desenvolvido a partir de levantamentos bibliográficos e realizados em trabalhos de campo, por meio de entrevistas na Terra Indígena Apucarantina, no Vãre- Centro Cultural Kaingang e na Chácara São Miguel, ambos em Londrina. Diante da necessidade de compreensões a respeito da ligação dos indígenas com a terra, e seus constantes deslocamentos no território, igualmente as formas de territorialidades indígenas que configuram atualmente a cidade de Londrina, anteriormente delimitados com os objetivos para a pesquisa, na intenção de análise e conhecimento de costumes na preservação da cultura Kaingang.

# I. TERRA E TERRITÓRIO

I. Ga mré Ga tỹ vėnhkápóv



1.1

Foto: Evandro Ruiz. Semana do Pãri, Abril, 2018.

### 1.1 Antropogeografia

No capítulo I, intitulado Terra e Território, ou Ga mré Ga t̃y ṽēnhk̃ápóv, conforme dialeto Kaingáng, etnia indígena que habita o estado do Paraná, elencaremos a antropogeografia de Ratzel, expoente na caracterização de território- conceito chave, constantemente debatido na ciência geográfica e na busca de conceituar os elementos da territorialização Kaingang no Norte Paranaense.

Friedrich Ratzel, foi um geógrafo alemão considerado o fundador do determinismo<sup>1</sup>, e por consequência, estudos sobre as ciências sociais e econômicas, afirmariam a atual Geografia Humana. Moraes (1990), ao estudar as obras do expoente geógrafo, afirma que o mesmo dividia a ciência geográfica da seguinte forma: geografia física, biogeografia e a antropogeografia, que dedicaria ao estudo do homem e o seu habitat, bem como as ações antrópicas, principal foco de Ratzel.

Baseado nesta última divisão, Moraes (1990, p. 9, grifo nosso), menciona:

O objeto da antropogeografia, na definição de Ratzel, também apresentaria uma trílice repartição. [...] de acordo com Ratzel, a diversidade das condições ambientais explicaria, em grande parte, a diversidade dos povos, pois o substrato da humanidade seria a Terra, onde as sociedades se desenvolveriam em íntimo relacionamento com os elementos naturais. O estudo da ação de tais elementos sobre a evolução das sociedades seria o objeto primordial da pesquisa antropogeográfica. O estudo da distribuição das sociedades humanas sobre o globo constituiria o segundo campo de interesse dessa pesquisa. À localização atual dos grupos dever-se-ia adicionar a investigação de sua mobilidade passada, buscando levantar suas áreas originárias e seus itinerários. [...] O terceiro tema de interesse da antropogeografia seria o estudo da formação dos territórios.

Repartição essa que contempla os aspectos indígenas em sua totalidade, nas esferas da ciência geográfica, ainda que a concretização desta se configure como recente em relação ao tempo cronológico das demais ciências, por meio das caracterizações impostas a antropogeografia, que se caracterizava por uma base empírica, ou seja, apoiava seus fundamentos e conclusões na observação e na indução dos fatos na prática, e não na teoria. As opiniões de pesquisadores na academia se dividem. Há quem defenda a favor do determinismo e contrário ao ideal possibilista, e vice-versa. Apoiaremos nossa fundamentação teórica na linha de pensamento da antropogeografia, entretanto, como destacamos com o grifo na citação, a visão do referido autor não se aplica ao trabalhar com os indígenas, uma

---

<sup>1</sup> De acordo com (MORAES, 1990), Ratzel abordava que o homem era elemento passivo, uma vez que, o ambiente determinava suas ações. A pesquisa não tem por objetivo uma abordagem epistemológica, desta forma, apresentamos de forma concisa este ponto, deixando o debate para trabalho de outros pesquisadores.

vez que, apresenta-se como uma teoria de eugenia<sup>2</sup>, criando uma seleção entre a espécie humana, desqualificando os sujeitos analisados na pesquisa, o que constituiria como um paradoxo.

Tais teorias de separação e limpeza étnica, buscando principalmente, exterminar afrodescendentes, tem sua efetivação com a bula papal, conhecida como Dum Diversas, emitida pelo Papa Nicolau V e dirigida ao rei Afonso V de Portugal, no dia 18 de junho de 1452. A bula papal fazia a seguinte referência:

Nós damos portanto a vossa excelência, o Rei de Portugal e Espanha pelo presente documento, com vossa autoridade apostólica, total e livre permissão para invadir, caçar, capturar, e subjugar (...) pagãos ou qualquer outro não crente e inimigo de cristo seja quem for, assim como os seus reinos, condados, ducados, principados e outras propriedade, afim de reduzi-los a servidão perpétua (AD. JUNIOR, 2017).

Observa-se que, ainda que a bula papal se restringia ao extermínio de raças impuras, no qual, eram classificados os infiéis que apareceriam no caminho do rei Afonso V de Portugal, na busca por novos territórios, e que muito se assemelha aos objetivos intrínsecos das conhecidas reduções jesuíticas (abordaremos a respeito no próximo capítulo), em que os grupos originários foram submetidos no território brasileiro. O documento, entretanto, sofreu diversas reformulações, dando base e poderio ao racismo estrutural, que permeia a sociedade até os dias de hoje.

Ainda que a divisão proposta por Ratzel contenha semelhanças aos aspectos acima mencionado, optamos por direcionar a pesquisa por meio da antropogeografia, com o intuito de evidenciar a constituição e formação dos territórios em que os indígenas habitaram e atualmente resistem. É na relação homem-natureza, de acordo com Ratzel, que estão os fatores para explicação do determinismo, e através de suas necessidades no ambiente que se encontra, tornaria uma relação mais íntima com a natureza. Consequentemente, quanto maior o vínculo com o solo, maior seria para uma determinada sociedade, a necessidade de manter sua posse. É por esta razão que a sociedade cria o Estado, nas palavras de Ratzel: “quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado”, como explica Moraes (2007, p. 19).

Durante o progresso em determinado território, alternativas e intenções de conquistas de novos espaços aconteceram no decorrer da História, dessa forma, Ratzel elaborou o conceito de ‘Espaço Vital’, ou seja, indispensável para a existência de determinada espécie.

---

<sup>2</sup> Termo criado por Francis Galton no ano de 1883, definiu como o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, seja física ou mentalmente. A ciência eugênica visava na época, o branqueamento e extinção das raças ‘não puras’.

Conforme menciona Moraes (2007, p. 23):

[...] constrói dois conceitos fundamentais: o de território e o de espaço vital. O território seria, em sua definição, uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano [concepção da zoologia e botânica]. Dessa forma, o território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade. [...] O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e seus recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade.

Trazendo para a realidade proposta na pesquisa, as diversas etnias indígenas representavam e continuam representando nos dias atuais, essa proporção de equilíbrio no espaço, conforme o conceito mencionado. Utilizar os recursos disponíveis na natureza para suprir suas necessidades por meio da sustentabilidade, sempre foi um preceito dos povos indígenas, garantindo a permanência em determinado espaço geográfico e definindo vossos territórios diante das necessidades do grupo, como podemos observar em Tommasino (1995), quando a autora explica sobre os territórios comuns, e a delimitação de territorialidades particulares, através dos pinheiros das florestas, que os Kaingang passavam ou permaneciam por períodos conforme suas necessidades, definido como *Vãsy*<sup>3</sup>, e na sua oposição, compreendido como *Urr*<sup>4</sup>.

Diante da divisão interna proposta pelos Kaingang em relação ao tempo, aplica-se uma segunda questão, referente à circulação e distribuição das sociedades humanas, abordado por Ratzel nos estudos da antropogeografia, explicado por Moraes (1990, p.22):

Para ele, a localização dos grupos humanos estaria relacionada à mobilidade de seu passado, assim sendo, os estudos antropogeográficos deveriam se interessar em levantar dados sobre as áreas de origem de cada povo e os seus itinerários. Esse procedimento de pesquisa deveria fornecer elementos para se entender os condicionantes pretéritos, os quais migrariam com os povos.

Compreender o deslocamento desse grupo no território paranaense, mais especificamente o processo de centralização sofrido pelas ações da sociedade envolvente desde a época das reduções jesuíticas, anteriormente comentado, é visível em mapas que delimitam as disposições das terras indígenas no estado. Um enquadramento dessas na

---

<sup>3</sup> De acordo com a cosmologia Kaingang, *Vãsy* diz respeito ao tempo antigo, tempo passado, o que se viveu.

<sup>4</sup> Definição Kaingang para o período atual, o tempo presente.

região central do estado, diferentemente da localização desse grupo, que viviam em regiões de florestas da porção leste, onde atualmente encontra-se a capital do estado.

A contraposição de Ratzel quanto a classificação da humanidade em unidade, no qual todos seriam iguais, diferenciando-se apenas em processo histórico, apresenta em Moraes (1990), que o autor não defendia a ideia de ‘povos sem cultura’ e a tese de ‘regressão cultural’ de sociedades específicas. Não diferente dos enfrentamentos atual, o confronto ideário de ruralistas com a sociedade indígena nas suas inúmeras etnias, permanece com uma ideologia de extermínio e apropriação ilegal de suas terras, em diferentes níveis de reconhecimento dessa. Contradizendo a lógica em que os ruralistas sem colocam (e possivelmente Ratzel defenderia), é necessário reafirmar que mais do que resistido as inúmeras invasões, as populações indígenas têm enfrentado à espoliação de seus territórios, praticado pela sociedade envolvente e capitalista, exemplificado por Martins (1986, p. 28), “mas justamente essa lógica perversa do capital atenua o impacto da mercadoria e do mercado nos grupos tribais, aos mesmo tempo que os obriga a recriarem suas condições de subsistência segundo suas próprias tradições, ainda que adaptadas”.

Para Moraes (1990, p.21), o condicionamento natural é

[...] concebido através de causas econômicas e sociais. Assim, a posição geográfica ou a configuração do relevo atuam sobre a história dos povos, por exemplo, através das condições de segurança que propiciam, a qual seria fundamental em certos estágios de civilização para sedimentar o patrimônio cultural adquirido.

Utilizando o recorte espacial da mesorregião Norte Paranaense abordado anteriormente, encontramos em Tommasino (1995, p. 111) a seguinte definição: “[...] os Kaingáng viviam em todas as florestas da região serrana da bacia do Tibagi, nos territórios situados às margens dos rios”, utilizavam as regiões de planalto para realizar práticas de agricultura e caça a alimentos (animal e vegetal), uma vez que os Kaingang são particularmente caçadores-coletores.

A terceira questão de interesse da Antropogeografia proposta por Ratzel, constitui no estudo da formação dos territórios, dando origem as discussões sobre os elementos políticos na relação homem e natureza, na ciência geográfica. A respeito desse ponto, abordaremos ao final do presente capítulo, explanando a origem do conceito de território e as territorialidades da etnia Kaingang no Norte Paranaense, analisados sob viés econômico, político-jurídico, cultural e ambiental.

## *1.2 Meio Ambiente e Identidade Cultural*

A preocupação com os problemas ambientais vem se intensificando a cada ano, pois é necessária uma mudança comportamental urgente para não agravar ainda mais a degradação do meio ambiente. Discursos como este acompanham os seres humanos que se preocupam com o funcionamento do planeta, e para elaboração de propostas, bem como alternativas de melhoria na relação homem-natureza, se desenvolve, conferências e eventos, na proposição de enumera-las em documentos. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no ano de 1992, no estado do Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Era necessário conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos naturais, sem maiores alterações para os futuros anos.

Conhecida também como ECO-92 ou RIO-92, o evento em questão, realizado duas décadas após sua primeira conferência em Estocolmo (1972), elaborou documentos importantes que continuam sendo referência para as discussões ambientais da atualidade. Ficou acordado, que os países em desenvolvimento, que estavam participando da conferência, representado por seus delegados, almejavam para seus referidos países, práticas de sustentabilidade, envolvendo os solos, cursos hídricos e atmosfera, na obtenção de diminuição dos problemas enfrentados.

O desenvolvimento sustentável, de acordo com Diegues (1989, p.38), “parte do princípio de que o uso dos recursos ambientais deve respeitar a manutenção dos processos vitais dos ecossistemas, em benefício das gerações atuais e futuras”, concomitantemente, deve-se dar suporte nas dimensões ecológica, econômica, e tecnologias para desenvolvimento sustentável, agregando as dimensões cultural e política. Diante de tais pontos a serem apropriados, para que ocorra a preservação ambiental, reconhecemos os valores da presença indígena no meio natural, detentora de profundo conhecimento a respeito dos ciclos de uso e manejo dos recursos naturais presente em seus territórios. Conhecimentos transferidos por meio da oralidade de geração para geração, defendendo associações, feita pela sociedade envolvente, como por exemplo, guardiões do meio ambiente.

A respeito dessa fortaleza natural, conhecida e preservada, as Terras Indígenas de diferentes etnias, constantemente, tornam-se alvo dos mais diversos interesses da sociedade envolvente. A busca incessante de produzir energia, é uma delas, no qual leva a um confronto incalculável, seja na destruição do ecossistema, aniquilamento de práticas e vivência de determinado grupo, bem como nas ideologias impostas por de trás dos documentos, no qual

é necessário reconhecer que o lado mais 'frágil', passa a ser constantemente encurralados para que o megaprojeto que se idealiza, saía do papel.

Em consonância ao ponto abordado neste subtítulo, trilharemos a discussão a respeito de duas grandes obras (uma finalizada e outra arquivada) de matriz energética, no qual utilizam recurso hídrico para geração de energia elétrica, e encontram-se localizadas no entorno da Terra Indígena Apucarantina, que consiste como um dos focos deste trabalho.

A obra finalizada e que se encontra em funcionamento, resulta da negociação produzida pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e pela Eletrosul Centrais Elétricas s/a, estatais reconhecidas na produção do setor elétrico, no qual, a primeira detém uma participação majoritária (51% de participação) e a seguinte, abrange 49% restantes na participação. Juntas, essas empresas adquiriram por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, a concessão da UHE Mauá, empreendimento que viria a ser construído ao findar do ano de 2006 para os anos seguintes.

Para prosseguimento na construção da UHE, seguindo as leis ambientais de impacto positivos e negativos da obra sob o meio físico, biótico e antrópico, o Projeto Básico Ambiental (PBA), adotando as normas e resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), realizou estudos para detalhar os impactos e ações mitigadoras na região.

De acordo com a publicação:

O PBA da UHE Mauá é composto por 21 programas ambientais e 13 subprogramas, cujo desenvolvimento permitirá ao empreendedor prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos a serem causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Mauá, bem como potencializar e otimizar os impactos positivos (PBA,2009, p.2).

Como resultado do processo de licenciamento, o empreendimento Mauá resultou em investimento expressivo de R\$ 210 milhões em programas ambientais que contempla o PBA Componente Indígena e mais R\$ 58 milhões com o programa de reassentamento, aplicando a maior parte da indenização nas populações atingidas diretamente, nos municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba, de acordo com o (PBA-CI, 2017).

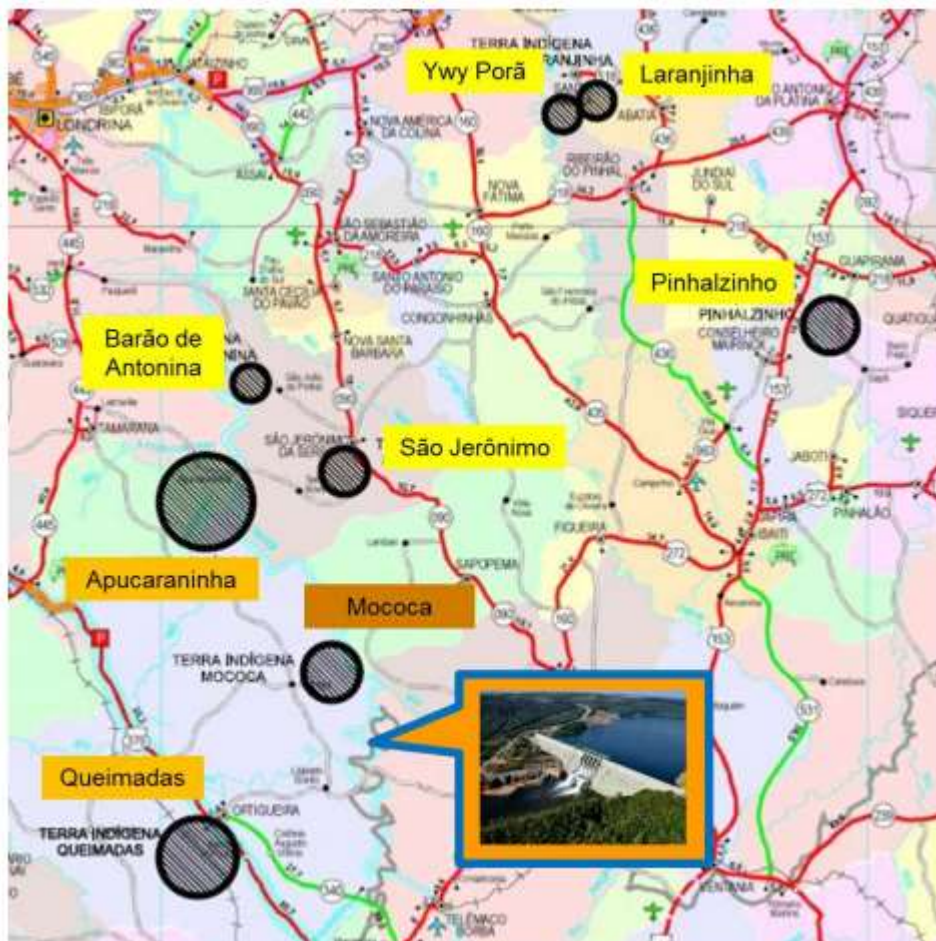
A respeito da localização geográfica, "a UHE Mauá situa-se na porção média do rio Tibagi, região centro-leste do estado do Paraná, projetado para as coordenadas 24º 02' 24" latitude Sul e 50º 41' 33" longitude Oeste, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira" (PBA,2009, p.10).

O empreendimento da UHE Mauá, atualmente conhecida como Usina Hidrelétrica Governador Jayme Canet Júnior, não atingiu diretamente as comunidades indígenas da bacia do rio Tibagi, uma vez que suas terras não foram alagadas pelo reservatório da UHE. Entretanto, o consórcio realizou estudos que indicaram impactos indiretos do empreendimento

sobre essas comunidades. Desta maneira, o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (CECS), sob orientações da Fundação Nacional do Índio (Funai), deveria compensar as comunidades atingidas.

A partir da necessidade de amenizar os impactos causados, os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto sobre Meio Ambiente (RIMA), ambos, fundamentais na implantação de obras que causem impactos no meio natural, atendendo recomendação do Ministério Público Federal (MPF), elaborou o Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI), com intuito de atendimento a oito comunidades indígenas, localizadas na Bacia Hidrográfica do Tibagi. A figura 01 mostra uma visão geográfica da relação espacial entre o empreendimento da UHE e estas comunidades indígenas.

**Figura 01-** Visão geográfica da UHE Mauá e das comunidades atendidas pelo Projeto Básico Ambiental –Componente Indígena ( PBA-CI).



Fonte: PBA-Componente Indígena. Relatório anual, n.5. 2017. p. 11.

Notasse que T. I. Apucarantina encontra-se a 35 Km em linha reta e situa-se na bacia hidrográfica do Rio Apucarantina, afluente do Rio Tibagi a 1,5 Km deste, e as terras indígenas mais próximas do empreendimento são a T. I. Mococa, a 8 km de distância em linha reta a jusante (lado de baixo) da barragem e a 2,2 Km da margem do Rio Tibagi, e a T I Queimadas, a 32 Km a montante (acima) da barragem em linha reta.

Conforme o Anexo 3, um dos documentos do Plano Básico Ambiental (PBA) que apresenta descritivo sobre a Terra Indígena Apucarantina, em análise nos anos referentes a 2015-2016. A realização de diagnóstico preliminar nas Terras Indígenas com levantamentos antropológicos sobre demografia, organização social, entre outras questões relevantes, foram definidos no PBA em parceria com a Copel na definição do Programa de Sustentabilidade Socioambiental e Cultural (PSSAC), no qual abarca a implementação de uma horta pedagógica de Sistema Agroflorestal (SAF), no Colégio Estadual Indígena (CEI Benedito Rokag), onde estão os alunos do ensino fundamental II e ensino médio, da Terra Indígena Apucarantina.

Para efetivação do SAF, o mesmo tornou-se metodologia de ensino aos estudantes do colégio, propiciando o aprendizado fora da sala de aula, e ao uso coletivo pela comunidade escolar das possíveis espécies frutíferas ali desenvolvidas, desta forma, profissionais de diferentes áreas, auxiliaram e transmitiram ensinamentos aos indígenas, a respeito das técnicas que utilizariam para manutenção do SAF.

Os sistemas agroflorestais são destinados ao plantio de culturas agrícolas de espécies arbóreas, futuramente utilizadas na restauração de áreas desmatadas e/ou recuperação de espaços de mata fechada na Terra Indígena, entretanto, a proximidade do SAF com o colégio, não tem garantido seu funcionamento regular, notamos durante trabalho de campo, a presença de queimada por toda sua extensão, prática 'comum' para os indígenas que queimam determinada área de solo para extermínio de pragas que futuramente podem assolar suas culturas, e no conhecimento que seus parentes repassavam, dizendo ser bom para o solo, levando ao aumento da produtividade. Entretanto, o espaço do SAF não se caracteriza para plantio de culturas a serem comercializadas, o que nos faz presumir que o fogo foi ateadado de forma incorreta, com objetivo de prejudicar o funcionamento do mesmo.

Conforme acordado entre as partes, a execução dos 34 programas e subprogramas de gestão do PBA, são aplicados nas comunidades indígenas, cada qual com seus peculiaridades e funcionamentos. Na T. I. Apucarantina, além do SAF, configuram como subprogramas: o acompanhamento da reforma de trecho da estrada, acompanhamento da situação da construção da sede do programa, acompanhamento das atividades audiovisuais, acompanhamento de ações de valorização cultural, gestão da diversificação da produção

agrícola, gestão da produção cultivos anuais (milho, feijão e arroz), gestão do maquinário agrícola, organização de cursos de capacitação.

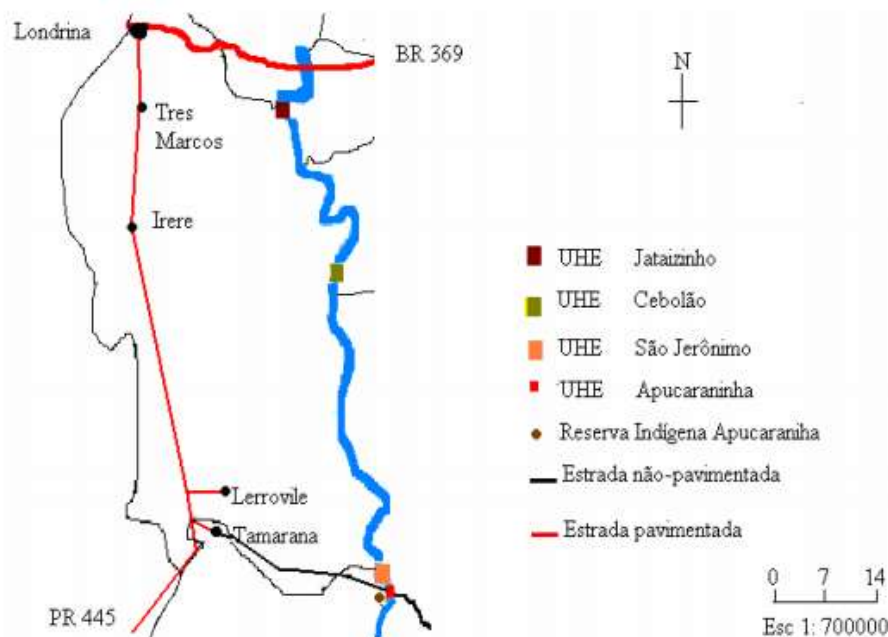
De acordo com Souza (2012, p. 45), há uma relação intrínseca entre terras indígenas, povos indígenas e conservação ambiental, cuja dependência:

Geralmente envolvem a articulação entre as formas indígenas tradicionais com conhecimentos e técnicas não-indígenas, buscando adaptação às novas realidades vivenciadas pelas terras e os povos indígenas. Em muitos casos, o aprimoramento das técnicas de manejo visa à articulação entre conservação ambiental e produção sustentável. Entre as iniciativas indígenas desta categoria, podemos destacar a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs).

Os impactos socioambientais da implantação de novos empreendimentos ocorrem de formas negativas e/ou positivas pela implementação dos programas ambientais previstos no PBA, realizando contrapropostas para redução dos danos causados ao meio ambiente em que determinado empreendimento se encontrará, ou sua possível proximidade com o mesmo.

Segundo Duarte (2004), ao longo do curso hídrico do rio Tibagi, apresentam-se estudos para implantação de três UHEs, são elas: UHE São Jerônimo, UHE Cebolão e UHE Jataizinho, todas presentes na transição da mesorregião geográfica Norte Central Paranaense para a mesorregião Norte Pioneiro Paranaense, conforme figura 02, de acordo com EIA e RIMA, produzidos por empresas privadas no estado do Paraná, para etapas de implantação por órgãos competentes.

**Figura 02-** Localização das possíveis implantações de UHEs no percurso do rio Tibagi



**Fonte:** Secretaria de Transportes do Paraná. Duarte, 2004, p. 61

A respeito do empreendimento em processo de interdição, conforme mencionado anteriormente, a UHE São Jerônimo, devido aos impactos que a implantação da mesma provocará na Terra Indígena Apucarantina, Duarte (2004, p. 60-61), exemplifica um inconsistente discurso a respeito da construção da UHE São Jerônimo:

Sobre a UHE São Jerônimo cabe ressaltar a possível utilização da barragem como via de transposição sobre o rio Tibagi, ligando os municípios de São Jerônimo da Serra e Tamarana, fator predominante para que a população defenda o projeto. De acordo com o EIA, a ligação entre as duas margens do rio facilitaria em muito a comunicação entre os municípios, incrementando as relações comerciais e a integração regional. Pelo projeto da usina São Jerônimo, haverá a inundação de uma pequena hidrelétrica de grande valor histórico e cultural, a Usina Apucarantina, com capacidade de 9,5 MW de potência.

Dando visibilidade a inundação de uma considerável área da T. I. Apucarantina e os incalculáveis impactos para efetivação da obra, a figura 03 faz uma projeção da possível alteração no meio ambiente.

**Figura 03-** Projeção de alteração no território da T. I. Apucarantina e sua biota, se efetivado a inundação do reservatório



**Fonte:** Duarte, 2004, p. 62

De acordo com projeto para construção das três UHE no curso hídrico do Tibagi, é necessário observar que, a UHE São Jerônimo não possui uma simples implantação para geração de energia elétrica, a mesma possui o dobro de área inundada, conforme apresentado no quadro 01, em relação ao segundo maior projeto, a UHE de Jataizinho, com 32 Quilômetro (KM)<sup>2</sup>, responsável pelo maior impacto ao meio ambiente, segundo estudos. Entretanto, sua construção é inviável para o retorno que ela possa gerar.

**Quadro 01 – Projeto de construção da UHE São Jerônimo**

<b>TÓPICOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Localização do empreendimento	A aproximadamente 3 km da jusante <sup>5</sup> da foz do rio Apucarantina e da montante <sup>6</sup> da foz do ribeirão Três Bocas Mirim, entre os municípios de São Jerônimo da Serra e Londrina, Estado do Paraná
Localização do canteiro de obras	Londrina – margem esquerda
Área inundada / comprimento	65,8 k m <sup>2</sup> / 60 km
Potência	330 MW
Cota	515 metros
Municípios atingidos	São Jerônimo da Serra; Curiúva; Sapopema; Londrina; Tamarana e Ortigueira.
Tempo de construção da obra	44 meses

**Fonte:** EIA da UHE São Jerônimo, Júris Ambientis, 1998. Adaptado de: Duarte, 2004, p.60

Se analisarmos a respeito do impacto na biota, espaço físico no qual se desenvolvem relações imensuráveis entre homem-natureza, os empreendimentos mencionados seguem diferentes níveis de impacto sobre o meio ambiente. Desta forma, se levamos em consideração o funcionamento da UHE Apucarantina com a utilização da energia provida do Salto Grande, com capacidade instalada de 10 Megawatt (MW), já provoca alterações na disposição natural do ecossistema da Terra Indígena, e da proeminente UHE Mauá, suficiente para atender cerca de 1 milhão de habitantes, gerando 363 MW de energia, não é difícil perceber o impacto que o projeto de construção da UHE São Jerônimo poderá causar.

Conforme quadro 01, a potência gerada pela mesma, está calculada em 330 MW, uma estrutura considerável que atingira seis municípios: São Jerônimo da Serra, Curiúva, Sapopema, Londrina, Tamarana e Ortigueira. A maior parte destes, são territórios indígenas (Kaingang, Guarani e Xetá) e de grupos quilombolas.

<sup>5</sup> Jusante é a direção em que correm as águas de uma corrente fluvial. É o fluxo normal das águas, de um ponto mais alto para um ponto mais baixo

<sup>6</sup> O termo montante em hidrologia, é um lugar situado acima de outro, em relação a um rio. A montante é o lugar que está mais próximo das cabeceiras de um rio, a nascente é o ponto mais a montante de um rio.

Mata a dentro, percorremos 8 KM andando sob as trilhas da densa floresta, com sua inigualável biodiversidade, em direção ao Apucarana Grande, onde encontra-se o limite que divide três municípios: Tamarana, Ortigueira e São Jerônimo da Serra. A definição do local para realização do evento foi uma decisão coletiva dos indígenas Kaingang com apoio e organização direta do grupo Nën Gã<sup>7</sup>, diante do processo de impacto estimado que sofrera a paisagem e o modo de vida Kaingang e Guarani (etnia localizada no entorno da Terra Indígena Apucarantina) com a construção da UHE São Jerônimo. A filmagem e fotos do evento foi realizado pelo Centro de Memória e Cultura Kaingang (CMCK)<sup>8</sup>, localizado na aldeia sede. Segundo Helm (1999), “no aproveitamento energético do rio Tibagi, em seu projeto inicial, com sete UHEs, cinco Terras Indígenas, localizadas nos municípios de Ortigueira, Tamarana e São Jerônimo da Serra sofreriam impactos”.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da publicação dos dados de expansão no setor de energia elétrica, feito pelo acompanhamento da Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). De acordo com a ANEEL (2018, p. 2), “o relatório apresenta fichas com informações para cada usina, contendo os dados de identificação do empreendimento, os indicadores de monitoramento e o cronograma de obras”, consta também a previsão para operação comercial, bem como o motivo pelo qual ainda não funciona e/ou não começou as obras no sistema de transmissão, como é o caso da UHE São Jerônimo. Suas obras estavam previstas para iniciar do ano de 2003 para 2004, contemplando a construção das unidades geradoras. Entretanto, o empreendimento que tinha data para começar seu funcionamento no ano de 2005, atualmente, encontrasse atrasada em relação a execução do cronograma.

Exemplificado a respeito da força de resistência para barrar empreendimento megalomaniacos, como evidenciado no discurso a memória do arquivamento de uma das inúmeras obras propostas.

A UHE S. Jerônimo foi o primeiro empreendimento proposto para construção de hidrelétricas no rio Tibagi, sendo, contudo, arquivado após significativo processo de organização e mobilização de várias organizações da sociedade civil, de movimentos sociais e de organismos públicos comprometidos com a defesa das populações indígenas e não indígenas da região (AMARAL; JUNIOR, 2017. p. 255).

---

<sup>7</sup> Grupo de dança Nën Gã Kaingang, ("Donos do Mato" na Língua Kaingang). Participam do grupo, crianças e jovens, estudantes do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag, adultos e lideranças da Terra Indígena Apucarantina. O grupo tem por objetivo fortalecer a cultura da aldeia, retomando práticas tradicionais na continuidade de uma geração que viveu em defesa do território.

<sup>8</sup> Espaço de cuidado e fortalecimento da cultura tradicional e contemporânea dos Kaingangs. Espaço onde se guarda e cria acervos de memória kaingang e demais culturas indígenas. Espaço onde se promove debates, ações, pesquisas, circulação e projetos sobre a memória e cultura kaingang. Espaço de capacitação de agentes culturais kaingang. Espaço de exposição da memória material da comunidade da T.I. Apucarantina. Espaço de encontro e troca cultural da comunidade.

O motivo pelo atraso pode ser observado na figura 04, que apresenta dados sobre a implantação da UHE São Jerônimo, retirado do relatório da ANEEL. Observa-se que a coloração amarela, definida como ‘média’, que segundo ANEEL (2018, p.3), apresenta como critério de classificação nessa escala, “usinas com obras não iniciadas ou com o licenciamento ambiental não finalizado, não havendo impedimentos para implantação da usina”.

**Figura 04-** Localização das possíveis implantações de UHEs no percurso do rio Tibagi

<b>São Jerônimo</b>					
<b>ATO LEGAL</b>	<b>PONTO DE CONEXÃO</b>	<b>UF</b>	<b>POTÊNCIA (MW)</b>	<b>LEILÃO DE ENERGIA</b>	
Resolução ANEEL nº 677/2012	SE Socorro - 34,5 kV	PR	15,00	Nenhum	
<b>Indicadores de Monitoramento</b>					
<b>VIABILIDADE</b>	<b>EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA</b>	<b>SITUAÇÃO DA OBR.</b>	<b>PREVISÃO DE INÍCIO DA OBRA</b>	<b>LICENÇA AMBIENTAL</b>	
Média	Atrasado	Não Iniciada	01/03/2019	Nenhuma	
<b>Cronograma de Implantação</b>					
Considerações: Alguns marcos do cronograma não foram estabelecidos como obrigação.					
<b>EVENTOS</b>		<b>DATA DA OBRIGAÇÃO</b>	<b>DATA DA REALIZAÇÃO</b>		
Início das Obras do Sistema de Transmissão					
Início das Obras Civas das Estruturas		30/12/2003			
Início da Concretagem da Casa de Força		01/08/2004			
Início da Montagem Eletromecânica das Unidades Geradoras		01/11/2004			
Início do Enchimento do Reservatório					
Justificativa da Previsão: Situação do licenciamento ambiental.					
<b>UG</b>	<b>Potência (MW)</b>	<b>DATA DA OBRIGAÇÃO</b>		<b>REALIZAÇÃO</b>	<b>PREVISÃO</b>
		Operação em Testes	Operação Comercial	Operação em Testes	Operação Comercial
01	5,00		30/06/2005		01/02/2021
02	5,00		30/07/2005		01/02/2021
03	5,00		30/08/2005		01/02/2021

Fonte: ANEEL, 2018. p.164

Atualmente, a pressão para aprovação dos relatórios de impactos, geram conflitos entre a sociedade envolvente. Baseados nos ideais capitalistas cujo objetivo é único e exclusivamente o lucro, independente dos danos ocasionados. De acordo com Souza (2012, p. 47), “terras Indígenas têm sido foco de interesses e pressões econômicas do entorno, para a extração de madeira, mineração (garimpos) e agricultura de larga escala, o que também gera situações de degradação ambiental”.

Embora o empreendimento tenha sido barrado, o medo e angústia de sua possível implantação habita entre os Kaingang da T. I. Apucarantina. Vivenciamos momentos com diversos discursos dos indígenas quanto a possível construção da UHE São Jerônimo, nas dependências do CEI Benedito Rokag, bem como nas atividades desenvolvidas durante 4ª Festa do Pãri (armadilha de pesca tradicional Kaingang), realizada entre os dias 2 a 6 do mês de abril do ano de 2018.

A prática do Pãri realizada pela etnia Kaingang, atualmente têm-se enfraquecido motivado por meio da usurpação dos territórios desta etnia no estado do Paraná, bem como na (re)configuração do ambiente natural que se localizam, devido à falta de peixe nos rios, como muitos indígenas apontam em suas falas ao conversarmos durante os trabalhos de campo e a vivência nos eventos.

O evento buscou o fortalecimento da cultura Kaingang. As atividades são feitas pelos alunos das escolas localizadas na Terra Indígena Apucarantina, juntamente com lideranças e toda população que ali se encontra. São realizadas diversas atividades tradicionais, além da construção da armadilha (Pãri), conforme figura 05, feita pelos alunos do CEI Benedito Rokag, amparados dos ensinamentos dos velhos<sup>9</sup>, para capturar os peixes no rio. O evento teve como objetivo, aflorar, preservar a memória através da construção do Pãri, e da realização das técnicas de pesca, bem como vivenciar a coletividade desse povo.

---

<sup>9</sup> Expressão utilizada pelos Indígenas Kaingang para definir uma pessoa de idade avançada, a terceira idade na sociedade envolvente.

**Figura 05-** Armadilha de pesca (Pãri), construída na 4ª Festa do Pãri – T. I. Apucarantina



**Fonte:** Fotografia do acervo pessoal do indígena Kaingang Ivan Bribis Rodrigues. Festa do Pãri, 2018

Os impactos negativos ultrapassam a esfera de comercialização dos recursos naturais presentes na Terra Indígena Apucarantina, atingindo estruturas que atualmente exploram a terra, uma relação contraditória, todavia, objetivam explorações em maiores proporções. A efetivação da UHE São Jerônimo, geraria a destruição dos sítios arqueológicos indígenas e a inundação de suas terras, com a suspensão das corredeiras do rio Tibagi, conseqüentemente atingindo a tradicional prática de pesca do Pãri, nas comunidades Kaingang, como foi abordado durante todo o evento, confirmando a relação de imaterialidade que os indígenas possuem para com a terra.

O ser humano possui um grande poder criativo, cada sociedade originará uma cultura, um modo de vida diferenciado. Assim, no planeta Terra há um universo de culturas, como diz Lévi-Strauss (1980, p.48) “existem muito mais culturas humanas do que raças humanas”. A atuação indigenista decorrente do Estado, visa pela imposição de novas formas de organização social e a inserção de valores culturais aos índios, e observado constantemente a busca de trabalho, lógica de organização capitalista, através do viés econômico. Sobre a forma de inovações no mercado e organização de setores econômicos ligados à agricultura, aponta Bogo (2008, p. 17):

Ávidas de lucro, as empresas avançam sobre culturas e identidades milenares; terra, sementes, pessoas, hábitos, ciclos de produção e, até, códigos genéticos de algumas espécies, como se tudo pudesse ser invadido e destruído. Essas empresas atuam articuladas pelo modelo econômico em

três frentes no meio rural: a) agronegócio: exploração e comércio agrícola; b) hidronegócio: privatização dos rios e reservatórios naturais para o comércio da água; c) econegócio: privatização e concessão de uso para a iniciativa privada das florestas e recursos naturais.

Percebemos a presença das três frentes na Terra Indígena Apucarantina, a exploração da terra e por consequência da mão de obra indígena através da produção de milho, feijão e sorgo, para posteriormente, vendê-las em Tamarana e/ou Londrina. Quanto ao hidronegócio<sup>10</sup>, citamos anteriormente a respeito da instalação da UHE Apucarantina pela COPEL, bem como seus impactos na área, e os embates políticos com a sociedade envolvente para garantia de vossos direitos.

De acordo com Amparo (2012, p. 62), “a economia indígena encontra-se totalmente ou vinculada às formas de organização ancestral, mobilizada principalmente em função da festa, como elemento lúdico, ritual articulada à roça, e a caça, à pesca e ao artesanato, como elementos concretos, materiais”. Os indígenas necessitam de suas terras para exercer sua cidadania, preservando assim suas características sociais e culturais que constituem sua etnicidade.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), define como patrimônio imaterial são "práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural".

Patrimônio imaterial é composto dos chamados “bens intangíveis”, ou seja, aqueles nos quais não podemos tocar. São as tradições e expressões orais, incluindo o idioma, expressões artísticas, sociais, rituais e atos festivos, conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo, técnicas artesanais tradicionais, entre outras. Configuram como imaterialidade Kaingang, os rituais, a semana do Pãri, Semana do Ëmĩ (Festa tradicional do Bolo de Milho Azedo), rituais fúnebres no qual a comunidade Kaingang celebra a vida de um ente querido que faleceu, as histórias contadas por indígenas velhos, no qual trazem em suas entrelinhas, inúmeros aspectos da cultura Kaingang, entre eles a sociedade sociocêntricas que reconhece os indígenas em duas metades – Kamé e Kairu<sup>11</sup>.

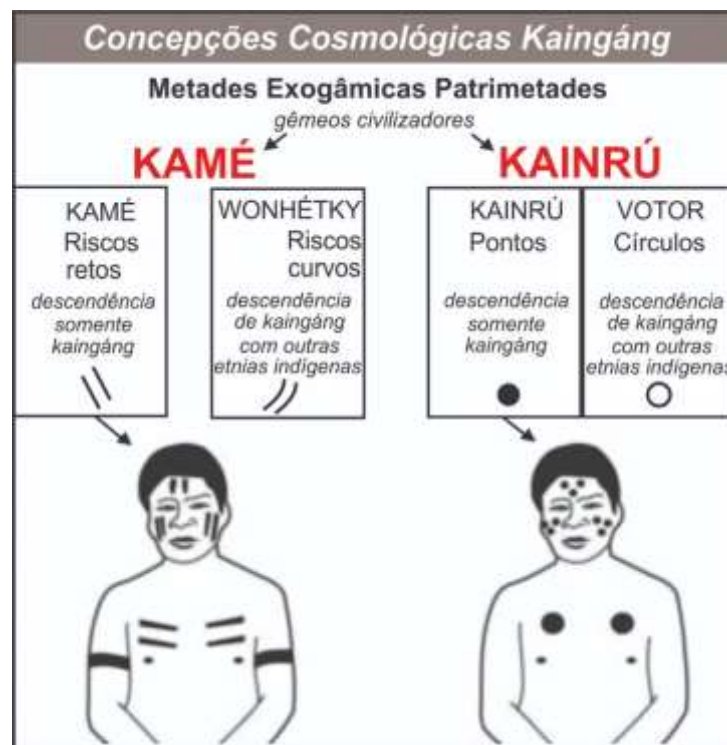
---

<sup>10</sup> Conceito para definição de toda atividade econômica que tem a água como sua principal mercadoria. Ver: Dicionário da Educação do Campo (Fiocruz e Movimentos Sociais).

<sup>11</sup> Divisão das metades exogâmicas e concepções cosmológicas, com o intuito de direcionar o indígena (homem ou mulher) na busca de um possível companheiro (a) da outra metade, simbologia e crença da etnia Kaingang. Kamé é representado com riscos retos e/ou curvos, e Kairu (ou Kainrú, no dialeto Kaingang) definido por pontos e/ou círculos.

De acordo com Veiga (1994), tradicionalmente, a organização social dos Kaingang era definida através da divisão em grupos relacionados entre si por trocas matrimoniais, prestações de serviços e atividades rituais. Neste sentido, destacam, com base na mitologia, na organização social e na vida ritual, a identificação, fundamentalmente, de dois grupos denominados Kamé e Kairu. A denominação destes dois grupos varia dependendo da localidade, podendo os mesmos ser conhecidos também como Rã Roio e Rã Kutu, riscado e pintado ou como comprido e redondo – principalmente na região do Vale do Tibagi, conforme figura 06.

**Figura 06-** Concepções cosmológicas Kaingang



**Fonte:** Cavalcante e Pagnossim (2007, p. 3)

Estes últimos especificam o que eles querem dizer com o casamento entre marcas distintas, já que a marca é a forma gráfica assumida em momentos rituais para os indivíduos dos dois grupos de pertencimento: os Kamé são marcados na face com riscos alongados e os Kairu com pintas circulares. Em entrevista com a Kaingang nº 3 menciona:

Os Kairu sempre vão ter um, assim, uma ligação com o mundo animal, como a onça pintada. Eles falam que os Kairu tem espírito ferroz. E os Kamé, são os menos bravos né, pode até brigar mas, não tanto quanto os Kairu. É a gente sentou um monte de vez com a minha família e tentou a respeito deles, porque que eles são. E a gente percebeu que a maioria é dos Kairu. [...] Os Kairu é bolinha né, por causa da onça. E os Kamé é porque eles saíram do topo da montanha, o topo das montanhas. Os Kairu, saíram da terra mesmo.

Primeiro quem existiu segundo a lenda, foi os Kamé, depois é que surgiu a outra metade (Kairu). (Entrevista Kaingang nº 3).

Quanto ao patrimônio material, este é considerado os chamados bens tangíveis, ou seja, tudo aquilo que é palpável, em que podemos tocar, o que é concreto. Podem ser considerados patrimônio material, por exemplo, as edificações, os sítios urbanos e paisagens, os elementos naturais, os vestígios arqueológicos, os documentos e as obras de arte, como exemplifica o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como os cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2014).

Ambas as formas de patrimônio, pertencem a um conjunto complexo de códigos simbólicos que asseguram a ação coletiva de um grupo, definido como cultura. Cada sociedade elabora um conjunto de regras de interpretação da realidade que permite a atribuição de sentido ao mundo natural e social. Portanto, cada cultura possui uma racionalidade interna e se constitui como sistema. A nossa cultura<sup>12</sup> é apenas uma entre milhares de outras modalidades de se colocar no mundo (VELHO & CASTRO, 1978).

Neste viés, Moraes (1990, p. 21) aponta que para Ratzel, a “conservação do patrimônio cultural como uma medida da civilização dos povos (à qual vai somar a necessidade da invenção – na sua concepção a falta de curiosidade é definida como uma “atrofia intelectual”, ou seja, a não realização de eventos culturais, tem a possibilidade ao passar dos tempos ser esquecida, não só de dentro pra fora, da sociedade indígena para a sociedade envolvente, mas o esquecimento do pertencimento, de afirmar a cultura dos próprios Kaingang.

Sobre o pertencimento e a afirmação do (eu) Kaingang, utilizamos dos escritos de Daniel Munduruku (2012), escritor indígena, que na sua tese de doutorado pensou sobre o movimento indígena e sua relação com a educação. Para este autor, movimento indígena é um instrumento legítimo para a luta da conquista e da manutenção dos direitos que envolvem populações indígenas. Toda pessoa que se reconhece e é reconhecido como indígena e

---

<sup>12</sup> O autor faz referência a ao uso do conceito pela sociedade envolvente.

busca – através de sua atuação política – o bem-viver de seus parentes, de alguma forma, está dentro do movimento indígena.

De acordo com a tríade conceitual proposta por Velho (2003), o movimento indígena é explicado por Munduruku (2012, p. 47), “entorno de três dimensões: memória, identidade e projeto; ou ainda passado, presente e futuro. Essa é uma organização do desafio que se apresenta, no qual é definido por, organizar a memória, manter a identidade e ordenar um projeto de futuro”.

Desta forma, ao aprofundarmos no universo Kaingang, percebemos que para eles a sociedade indígena do presente é composta principalmente pela memória que é passada através de gerações com a educação e com rituais próprios. O passado é feito pela composição de histórias contadas pelos mais velhos. Assim, para estas sociedades, a realidade é atravessada mais pelo coletivo e menos por desejos individuais ou pessoais. A memória é a essência de um povo indígena.

O sentimento de que culturas diferentes passam por problemas de contato parecidos criou um sentimento de pertencimento a uma mesma condição: ser indígena no Brasil. Portanto, ser indígena é fazer parte de uma realidade maior que a própria comunidade ou etnia, é compartilhar a existência com os parentes. A identidade está presente em cada sujeito que vive nessa condição e está viva na coletividade.

Daniel Munduruku (2012), ao fechar sua explicação sobre a tríade proposta por Velho (2003), diz que no caminhar de forma equilibrada é preciso ter um objetivo para onde se vai. Dessa maneira, o projeto é a organização das ações de um sujeito ou de um povo. Para sustentar a identidade movimentada pela memória dentro das mudanças históricas, se faz necessário um projeto de futuro. É a reunião programada entre memória e novidade, que faz com que a identidade permaneça fazendo sentido.

Intrínseco a formação do movimento indígena brasileiro, a concepção, produção e organização territorial kaingang, afirma Tommasino (1995), que se tornaram compreensíveis à luz de duas categorias temporais que visam explicar as diferenças entre o “tempo dos antigos” e “os novos tempos” – o Vãsy (ou Wãxí) e o Uri.

O Vãsy corresponde ao passado, ao tempo em que os mais velhos, os avós, desfrutavam de um vasto território composto fisicamente por serras (Krin), campos (Rê) e florestas (Nén), onde viviam da caça-pesca-coleta-agricultura. Era o tempo de abundância de alimentos, moldado por um tipo de sociabilidade específica marcada por regras de parentesco, tabus, rituais e festas, “[...] tempo em que a vida coletiva fundava-se na articulação entre as gerações, na tradição como referência e numa relação culturalmente determinada com o ambiente” (Tommasino, 1995, p. 273). Por outro lado, Uri representa o

tempo atual, o presente, no qual os mais novos, os jovens e netos, já nascem e crescem inseridos em experiências do contato com a sociedade envolvente, resultando em aspectos positivos, e ora, negativos com suas implicações.

### 1.3 Territorialidade, (des)territorialidade, (re)territorialidade

Na busca de compreensão do conceito de território, nos propusemos não apenas na limitação de categoriza-lo na ciência geográfica, mas na aplicação do mesmo no universo indígena. Entre as incontáveis leituras e debates sobre os caminhos a seguir, encontramos em Carlos Walter Porto Gonçalves o trecho introdutório que utilizaremos para as possíveis correlações.

A lógica territorialista, que organiza o espaço no que se refere a condições gerais, e a lógica capitalista se reforçam na construção do mundo-que-aí-está. Para isso dissolve as antigas identidades coletivas, as diferentes culturas, e cria uma outra “história em comum” territorializada como Estado (que se faz) Nacional, negando outras culturas, outras nacionalidades no interior dos seus próprios espaços (GONÇALVES, 2007, p. 381).

Entende-se, e se faz necessário, a caracterização do território que diferentes culturas desenvolvem suas atividades no cotidiano, um espaço único em que acontece diversas inter-relações, do homem com o meio, surgindo inúmeras territorialidades. No que concerne à definição de território, Rogério Haesbaert (2004) percebe uma enorme polissemia no acompanhamento de sua utilização, em muitos casos não deixando explícita a noção e exigindo sua dedução teórico-conceitual. Sobre a amplitude do conceito de território, esse autor argumenta:

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, tem uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com um enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como uma fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir da intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2004, p. 37).

A explanação de Haesbaert quanto a amplitude do conceito território permite visualizar as diferenciações teórico-conceituais sobre território, lembrando que outros autores, sobretudo da Geografia, distinguem espaço enquanto categoria de análise geral e território como conceito. Outros autores estabelecem uma noção mais ampla de território, como um dos conceitos-chave da Filosofia, em dimensões que vão do físico ao mental, do social ao

psicológico e de escalas que vão desde um galho de árvore “desterritorializado” até as “reterritorializações absolutas do pensamento”, como aborda Haesbaert (2004).

Agrupa-se em três vertentes básicas e fundamentais para compreensão conceitual que o território possui, sendo elas: a política, referidas as relações espaço-poder ou jurídico-política, quando institucionalizada no poder político do Estado; a cultural, apontada como culturalista, também podendo ser vista como simbólico-cultural e priorizando a dimensão mais subjetiva; a econômica, muitas vezes economicista, menos difundida, voltada à análise como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Na sequência, Haesbaert (2004) menciona uma interpretação natural ou naturalista, que seria a quarta vertente, pouco trabalhada hoje nas ciências sociais, que utilizam uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, compreendendo em uma continuação, como uma raiz, que liga a natureza a suas ações e vínculos.

Reconhecendo a distinção entre as quatro dimensões de território, a política, a cultural, a econômica e a “natural”, Haesbaert (2004, p. 41) organiza o raciocínio sobre elas com base em outro nível, mas amplo, em que essas dimensões se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem, como se apresenta:

- a) o binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas – a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); a perspectiva “investigadora” de território, na resposta à problemática que, “condensadas” através espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas;
- b) o binômio espaço-tempo, em dois sentidos – seu caráter mais absoluto ou relacional, seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(s) e(ou) espaço(s) geográfico(s). (HAESBAERT, 2004, p. 41)

Assim, o território somente pode ser concebido por meio de uma perspectiva integradora das dimensões sociais – a sociedade e a natureza. Deste modo, compreender esta conjuntura histórica vivenciada pelo grupo, torna-se imprescindível, para definição da identidade territorial da comunidade. Dessa maneira, Santos e Silveira (2006) abordam que o território é sempre uma construção social, marcada pela historicidade.

O território é resultado de múltiplas territorialidades, neste sentido, Raffestin (1993, p. 7), menciona que “[...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço”.

Saquet (2009) aborda a respeito da unidade dialética teorizada por Karl Marx, em que o homem é natural e social, devido suas interações com o meio na objetivação do território, dando sentido para entender:

[...] o território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade. Na natureza, o homem vive relações. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, constituindo o território. A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente (Saquet, 2015, p. 83).

Associamos que, além de sua dimensão política, a territorialidade produzida por determinado grupo humano em um dado território, refere-se as relações econômicas e culturais, de acordo com suas necessidades e ressignificação do espaço. Raffestin (1994) aborda a respeito da territorialidade como uma – totalidade das relações vivenciadas no cotidiano de um grupo e/ou pessoa. Por conseguinte, afirma que:

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1994, p. 14).

Pautado na dualidade do processo territorial, os Kaingang da Terra Indígena Apucarantina vivenciam diariamente a lógica de ora produtores das territorialidades, ora como produto das relações existentes.

No ano de 2007, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) através do decreto n.6.040, por meio de uma comissão específica para implementação de parâmetros para que seja garantido o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, definiu-se que:

Art 3º § II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

Segundo Ramos (1986), para as sociedades indígenas, a terra é muito mais que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Caracteriza-se não apenas como recurso natural, mas como recurso sociocultural. Território Kaingang- é um conceito que denota, não apenas o espaço físico onde vivem, mas está relacionado ao mito e à cosmologia, desta forma, o conceito de território carrega materialidades e imaterialidades. A concepção Kaingang de território ganha, assim, uma dimensão sócio-político-cosmológica. Pode-se afirmar que os Kaingang dependem, na construção da identidade, dessa relação mitológica com seu território, conforme afirma Tommazio (2000).

Seeger & Castro (1979), ao explicitarem o binômio terra e território, sublinham que o conceito de terra é visto como meio de produção, lugar do trabalho agrícola ou solo, onde se distribuem os recursos animais e de coleta. O território, por sua vez, deve ser entendido como categoria de dimensões sociopolíticas e cosmológicas mais amplas.

A conceituação de terra no âmbito indígena é abordada por Gallois (2004, p.41), como:

[...] um dos elementos constitutivos do território, mas não é seu equivalente. A não-equivalência entre terra e território representando, enfim, a principal contribuição da antropologia, que postula há tanto tempo a não-uniformidade no tratamento da “terra indígena”. A necessidade de estudos indígenas e, portanto, de diferentes formas indígenas de organização territorial. É nesse sentido que o território de um grupo pode ser pensado como um substrato de sua cultura.

Sobre o conceito de terra indígena, afirma Pacheco de Oliveira (1998, p. 18), “de início é necessário perceber que ‘terra indígena’ não é uma categoria ou descrição sociológica, mais sim uma categoria jurídica, definida pela lei 6.001 de 1973 – conhecida como Estatuto do Índio”, e oficializada na Constituição Federal (CF) 1988, através do artigo 231, que “reconhece aos índios os direitos originários (grifo nosso) sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, conforme Brasil (1991). Para Souza (1998, p. 121), “[...] o conceito jurídico das terras indígenas foi construído a partir da realidade, a ocupação da área pelo povo indígena, mas caracterizou-a como um atributo jurídico de posse”.

Ao deixarem de ser invisíveis juridicamente, os povos originários tomaram posse de seus territórios originários perante a sociedade envolvente, incomodando-os e promovendo relações conflitivas por parte destes, “Mas é partir das primeiras décadas do século XX que as novas formas de produção e as transformações implementadas pelas frentes colonizadoras no Paraná promoveram mudanças significativas no espaço geográfico [...]”, como aborda Novak (2018, p.280), em relação a redução dos territórios tradicionais.

Em relação as ideias de Raffestin, temos em Saquet (2007) as indicações quanto a relação econômico-cultural para determinar a Territorialização - (Des)territorialização - (Re)territorialização (TDR):

[...] territorialidade implica (...) um conjunto modificado de relações (...), a desterritorialização é, em primeiro lugar, o abandono do território, mas também pode ser interpretada como a supressão dos limites, das fronteiras (...). A reterritorialização (...), pode ocorrer sobre qualquer coisa, através do espaço, a propriedade, o dinheiro, etc. (Raffestin, 1984, p. 78, apud Saquet, 2007, p. 78).

A formação de um, não anula os demais, como afirma Haesbaert (2002, p. 132-133), “[...] a (des)territorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma (re)territorialização em outra”. Delimitando especificamente a respeito dos Kaingang, Tommasino (2001) salienta que eles tiveram de se adequar ao avanço da sociedade brasileira sobre o território. Portanto, as cidades foram se tornando espaços de (re)territorialização, por se tratarem de áreas pertencentes ao tradicional território do grupo Kaingang.

Nas cidades, segundo Mota (2000), os indígenas vendem seus produtos, compram aviamentos, buscam assistência médica. Cada vez mais estão aprendendo a buscar assistência junto às prefeituras. Certamente, solicitam assistência técnica para as lavouras (sementes máquinas, assistência de agrônomos e técnicos agrícolas). Mas buscam também atenção às suas escolas, que necessitam de material didático-pedagógico e nomeação de professores para as áreas indígenas. As cidades vão se tornando cada vez mais importantes para os povos indígenas, uma vez que as condições atuais de vida nas áreas indígenas criam uma dependência crescente.

De acordo com Haesbaert (2007, p. 38):

“Há uma ligação direta entre territórios e o processo de identificação dos grupos sociais, o que inclui a sua valoração simbólica. Portanto, o conceito de território expande-se desde a sua dominação em um sentido mais funcional, até a sua apropriação simbólica. Se a territorialidade pode ser considerada como uma das propriedades necessárias ao reconhecimento de um território podem também ser incluídos os ‘símbolos’ ou as ‘imagens’ em um sentido mais abstrato, mesmo que o território em si não esteja explicitamente manifestado. Ou seja, o território é concebido tanto pela existência das múltiplas relações de poder (econômicas e políticas) quanto pelo poder de natureza mais simbólica derivado das relações socioculturais. Pois o território está ligado tanto a processos de dominação (caráter político e econômico) quanto de apropriação envolvendo uma dimensão cultural e simbólica (carregada de imagens e representações) e que é dada pelos grupos sociais sobre o espaço que habitam”.

Reiteramos que os indígenas têm implementado estratégias de resistência durante todo o processo de contato, diante disso, em face à modernidade, foram capazes de a seu

modo, garantir continuidades no que diz respeito às suas tradições e costumes. Reinventando e atribuindo novo significado as suas práticas internas, perpetuadas nas práticas cotidianas da vida na aldeia, e apropriação de hábitos e modos de vida da sociedade envolvente, na busca pela (re)afirmação de uma identidade indígena, cuja legitimidade vem sendo reivindicada (por essa, e por outras populações etnicamente diferenciadas em várias regiões do país. Nesse propósito, Amparo (2012, p.60) aponta que, “as diferenças na forma da territorialidade expressam os valores diferenciados de tempo e espaço dos diferentes povos”.

No processo de (re)territorialização, uma das alternativas econômicas encontrada pelos Kaingang tem sido a produção de artesanato mercantil, desta forma, os acampamentos temporários em Londrina tornaram para esta população um centro de comércio de suas mercadorias e ao mesmo tempo, fornecedor de serviços e produtos a sua sobrevivência no âmbito urbano.

Os processos de (re)territorialidade Kaingang analisados com base no estudo de Little (1994), apresenta que, a memória coletiva é a principal motivação para os deslocamentos dos povos em um espaço geográfico, mas essa concepção de territorialidade é muito mais cultural do que um espaço propriamente físico. Sobre os sentidos de (re)territorializações para os grupos sociais, temos:

[...] essas diferentes formas de territorialização histórica criam lutas divergentes pelo espaço. Muitas vezes elas se superpõem no espaço geográfico e no tempo histórico. É importante notar que todas essas reivindicações são, de uma forma ou de outra, casos de reterritorialidade, pois, se voltarmos no tempo, veremos que são produto de uma (ou várias) migração originária. Legitimam-se por meio de apelos a memórias coletivas divergentes (e muito seletivas) que os grupos sociais construíram na base de suas necessidades que, por sua vez, também mudam com o tempo (LITTLE, 1994, p. 15).

Nessa interpretação, os indígenas em sua totalidade “reconstroem” os espaços de identidade que a eles pertencem desde o início, entretanto, não da mesma forma que construíram anteriormente. É o caso do acampamento Vãre, Centro Cultural Kaingang, localizado na territorialidade urbana de Londrina, no qual abordamos. Finalizamos este subtítulo com uma frase que nos chamou atenção dos olhos, nos momentos de intermináveis leituras. Sobre a lógica territorial indígena, Oliveira (1996, p. 6) menciona que, “não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas.

## II. O MUNDO INDÍGENA NO NORTE DO PARANÁ

### II. Norte do Paraná ki ñhijená ag múnno



Foto: Larissa Rocha. Semana do Pãri, Março, 2013.

## 2.1 Formação socioespacial do Norte Paranaense e as terras indígenas

Norte do Paraná ki ñhijênã ag múnno, conforme dialeto Kaingang característico da região norte do estado, traduzido para língua portuguesa significa: o mundo indígena no Norte do Paraná. Ao abordarmos a respeito da estrutura de uma formação, independentemente de sua localização geográfica, trazemos a discussão o conceito socioespacial na busca de qualificar o espacial através do social, suas inter-relações e as funções existentes. Neste viés, Santos (1979) refere-se como mais adequada para auxiliar no entendimento a categoria de Formação Econômica e Social, visto que:

Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. (SANTOS, 1979, p. 10)

Ainda que a categoria de Formação Econômica e Social não contemple a categoria geográfica espaço, segundo Santos ao citar o estudo de Sereni, produzido em 1974, esta categoria abrange diferentes esferas, como a econômica, social, política e cultural, de determinada sociedade em seu desenvolvimento histórico. Compreende-se que não há uma sociedade geral em que a teoria aplicaria ao universo de estudo a respeito dos indígenas, visto que, a sociedade existe a partir de um determinado histórico, com virtudes e limitações da forma.

Sobre a forma espacial dos eventos característicos de determinada sociedade, Santos (1979, p.16) atribui que:

A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição-relocalização deve tanto às heranças, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus momentos. O movimento do espaço, isto é, sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm que se adaptar.

Tal citação, assimilamos a função estrutural do Centro Cultural Kaingang (Vãre), localizado na área urbana de Londrina, no qual proporciona aos indígenas um local de passagem, utilizado para descanso no percurso da venda de artesanatos e produções diversas, bem como disseminação de sua cultura. Entretanto, não nos limitaremos a maiores

explicações neste momento, visto que, o capítulo final (III.Apucarantina e Vãre) daremos forma e associaremos as teorias à prática.

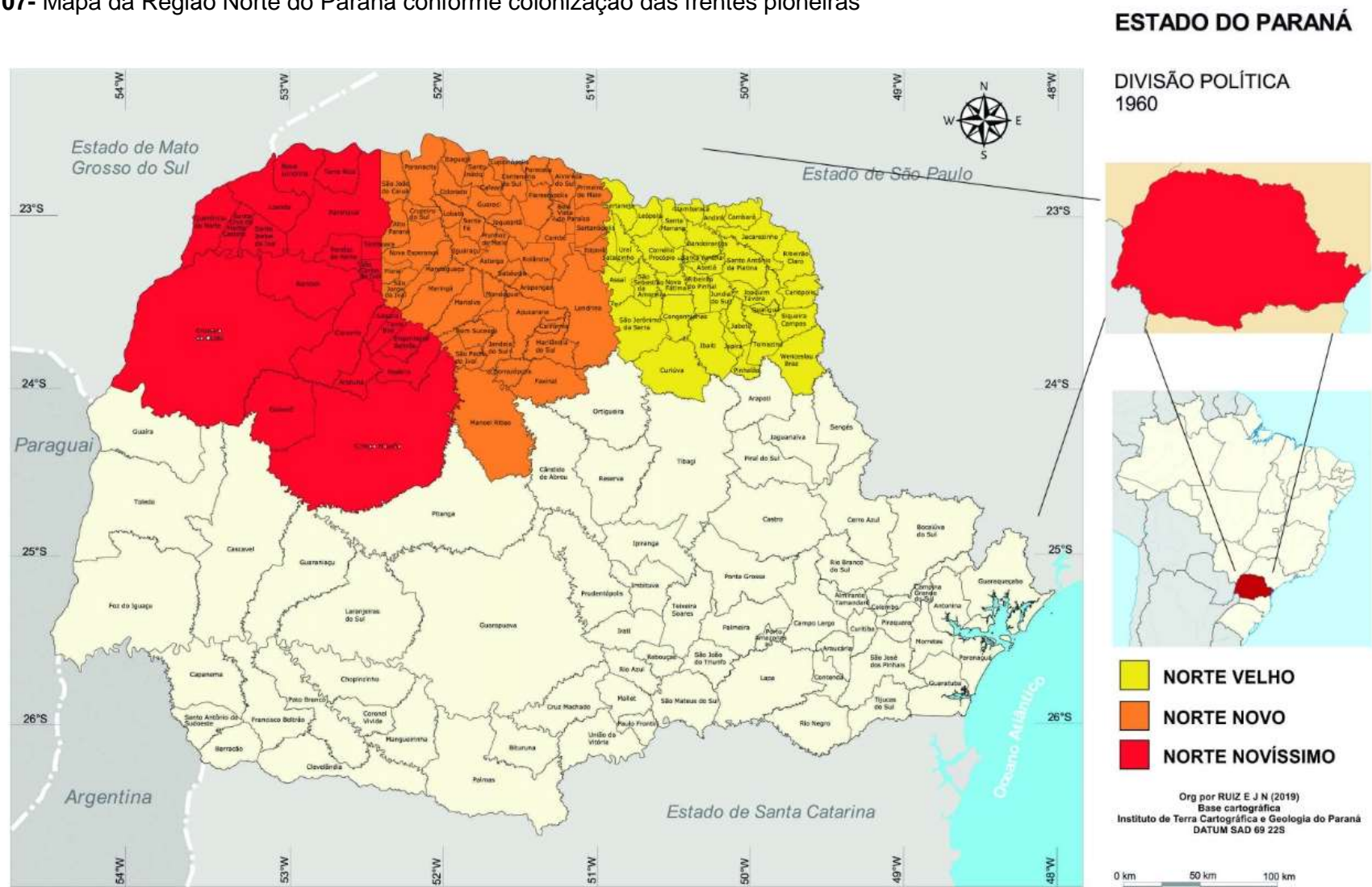
Desta forma, ao abordarmos a respeito da formação socioespacial paranaense motivada pela expansão de povoados dos proprietários de café, advindos principalmente de São Paulo, percebemos que a mesma é resultante de três frentes pioneiras. Optamos pela descrição em ordem cronológica dos fatos, para uma melhor contextualização. São elas: o Norte Pioneiro, a mais antiga, entre os anos de 1860 e 1925, que se deslocara do litoral a porções do Segundo e Terceiro Planaltos Paranaenses, que “convencionou-se considerar sua área geográfica, o território compreendido entre os rios Itararé, Tibagi e Paranapanema”, segundo Wachowicz (1987, p.5).

A comercialização de terras por empresas de colonização provocou um acelerado povoamento desta porção, denominada como frente pioneira do Norte Novo, ocupada entre 1920 e 1950, motivada pelo impulso da onda cafeeira advinda do estado de São Paulo, e posteriormente constituída com projetos de iniciativa privada, iniciada com a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), subsidiária da empresa Paraná Plantations de capital britânico, que em 1946 se reformulou, conhecida como Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP), cujo objetivo principal era a venda de lotes para colonização da região, conforme publicação da (CMNP, 2013, p. 99).

Seguidamente, a recém finalizada frente do Norte Novíssimo, iniciada nos anos de 1940 e concluída em 1960 com a ocupação de porções de terra do Noroeste Paranaense, áreas distribuídas do rio Ivaí com abrangência do rio Paraná, até o rio Piquiri, motivada principalmente pela corrente migratória derivada dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Por sua vez, as três fases do processo de regionalização interna vão ser marcadas pelos diferentes períodos em que as terras foram sendo incorporadas com maior ou menor dinamismo à cultura cafeeira. Levando em consideração o período e a origem da colonização das três frentes pioneiras, representamos por meio da figura 07, conforme a divisão política do estado no ano de 1960, delimitando os processos de loteamento do território, explanado anteriormente.

Figura 07- Mapa da Região Norte do Paraná conforme colonização das frentes pioneiras



Fonte: organizado pelos autores (2019)

Os apontamentos de teóricos e estudiosos do assunto reafirmam os objetivos da criação de Londrina, sendo considerada o cume do projeto de loteamento desenvolvido pela Companhia mencionada, como objetivos bem definidos quanto a futura e concretizada produção de café do início da ocupação do território ao findar dos anos de 1960. O fenômeno “Norte do Paraná” é evidenciado em Padis (2006, p.129), o autor observa que:

Determinar quais teriam sido as verdadeiras causas desse fenômeno ímpar na história do nosso País não constitui tarefa das mais fáceis, pois ele foi resultante da conjugação de vários fatores, dentre os quais podem ser destacados: a qualidade das terras, a situação da economia nacional no contexto internacional, depois da crise de 1929, a evolução da cafeicultura paulista nesse período e, talvez de modo especial, o surto de industrialização de São Paulo, a partir da década de trinta.

Desta forma, as singulares explicações ao fenômeno destacado configuram como caracterização do processo econômico que esta região presenciava, bem como a delimitação geográfica em que se encontrava, abordado também pelos limites hidrográficos - dos rios Paranapanema ao Norte, Itararé a Leste e Paraná a Oeste.

A companhia colonizadora instalada no Norte do Paraná apresentava propagandas, e diversos motivos para chegada de população na região, os mapas do estado apresentavam uma grande parte do Norte como um “grande vazio demográfico”, motivado pela visão de pesquisadores-geógrafos, historiadores, sociólogos, expressada propositadamente até a década de 1950, como menciona Correia; Streinke (2012, p.5): “uma extensa faixa de terras, com extensos municípios, ressaltando a ausência de representações que indiquem a presença humana, especialmente da constituição de aglomerados urbanos”. Tal afirmação serviu como sustentação para valorização dos discursos que as companhias colonizadoras utilizavam, tornando o indivíduo que ali chegasse como um ‘desbravador’, quando na verdade a presença indígena na região era omitida por entre as terras e matas desta territorialidade, reforçado nos escritos recentemente publicado por Padis (2006, p. 129) “transforma-se, de densa mata, absolutamente despovoada”, ao abordar o fenômeno “norte do Paraná”.

Ao chegar neste ponto do trabalho, fica evidente o seguinte questionamento: como um universo tão escasso de trabalhos científicos, contendo descrições a respeito da região Norte do Estado do Paraná teria influenciado a frente de expansão de proprietários vindos de terras longínquas? Com quais certezas profissionais e pesquisadores de diferentes áreas classificavam a região em debate?

Compreendemos que as análises engendradas por geógrafos a respeito do Paraná e principalmente, o Norte do Estado, estão amparadas pelo método indutivo, por meio de trabalhos empíricos, ou seja, a ferramenta utilizada para desenvolvimento de determinado estudo, era amparado em grande parte pela observação, cruzamento de dados, sem trabalhos

concretos em campo. A publicação intitulada: “As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)”, produzida pelo historiador Lúcio Tadeu Mota, no ano de 1994, vem ao encontro dos nossos questionamentos, abordando no capítulo II, as produções científicas de geógrafos que disseminaram discursos a respeito do vazio demográfico na região norte do estado.

Os textos eram publicados na Revista Brasileira de Geografia, como a análise a respeito da distribuição populacional no Estado do Paraná, produzido pela pesquisadora do Conselho Nacional de Geografia, Lysia Maria C. Bernardes<sup>13</sup> no ano de 1950, que dizia: “A maior parte da população do Paraná situa-se no planalto, concentrando-se a Sudeste e reduzindo-se consideravelmente para oeste onde ainda se encontram, atualmente reservas de terras virgens, muitas das quais devolutas”, ou publicadas no Boletim Geográfico, como publicação do renomado professor de Geografia da Universidade de São Paulo- Pierre Monbeig<sup>14</sup>, ao abordar a respeito da Companhia de Terras Norte do Paraná, cinco anos após fundação de Londrina. Monbeig descrevia que existia um povoamento, entretanto, realiza uma abordagem preconceituosa e desinformada: “Se de um lado, a colônia Jatai figura no mapa do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, daí em diante para oeste não há indicação alguma de povoamento, salvo alguns ranchos de caboclos perto das aguadas, com uma derrubada insignificante e uma cultura que se limita ao milho”, dando a entender o desprezo aos povos originários e desconsiderando sua presença na então mencionada Colônia de Jataí. O que tornasse contraditório se analisado o trecho a seguir da entrevista com o Kaingang nº 5:

Veio os engenheiro abrindo picadão que vieram do Tibagi cidade Tibagi vier abrindo picadão para quando chegar em Sapopema eles pegaram meu sogro, que era um índio, isso era uma história que meu sogro me contou tá eu não presenciei esse aí, que meu sogro contou, tô contando uma história que eu ouvi da boca do meu sogro. Ele falou assim, daí o engenheiro pegou o meu sogro para trabalha de picadeiro, fazendo picada né meu sogro veio trabalhando ele ele contava contou para mim até o nome de engenheiro que que contratou ele chamava-se Domingo de Meireles, doutor Domingo Meireles aí o meu sogro vinha fazendo picada com ele, quando chegaro em Jataí, disse que foram limpa o acampamento, arma as barraca. Você conhece a abelha Jataí? Aí num pé de um pau tinha uma abelha jataí. Aí o engenheiro perguntou pro meu sogro, como é que chama isso aqui no no não índio? Aí ele falou chama-se Jataí, Jataizinho, disse que falou assim, o nome da abelha, daí ele falou o nome do lugar aqui vai ser Jataí, daí coloco o nome. Daí terminaro, cruzaro o rio, ele falou assim, fomo pras aldeia indígena, visitemo as aldeia, os índio andava a maioria pelado, ele falo. Na aldeia Jacutinga e na Aldeia Limoeiro, e na aldeia Fertimóteo, Fertimóteo era nome do Cacique. Aí cruzaro o rio, cruzaro e viero pra Londrina. Londrina fizero

<sup>13</sup> BERNARDES, Lysia Maria C.. Distribuição da População no Estado do Paraná em 1940. In: **Revista Brasileira de Geografia**. nº 4, out/dez. de 1950, p. 57.

<sup>14</sup> MONBEIG, Pierre. A Zona Pioneira do Norte do Paraná. In: **Boletim Geográfico**. Ano III, nº 25, abr. de 1945, p.12.

acampamento. Aí o engenheiro disse que falou assim, quê aqui é um lugar muito bonito, vou por o nome de Londrina. Fizeram um trabalho ali, seguio lá em Cambé, foram fazê, no meio do mato, foram limpando foram limpando. Aí onde eles foram fazê disse que tinha um veado, um veado saiu pulando assim no meio do mato. Aí o engenheiro falou pro meu sogro assim: como é que é o nome desse bicho aí, língua indígena vossa? Ele falou **kembe**. [...] Assim daí meu sogro voltou de Cambé meu sogro encontraram com os outros engenheiros que vinha de lá para cá. A meu sogro foi embora com engenheiro pra São Paulo, ele ficou três anos São Paulo com engenheiro, ele ficava limpano. [...] quando a gente conversava, ele falava até hoje eu me lembro o prédio dele, o nome do prédio dele chamava Martinelli, prédio Preto bem grandom no meio de São Paulo. (Entrevista Kaingang nº 5).

Segundo Hoffmann; Piveta (2009, p.21), “a primeira caravana de desbravadores que chegou à região partiu de Ourinhos, interior de São Paulo, em 20 de agosto de 1929. O grupo era formado por pouco mais de dez homens, um número pequeno considerando o tamanho da empreitada”. Desta forma, a primeira expedição da CTNP comandada pelo engenheiro Alexandre Razgulaeff, alcançou o então nomeado Patrimônio Três Bocas, no decorrer do dia 21 de agosto de 1929, em meio a floresta, onde delimitaram o marco zero da futura cidade de Londrina, próximo à estação rodoviária atual.

A respeito do patrimônio Três Bocas, Hoffmann e Piveta (2009, p.33-34) afirmam que:

Em 1932, o título Três Bocas já não existia mais e o patrimônio passou a ser chamado de Londrina. Mais dois anos e a nova cidade conseguia sua emancipação de Jataizinho. Era oficialmente, um município. O nascimento de Londrina deu início ao processo de colonização do Norte do Paraná, número do Jornal Paraná Norte, datado de 9 de outubro de 1934, a cidade, nesta época, possuía 554 casas e a população era de 1.346 habitantes. E já em 1934 não havia consenso entre os donos do poder. Quando o decreto nº. 2.519, de 3 de dezembro de 1934, criou o município, surgiu, automaticamente, o mais importante cargo político local: o de prefeito da cidade. Não foi fácil encontrar um nome que agradasse ao governo do estado e aos moradores de Londrina.

Criado o município, dias depois do efetivo decreto, para ser exato, ao décimo dia do mês de dezembro do mesmo ano, foi realizada sua instalação, data na qual é comemorado o aniversário da cidade. A resignificação dos diferentes setores da prospera cidade emancipada acontecia nos idos das décadas de 1940 e 1950, no qual sua expansão urbana tinha como razão principal a produção cafeeira no norte paranaense.

Diante do recorte espacial determinado para esta pesquisa, o cenário indígena encontra-se presente no município de Tamarana localizado na Região Norte Paranaense, no qual integra a Região Metropolitana de Londrina.

O início do povoado marca de 1915, conforme sítio oficial de (TAMARANA, 2017), quando o pioneiro Olímpio Moraes ali se estabeleceu e possibilitou a instalação posterior de safristas, originando-se a criação de porcos na região, e com o advento da produção cafeeira

na região norte do estado, o município oficialmente nasce como Patrimônio de São Roque, no ano de 1919. Esta região ocupada pelos povos tradicionais de etnia Kaingang, desconhecidos na época, porém fundamental ao futuro deslocamento dos safristas que viriam ocupar a região do patrimônio Três Bocas, acima mencionada, por meio das clareiras em matas virgens que os indígenas realizavam em seus deslocamentos, omitidos em diversas fontes publicadas. Presenciamos com os escritos sobre o início da região, dois aspectos importante de compreensão, sendo eles: a superioridade imposta pelas descobertas realizadas dos safristas e a omissão a imagem indígena ali presente, e o trecho da entrevista com o Kaingang nº 11 comprova a respeito das ações contra os indígenas que vivem por ali:

O pai dele já morreu também cento e poucos anos da sua vida ele contava história as histórias indígenas também né então tudo que acontecia ali ele falava para mim que o pai dele falar para ele se ele era uma área indígena. Naquela época não tinha muito contato com os brancos, um dia chegou um cara chegou lá professor com cacique, ele levou as coisas para comer né todos que comia gostava né sempre ia voltando para lá, trazia faca, foice, machado. Aí o cacique fez amigo com ele aí um dia, disse que ele conviveu mais de dois anos lá com eles, daí um dia desse ele falou assim olha nós temos que vacinar vocês, porque vai acontece uma doença terrível, então nós temos que vacinar vocês pra pra não morrer, uns fugiram no mato, uns ficarô lá, os que ficaram vacinados, morrero tudo com a vacina, e esses outros que fugiram de medo da vacina, disse que ficaram uns três dias lá no mato ficou três dias, eles falaram vamos ver lá o que está acontecendo voltaram, chegarô ali tudo mundo morreu, enganaro com aquela vacina. Aí falaro vamo saí desse lugar aqui, vamo procurar outra moradia. Daí subiro o Tibagi, até chegar até lá no Apucarantina, salto Apucarantina, lá eles começaram fazer casinha aí fizeram moradia lá saiu outra aldeia nova. E essa história não tá no livro nenhum só ficou só na na história mesmo".(Entrevista Kaingang nº 11).

Segundo Corrêa (1991, p.01) esta região,

Situava-se grosso modo, à margem esquerda do Grande Rio Tibagy que constituía sua divisa do lado leste, daí estendendo para o oeste até alcançar o espigão geral, grande divisor de águas do Estado, onde muito mais tarde se fundaram cidades entre as quais Apucarana; pelo lado norte a divisa das "Três Bocas" estava limitada, em geral, pelo Ribeirão Três Bocas afluente do Rio Tibagy e pelo lado sul estendia-se até as margens do Ribeirão Apucarantina também afluente do Tibagy próximo ao qual Ribeirão já existia o único vilarejo de todo esse trato de terras – era a "Vila de São Roque" (hoje Tamarana).

Interpretamos que é necessário colocar em evidências que o movimento de ocupação do território ocorreu no sentido Leste-Oeste, e posteriormente tem alterações no movimento desta distribuição, motivados pelos produtos comercializados na direção Norte-Sul, com caminhos das tropas de muares e gados, nos séculos XVIII e XIX, respectivamente. Neste período, o município de Tibagi constava nos mapeamentos produzidos, sendo rota de comércio e caminho para diferentes grupos, configurando o vilarejo de São Roque

subordinado administrativamente ao município de Tibagi<sup>15</sup> em 20 de março de 1930 mediante decreto de lei nº 2.713, permanecendo até o decreto do ano de 1939, no qual desanexou do município acima mencionado, passando assim o povoado de São Roque anexar-se ao recém-criado município de Londrina<sup>16</sup>.

Posteriormente, no ano de 1943, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), propôs a alteração do nome de São Roque para Tamarana<sup>17</sup>, motivado pela dualidade do nome anterior, uma vez que este também se encontra no estado de São Paulo.

Após tentativas de plebiscito, a emancipação<sup>18</sup> política de Tamarana ocorreu da seguinte disposição na lei:

**Art. 1º.** - Cria o município de Tamarana, desmembrado do município de Londrina, com os seguintes limites e confrontações:

**Com o Município de Londrina:** Inicia na foz do rio Santa Cruz no rio Apucarantina, desce por este até a foz do Córrego Faustino, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral nordeste até a cabeceira do Ribeirão dos Moraes, desce por este até sua foz no rio Apucarantina, desce por este até encontrar a divisa da Reserva Indígena do Apucarantina, segue por esta divisa até encontrar o rio Apucarana. **Com o Município de Ortigueira:** Inicia no encontro da divisa da Reserva Indígena do Apucarantina com o rio Apucarana, sobe por este até a foz do rio Preto, Sobe por este até sua confluência com o rio do Meio. **Com o Município de Mauá da Serra:** Inicia na confluência do rio Preto com o rio do Meio, sobe por este até a foz do Arroio Mato Queimado, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral noroeste até a cabeceira do rio Valêncio, desce por este até sua foz no rio Apucarantina, desce por este até encontrar a estrada Lagoa/Mauá. **Com o Município de Marilândia do Sul:** Inicia no encontro da estrada Lagoa/Mauá com o rio Apucarantina, desce por este até a foz do rio Santa Cruz.

Após emancipação do município de Tamarana em relação ao município de Londrina, salientamos que a atual configuração é estruturada na Lei n.º 7.484, de 20/07/1998, que define o Perímetro da Zona Urbana e da Zona de Expansão Urbana do Distrito Sede do Município de Londrina, conforme (LONDRINA, 2018).

Em conformidade ao perímetro urbano definido em lei, e a configuração distrital, o Município de Londrina é constituído pelo Distrito Sede e pelos seguintes distritos: Espírito

---

<sup>15</sup> TAMARANA, Cartório Distrital de. Lei n. 2713 de 20 de março de 1930. Livro de registros n. 01, de 1930.

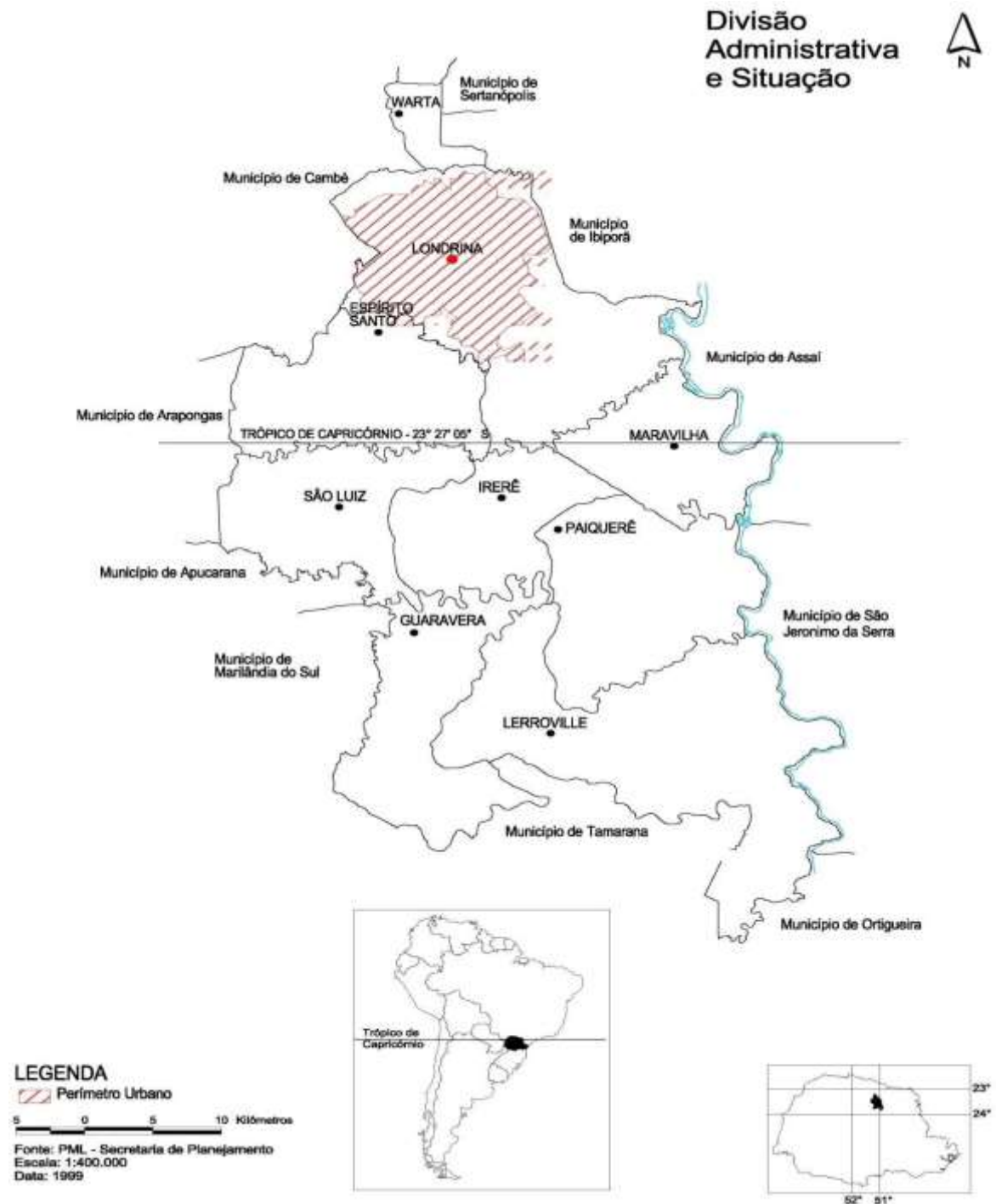
<sup>16</sup> Transferências distritais. Decreto-lei estadual nº 7573, de 20-10-1938, transfere o distrito de São Roque do município de Tibagi para o de Londrina.

<sup>17</sup> Alteração toponímica distrital- São Roque para Tamarana, alterado pelo decreto-lei estadual nº 199, de 30-12-1943. A palavra TAMARANA – Deriva da linguagem indígena Caingangue, que corresponde a uma longa espada ou clava (tacape) arma de guerra usada pelos índios. Reflete também o espírito combativo e altaneiro da nossa população.

<sup>18</sup> Da Lei 11.224, de 13 de dezembro de 1995 criou o município de Tamarana, com alteração a redação publicado no Diário Oficial nº. 4766 de 28 de maio de 1996.

Santo, Guaravera, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luiz e Warta, representados na figura 08.

**Figura 08-** Mapa de localização do município de Londrina: Divisão Administrativa



Fonte: LONDRINA, 2018

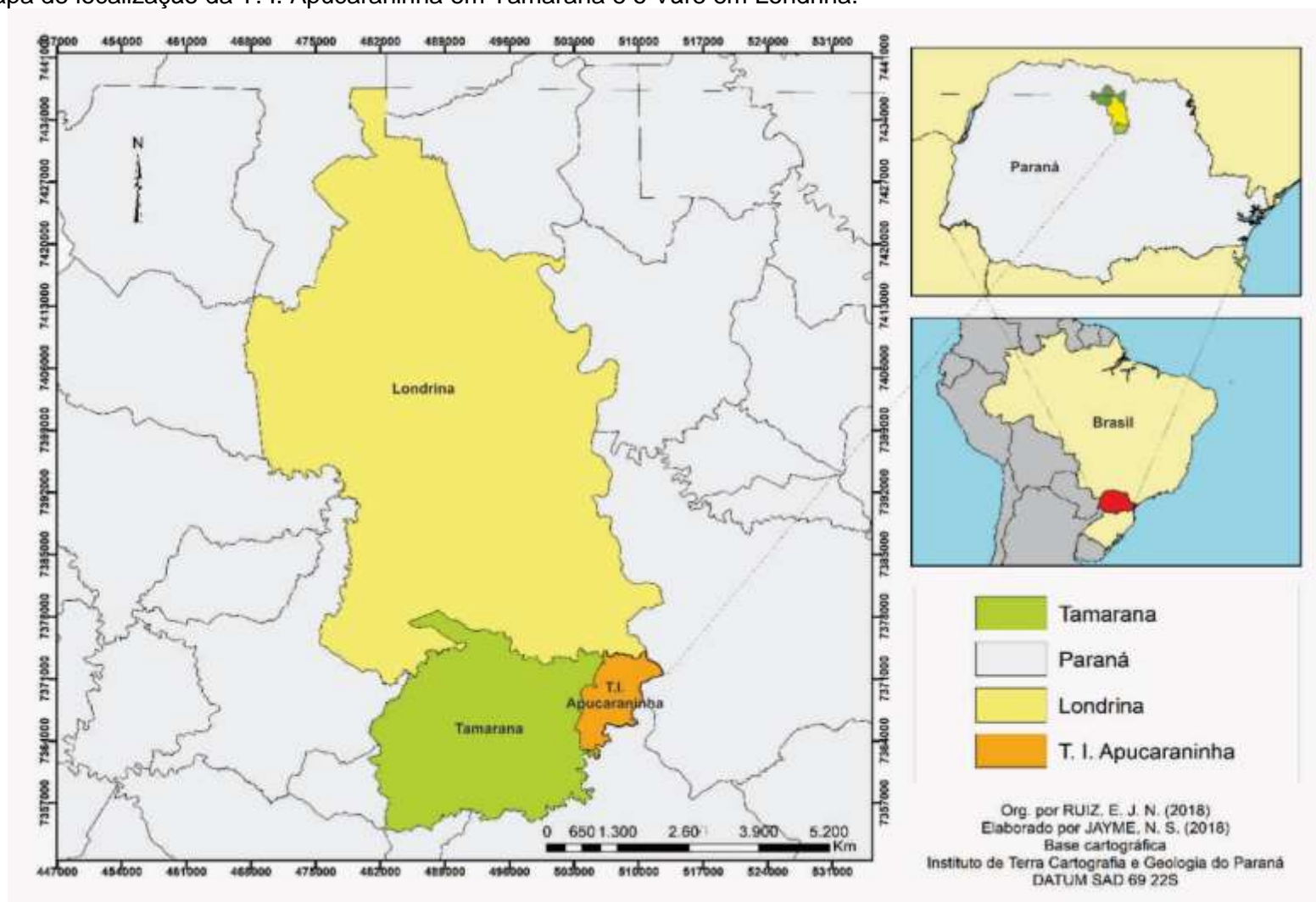
Década a década, é possível verificar que Londrina teve um crescimento constante, consolidando-se como principal ponto de referência do Norte do Paraná, bem como exercendo grande influência e atração regional. A figura 08, apresentada como parte integrante do Plano Plurianual (PPA) 2018-2021, em Audiência Pública Conjunta da Prefeitura Municipal de Londrina (PML) e por competência da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, segundo (LONDRINA, 2018).

Destacamos a respeito da formação do Norte Paranaense, que o município de Tamarana não configura como resultado das empresas colonizadoras que atuaram na região, uma vez que São Roque (Tamarana) tem seu núcleo urbano preestabelecido devido a dinâmica dos safristas vindos do Sul do Paraná, antes das primeiras formações de Londrina. À medida que Londrina se torna núcleo urbano central, a concentração de produção e a comercialização na região, contribuiu para que a incorporação do distrito de São Roque ao território londrinense, motivado tanto pela distância de ambos os núcleos, quanto aos interesses de crescimento do distrito em questão. Em concordância com a Lei 11.224, de 13 de dezembro de 1995 que criou o município de Tamarana.

De acordo com Oliveira (2008, p.21), a história de Tamarana constitui-se em duas fases: “[...] a primeira marcada pela formação do núcleo urbano e sua atividade econômica principal e a segunda fase que começa com sua emancipação, processo que se arrastou desde a década de 1970 e que só em 1997 alcançou êxito”. Observa-se que a figura 09 apresenta a configuração atual tanto do município de Tamarana, bem como a extensão territorial com redução da Terra Indígena Apucarantina, assunto abordado no decorrer deste trabalho.

O município de Tamarana situa-se no Terceiro Planalto Paranaense, na região do Norte Central, aos 23° 43’ 24” de latitude Sul e longitude de 51° 05’ 50” Oeste, a uma altitude média de 753 metros, constituída pela delimitação dos seguintes cursos hídricos: Paranapanema, Pirapó, Apucarantina, Preto, Apucarana e Tibagi.

Figura 09- Mapa de localização da T. I. Apucarantina em Tamarana e o Vãre em Londrina.



Fonte: organizado pelo autor (2018)

Conforme publicação comemorativa do cinquentenário da CMNP (1977, p.36):

Como já colocado, o município de Tamarana (sic)<sup>19</sup> localiza-se ao Norte do Estado do Paraná, assentado à margem esquerda do rio Tibagi, pertencendo à região antigamente conhecida por Três Bocas. Esta região localiza-se na porção central do Estado do Paraná e era constituída por uma vasta porção de terras cobertas por florestas, já de propriedade particular desde a década de 1900. (Grifo nosso).

A citação acima contextualiza, de forma clara e objetiva a respeito da formação socioespacial, abordando a configuração inicial do município de Tamarana, sua localização geográfica no estado do Paraná, e um grifo feito por nós com intuito de provocações quanto a legitimidade dos fatos, e a visão dominante da empresa colonizadora, ao descrever que as terras que alcançaram era “propriedade particular desde a década de 1900”, alegação contraditória aos direitos garantidos aos povos originários que ali habitam, nesse contexto, o aldeamento indígena Apucarantina, da etnia Kaingang.

---

<sup>19</sup> Publicação apresenta o município de Tamarana como município, no entanto como apresentamos anteriormente, sua emancipação política foi concretizada no ano de 1995.

## 2.2 A Geo-historicidade de terras primitivas na mesorregião Paranaense Norte Central

Contextualizamos de forma sucinta a respeito da criação do patrimônio Três Bocas até sua configuração atual, e da criação do vilarejo São Roque à emancipação político-territorial de se tornar município, reconhecido atualmente como Tamarana. Entretanto, se analisarmos em uma cronologia de tempo e fatos, o processo criação/emancipação destes territórios é recente em comparação ao povoamento no Norte do Paraná, uma vez que remonta ao século XVII por meio das missões religiosas dos jesuítas. Sobre tal acontecimento, Muller (1956, p. 68) comenta:

Essa região pertencia então a província de Guaíra, que estava sob o domínio espanhol e foi com o conhecimento e apoio do governo da Espanha que os missionários fundaram “reduções” com o intuito de reunir e catequisar os índios guaranis. Foi este o primeiro esboço de povoamento que não teve, no entanto, vida longa: já em fins do século XVII, estavam as missões inteiramente aniquiladas pelas incursões dos bandeirantes paulistas, que expulsaram para a margem direita do Paraná índios e jesuítas. Dessa primeira tentativa de colonização restam hoje apenas ruínas: no vale do Ivaí, as de Vila Rica e de Jesus Maria e no vale do Paranapanema as de Loreto e de Santo Inácio.

O Regime de Encomienda<sup>20</sup> gerava certa resistência aos indígenas, especificamente nos Kaingang, considerados mais hostis à dominação espanhola. Os padres jesuítas criaram uma nova maneira de ministrar a catequese, criando aldeamentos, onde seria mais fácil a proteção ao indígena dando maior liberdade aos mesmos, sob o olhar dos religiosos, que fixaria na história com o nome de missão jesuítica. Desta maneira, a primeira região que vivenciou o sistema de redução jesuítica foi a do Guairá, atraindo um grande número de índios fugitivos a procura dessas povoações, uma vez que fugiam das Encomiendas Espanholas.

De acordo Junior, Roncari e Maranhão (1995), mencionam por volta de 1610 “foram fundadas pelos jesuítas espanhóis as primeiras reduções na Província de Guayrá, a de Loreto e a de Santo Inácio, às margens do rio Paranapanema, no atual estado do Paraná”.

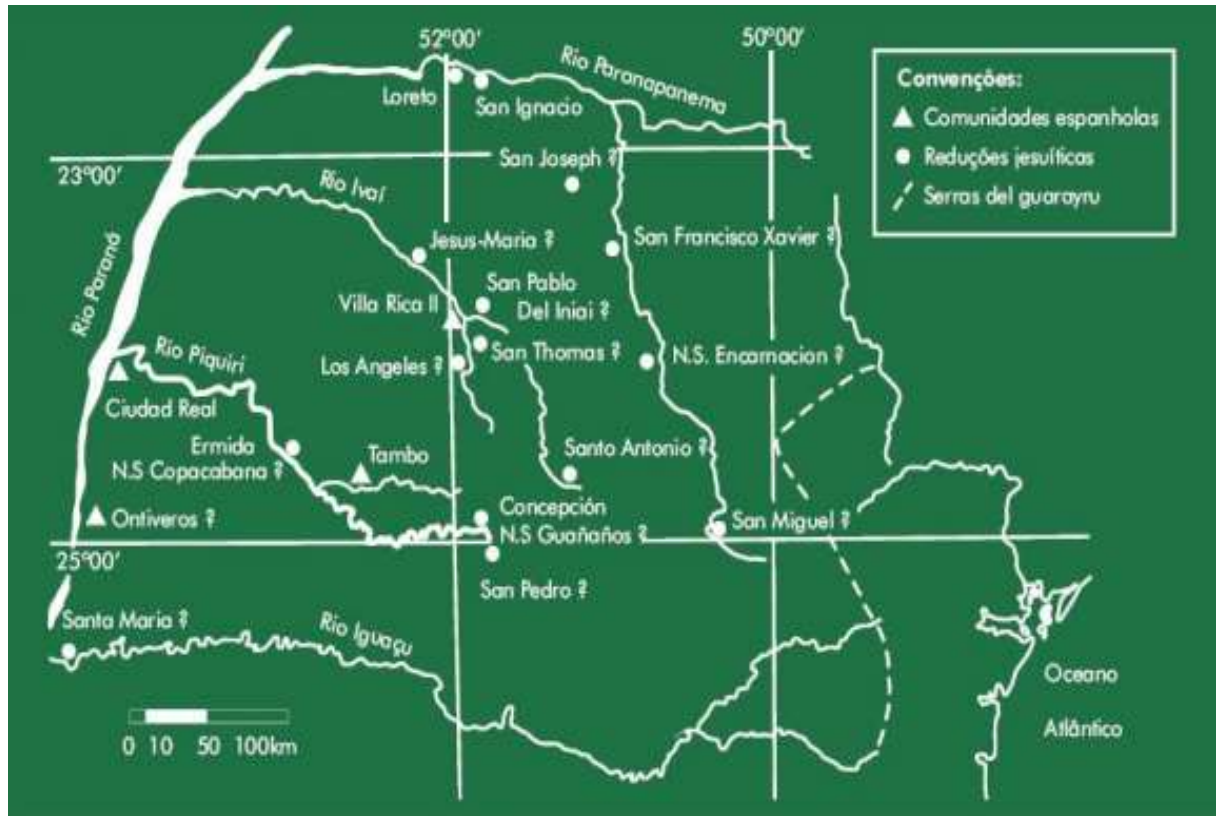
Não obstante as demais reduções já instaladas, surgiram mais 13 no ano de 1628, conforme representa a figura 10, agregando mais de 100 mil índios. É necessário comentar que a partir das reduções jesuíticas representada graficamente, deu origem os aldeamentos e a posteriori a formação das terras indígenas, principalmente entre os cursos hídricos do Ivaí e Tibagi. Remetendo ao foco inicial do subtítulo, pensado unicamente com o objetivo de reais

---

<sup>20</sup> Sistema de tarefa tratada com um chefe indígena, que se responsabilizavam pelos seus comandados. Esse sistema também responsabilizava pela catequese dos índios, sua proteção e pelo ensino de sua proteção, o que na prática tornava o trabalho compulsório.

explicações diante do quadro evolutivo, ao decorrer dos parágrafos, a delimitação que estamos abordando quanto a formação territorial ficara cada vez mais visível a compreensão.

**Figura 10-** Mapa da província do Guairá, com as prováveis vilas espanholas do final do século XVI e reduções jesuíticas do início do século XVII



**Fonte:** Parellada, 1997, p.10

Após o massacre cometido pelos Espanhóis na conquista do território Português, com a 'benção' franciscana, o poder Espanhol buscou policiar suas estratégias de dominação, diminuindo o extermínio e saque aos espaços habitados por povos originários, optando pela persuasão através de atos, entrega de ferramentas a estes grupos, abandonando estrategicamente a utilização de força física, entretanto não podemos afirmar que havia boas intenções nos atos praticados.

As reduções ou repúblicas indígenas eram aldeamentos de indígenas que os padres jesuítas criavam à distância das cidades do Brasil, para evitar que os colonizadores da sociedade envolvente se apoderassem dos índios para escravizá-los. Nessas Repúblicas os indígenas recebiam não somente instrução religiosa, mas também o aprendizado de algum ofício que lhes permitisse mantê-los vivos, ainda que precisassem enfrentar indígenas de

outras etnias, como por exemplo, os Guaranis. Desta maneira, ajeitam a extinção da escravidão, conservando, entretanto, a encomienda, como afirma (LACOUTURE, 1994. p. 430), “pela qual o indígena estava à disposição do colono que era o dono, não mais de seu corpo, mas de sua força de trabalho, com a condição de ‘conduzi-lo à fé cristã’ ”.

As missões são vistas também de uma perspectiva de assimilação cultural do jesuíta e do nativo, num singular processo de construção social muito significativo para a época. A valorização da cultura indígena bem como de sua assimilação se faz presente num relacionamento entre o nativo e o seu convívio nas missões jesuíticas, porém quando se trata de relacionamento entre encomienderos, colono e bandeirantes, os nativos se encontravam em uma situação de exploração, dizimação e até mesmo aviltante enquanto seres humanos. (MORGAN, CASTALHA, 201. p. 210).

Em seus escritos Lazier (2003) descreve que os colonizadores espanhóis foram os primeiros europeus a galgar a região do atual estado do Paraná, mais especificamente passando por Guaíra. Cabeza de Vaca configurou como protagonista no rumo que trilhara, perpassando o Caminho do Peabiru e evidenciando a presença indígena, como é relatado na revista Cadernos da Ilha (2004, p. 9), “[...], mas o fato é que em 1555 o ex-governador do Paraguai, Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca<sup>21</sup>, por exemplo, contava sua caminhada desde a Ilha de Santa Catarina (SC) até Assunção usando “o caminho feito por estes índios, o Peabiru [...]”.

A ausência dos africanos motivado pela dificuldade no tráfico destes da África para abastecer os engenhos no Brasil, foi solucionado pelos bandeirantes com a grande quantidade de indígenas presente nas reduções, tomando-as e rendendo os índios facilmente. Mas afinal, quem eram os bandeirantes e quais seus objetivos?

As bandeiras eram expedições organizadas para ir ao interior do Brasil, por Portugueses provenientes de São Vicente e da Vila de São Paulo. De acordo com a literatura sobre este tema, havia três tipos de bandeiras: de exploração territorial promovidas por órgãos governamentais, às bandeiras destinadas a caça e captura de índios e por fim, as bandeiras com intenção de obter metais e pedras preciosas.

Consoante aos registros de ocupação humana anterior ao avanço das frentes de loteamento no atual estado do Paraná, na segunda metade do século XIX, Serra (1992, p.68), exemplifica: “Trata-se da fundação da colônia militar de Jataí e dos aldeamentos de São Pedro

---

<sup>21</sup> Maiores detalhes na obra: Naufrágios e Comentário, de Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, Porto Alegre: L&PM, 2007.

de Alcântara e de São Jerônimo da Serra. A colônia militar de Jataí<sup>22</sup> foi fundada em 1855, à margem direita do Tibagi, no ponto que este rio começa a ser navegável”.

Afirma Tomazi (2000, p.133) que o Barão de Antonina, para alcançar sucesso em seu objetivo (busca dos Campos de Paiquerê para a criação de gado), necessitava que acontecesse a pacificação dos indígenas da região. Para tanto, o Barão conseguiu, junto ao Imperador, a criação da Colônia Militar de Jataí, no ano de 1851, com o pretexto de que seria um posto militar estratégico que poderia ser uma rota de ligação para o Mato Grosso – pelo rio Ivinhema, com rios localizados em terras Paranaense, como, o rio Tibagi, Paranapanema e Paraná. Não obstante, surge a colônia de fato ao dia 10 de agosto de 1855, sob o comando do Major Tomas José Muniz, como pontua Muller (1956):

A Colônia Militar de Jataí foi fundada em 1855, à margem direita do Tibagi, no ponto em que este rio começa a ser navegável; ligada por uma estrada a Curitiba, a Colônia tinha por função estabelecer ligação com Mato Grosso, agindo como posto militar avançado de proteção dessa vasta área, então ameaçada pelo ditador paraguaio, Solano Lopez. Em frente à colônia militar, na outra margem do Tibagi, foi posteriormente fundada a colônia de São Pedro de Alcântara, destinada a congregar os elementos civis da população e que, unida a Jataí, constitui hoje a cidade de Jataizinho. Em 1859, em terreno doado pelo Barão de Antonina, à beira do caminho aberto por sua ordem entre Jataí e Curitiba, nasceu um terceiro núcleo, São Jerônimo da Serra [...]. São Jerônimo [...] constituía ponto de parada obrigatória para os viajantes, derivando disso seu primeiro fator de desenvolvimento. Esses centros de povoamento, postos avançados de colonização num sertão ainda não desbravado, mantiveram-se como pequenos povoados até este século, quando, sob o impulso da colonização moderna, começaram a se desenvolver. (Müller, 1956, p.98).

A colônia de Jataí, de fato teria se transformado em um centro agromilitar com objetivo de dar apoio operacional e de subsistência aos transportes de tropas, comboios, expedições de comerciantes, como aponta Wachowicz (1987). Criaram-se também os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo da Serra, visando agrupar os indígenas Caiuá que tinham vindo de Mato Grosso.

A pesquisa em si, não tem como objetivo uma descrição aprofundada quanto as localidades constituídas nas colônias militares, porém, Boni (2009, p. 64) lembramos que, “é preciso destacar que o município de Jataizinho (sic)<sup>23</sup> já existia desde 10 de agosto de

<sup>22</sup> Jataí, do vocábulo indígena, é o nome dado a uma árvore. Designa, também, uma qualidade de abelha que tomou este nome pela predileção de se aninhar nesse tipo de árvore. (SAINT-HILAIRE, 1995, p.68).

<sup>23</sup> BONI, Paulo César. As transformações geográficas e populacionais de Londrina na década de 40. In: \_\_\_\_\_. **Certidões de nascimento da história:** o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá. Londrina: Planográfica, 2009. p. 51-66.

1855, quando foi fundado como Colônia Militar do Jataí pelo governo Imperial do Brasil, em terras doadas pelo Barão de Antonina”. Elevou-se a categoria de município na hierarquia do estado, com designação de Jataí<sup>24</sup>, em 1932, no entanto, muda de nome alguns anos após, conhecida atualmente como Jataizinho.

Não esquecendo o intuito de rememorar a territorialização indígena neste território, encontramos em Auguste de Saint-Hilaire<sup>25</sup>, escritos no qual relata sobre a passagem a 5ª comarca de São Paulo, atualmente o estado do Paraná, faz menção a imagem dos índios que habitavam a então denominada comarca de Curitiba no ano de 1820, com o seguinte trecho: “ A piroga<sup>26</sup> na qual fizemos a travessia pertencia a um agricultor, que geralmente a mantinha escondida para evitar que fosse roubada pelos índios selvagens” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.41).

Seu percurso num espaço de dezesseis dias, da confluência dos rios Iapó e Tibagi, ao Noroeste, apresenta ricas experiências vividas pelo viajante francês, conhecendo por ora, os famosos Coroados como menciona na seguinte passagem, Saint-Hilaire (1995, p. 60): “Os paulistas dão aos Bugres vizinhos de Jaguariaíba o nome de Coroados porque, segundo dizem, esses selvagens costumavam fazer no alto da cabeça uma pequena tonsura, que em português tem o nome de coroa”.

De acordo com Saint-Hilaire (1995, p.46), relata ao percorrer os caminhos que os índios construíram suas casas com a técnica de paus cruzados, comparava-os “à maneira dos ‘Brasileiros-Portugueses’, pelo formato construído e cobertura com folhas de bambu ou de palmeira; mas não rebocam as paredes com barro, e fazem as casas extremamente compridas, de maneira que várias famílias podem morar numa mesma moradia”. Contudo, em numerosos momentos ao decorrer do livro, o naturalista classifica-os como ‘bárbaros’, ‘violentos’, ‘não-civilizados’, entre outros, devido à insegurança que os assombram por ter tais indivíduos na região, à proporção que, “ o temor aos índios fez com que alguns colonos se aproximassem uns dos outros, e assim se formou a vilinha de Tibagi” (SAINT-HILAIRE, 1995, p.46).

Próximo ao rio Tibagi foram fundados dois significativos aldeamentos por João da Silva Machado – conhecido como Barão de Antonina – sendo eles o aldeamento de São Jerônimo, fundado em 1850 e o de São Pedro de Alcântara, em 1855. De acordo com Tommasino

---

<sup>24</sup> Pelo decreto estadual nº 1076, de 13-05-1932, o município de São Jerônimo passou a denominar-se Jataí.

<sup>25</sup> Botânico, naturalista e viajante francês, realizou pesquisas e explorações no Brasil Colônia, posteriormente divulgando suas anotações em publicações.

<sup>26</sup> Embarcação primitiva, rústica, caracterizada por sua forma comprida e estreita e que alcança boa velocidade. É usada comumente por indígenas de várias partes do mundo.

(1995), os objetivos do Barão era encontrar um caminho de ligação entre o litoral e o Mato Grosso, bem como tomar posse das diversas terras da região<sup>27</sup>.

A 5ª comarca de São Paulo (futura Província do Paraná), era comandada por João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina, no qual, um dos sonhos fundiários do mesmo, motivado pelas histórias contadas pelos indígenas, era encontrar os lendários Campos do Paiquerê, no desconhecido oeste paranaense. Conforme Wachowicz (1987, p.15) aborda, os estrategistas brasileiros conceberam um plano para concretização do território desconhecido por eles, com os seguintes elementos básicos:

- a) a fundação nas margens do Tibagi de uma colônia militar. Esta seria ao mesmo tempo agrícola e militar, comandada por um aposentado oficial do exército.
- b) nas margens dos rios Tibagi e Paranapanema seriam criados de 7 a 8 aldeamentos com índios, que seriam atraídos para a civilização, deixando desta forma de serem uma ameaça para a navegação;
- c) a segurança dos aldeamentos e da navegação emanaria dessa colônia militar;
- d) alguns dos aldeamentos indígenas nas margens do Paranapanema poderiam localizar-se nos locais onde, no século XVII, existiram as reduções jesuíticas.

De fato, as territorialidades habitadas pelos povos originários e reconhecida perante aos fatos evidenciados na história, pelo viés do colonizador, como reduções jesuíticas, constituíram os aldeamentos indígenas, abrigando na maioria dos casos, etnias diferentes no mesmo espaço. Estes já estavam aldeados do outro lado do Tibagi, no aldeamento de São Pedro de Alcântara. Segundo Wachowicz (1987, p.31), “ Exatamente no dia 17 de dezembro apareceram na margem esquerda do Tibagi dezenas de índios Kaingang, que na época os civilizados denominavam de coroados”, no ano de 1858. Estes que recebiam a denominação de coroados, como Saint-Hilaire já havia mencionado, tinham acumulado má fama, configurando como selvagens bravos entre as populações sertanejas, uma vez que a ‘elite’ das colônias militares, desconheciam os hábitos desse grupo, por vezes, gerando sentimento de pavor nos peculiares indígenas Caiuá.

O grupo Kaingang que chegou a margem do Tibagi, exposto em Wachowicz (1987), era da tribo dos Dorins, grupo que já havia tido contato com a sociedade envolvente em Guarapuava, deslocados dos campos do Sudoeste paranaense devido aos conflitos internos entre os grupos e a fome que os alastrava. Estes eram contrários ao contato dos Camés e

---

<sup>27</sup> Barão de Antonina chegou a ser possuidor de maior parte de terras do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso.

Votorões (marcas de família, usualmente conhecida nos dias de hoje como Kamé e Kairu) com indivíduos da sociedade envolvente.

A um tempo passageiro após o aparecimento dos indígenas na margem esquerda do rio Tibagi, chegava Luiz de Cemitle, designado por frei Timotheo a prestar serviços ao aldeamento de São Jerônimo, no qual futuramente, liderou os indígenas ali presentes no plano de abrir um caminho que levaria, S. Jerônimo aos Campos Gerais, 'futuramente conhecida como Estrada do Cerne'. Exposto em Wachowicz (1987, p.61):

O índio não tinha ainda condição de entender que: S. Jerônimo era sua propriedade, doado pelo Barão de Antonina; que era preciso defende-la de intrusos que queriam essas terras. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), inspirado pelo marechal Cândido Rondon, somente foi criado em 1910.

Utilizados como mão de obra fácil, os indígenas seguiam demonstrando seus conhecimentos quanto ao território no momento 'desbravado', conectando as ambições dos religiosos em diferentes aldeamentos. Chegam a fazenda Três Bocas (fazenda onde localiza a atual cidade de Londrina) na década de 1920.

A respeito do SPI, a fala do Kaingang nº 11 explica:

Aí um tempo mudaro de nome do SPI. Foi no tempo do SPI que eles começo fazê esses escravo com os índios. Aí eles mudaro pra FUNAI, aí melhor um pouquinho mais ainda não melhora muito. Aí começo as madeira daí chefe chama todo mundo e falou, olha nois vai fazer umas casa para vocês agora, umas casa boa, vocês tem que fica igual os brancos, vai ter luz na casa, água dentro da casa, mas para fazer isso nós temos que derrubar os pinheiros, peroba, essas madeiras de lei. Vocês vão viver igual os brancos vão usar até a gravata. Agradando os índios né para tirar madeira né, que nós vamos mudar montar uma serraria aqui para vocês, vamos serrar, construir umas casa para vocês. Aí o meu tio chegou lá contente né contando essa história que o chefe falou é chefe vai fazer uma casa boa para nós agora porque a nossa casa era de capim, as lateral era de pau a pique né tio chegou lá quantos vai fazer umas casa boa para nós acho que não vou ficar igual os brancos aí eles começaram a cortar aquelas madeira. Oia cada chefe que entrava lá saía rico porque eles exploravam muita coisa ali. (Entrevista Kaingang nº 11).

Wachowicz (1987, p.24) evidencia uma crítica consistente quanto a atual ocupação do território Paranaense, " [...] Realmente, se o ouro Brasileiro empregado para sustentar a Infantaria e a Marinha Brasileira tivesse sido empregado na estrada para Mato Grosso, quer fosse pelo Tibagi ou Ivaí, outra seria a história da ocupação do território Paranaense, notadamente a do Norte do Paraná", possivelmente não existiria grande parte das reduções indígenas comentadas ao decorrer deste subtítulo.

É necessário frisar que, a partir do ano de 1610 foram estabelecidas reduções jesuíticas na região do Guairá, proporcional ao atual Oeste do estado do Paraná. As mesmas apresentavam as seguintes funções: garantir a navegação e o comércio pela Bacia do rio da

Prata (como mencionado a respeito dos cursos hídricos ali presente), aldear os indígenas que eram classificados como hostis a colonização Espanhola, e conseqüentemente, bloquear expedições de Bandeirantes vindos do estado de São Paulo, com intuito de captura dos indígenas.

### 2.3 *Políticas indigenistas no Norte do Paraná*

No desenrolar dos conflitos entre as reduções jesuíticas e ação dos bandeirantes, a trapaça dos missionários em nome da igreja frente a ingenuidade indígena, quanto aos saberes em relação a terra e sua força de trabalho, apresenta uma vasta bibliográfica a partir do viés vencedor, no qual o colonizador conta as façanhas sob espaços legítimos no qual já existia a presença de povos originários. Entretanto, os percursos que a história levou, nos episódios entristecedores sofridos pelos indígenas em terras paranaense, faz com que nos submetamos a descrever, ainda que de forma sucinta, a respeito dos anos finais de 1500 e início dos anos de 1600, na caracterização do primeiro órgão de 'suporte' ao indígena, conhecido como Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN)<sup>28</sup>, oficializado em 1910, no qual mais tarde receberia a denominação de Serviço de Proteção ao Índio (SPI)<sup>29</sup>.

O subtítulo aqui apresentado é definido com a seguinte denominação - "Políticas indigenistas no Norte do Paraná", em busca de caracterização do Regime Tutelar sucedido no ano de 1910, suas intervenções, assistências, evoluções e transgressões frente ao indigenismo.

Criado com o objetivo de executar a política indigenista perante ao órgão do Governo Federal, a principal finalidade do SPILTN era de amparar os indígenas e concomitante a isto, garantir a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do país, pacificando-os e instruindo-os para que pudessem se tornar futuramente trabalhadores nacionais. A superioridade da igreja, que era a referência da assistência e catequese aos indígenas, passa a concorrer com a política de proteção por parte do Estado.

É necessário conceituar que, o termo 'Legislação Indigenista' é elaborado pela sociedade envolvente, no qual em sua grande maioria não atendem as demandas necessárias de uma determinada etnia, ao contrário da Legislação Indígena, que evidencia os regimes jurídicos peculiares de cada povo indígena, pensado da elaboração a real aplicação nos territórios indígenas.

Com a separação dos órgãos responsáveis pelo ideal indígena da época, a configuração do SPI datado pelo decreto de Lei nº 3.454 no ano de 1918, apresenta o Coronel Candido Mariano da Silva Rondon como responsável e mentor das relações do Estado com os povos indígenas, na busca de uma ligação integracionista. De acordo com Freire (2009), a

<sup>28</sup> Criado pelo Decreto-Lei n.º 8.072, de 20 de junho de 1910.

<sup>29</sup> Em 06 de janeiro de 1918, através do Decreto Lei nº 3.454, o órgão responsável pela localização dos trabalhadores nacionais foi separado do SPI e incorporado ao Serviço de Povoamento do Solo, contudo, sem comprometer o caráter integrador e civilizatório do órgão indigenista.

conhecida Comissão Rondon tinha como objetivo percorrer as extensões do território brasileiro com uma Comissão de Construção de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA). As principais iniciativas do Serviço de Proteção ao Índio desde sua criação estavam voltadas para a pacificação de grupos indígenas em áreas de colonização.

Ainda que o segundo momento marcante no ideário indigenista constituísse de integração e assimilação dos povos, as contradições existiam e dificilmente seriam compreendidas pelos indígenas. Rondon, dizia ser 'bom' e utilizando de discursos sentimentalistas em que propagava a vontade de corrigir as injustiças sob este grupo, mas de acordo com Missão Rondon (2003), a integração de povos indígenas tinha como interesse a mão de obra, uma que vez que seus soldados optaram por outros serviços no decorrer do caminho em que realizavam a construção das linhas telegráficas. Tal contradição é abordada em Pacheco de oliveira (1988):

Algumas contradições básicas existiram no âmbito do SPI: enquanto se propunha a respeitar as terras e a cultura indígena, agia transferindo índios e liberando territórios indígenas para colonização, ao mesmo tempo em que reprimia práticas tradicionais e impunha uma pedagogia que alterava o sistema produtivo indígena. O regime tutelar, instaurado com a criação de uma agência indigenista inspirada na experiência da Comissão Rondon e formatada no sertanismo como representação imagética, tem seu dinamismo estabelecido por uma contradição básica e fundadora, conhecida como "o paradoxo da tutela"

As constantes acusações de genocídio e perda de visibilidade da instituição motivadas pela corrupção administrativa, levaram o SPI a investigações e alterações com uma nova caracterização do órgão indigenista, como descreve Souza Lima (2001), "no final de 1967, foram extintos o SPI, o CNPI e o então Parque Nacional do Xingu, e seus acervos transferidos para a Funai, criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Estruturada no auge do princípio integracionista, a legislação indigenista da Funai, mudara de nome, porém sua essência continuaria enraizada em contradições. Para Ribeiro (2004, p.201):

A realidade demonstraria que, embora tendo razão quanto à potencialidade do índio, desconheciam dois fatores que poriam abaixo suas mais caras esperanças: 1) O vigor do conservantismo dos grupos indígenas, sua tenaz resistência à mudança e a força do sentimento de identificação tribal que leva estes minúsculos grupos étnicos a lutar por todos os meios para conservar sua identidade e sua autonomia; 2) a incapacidade da sociedade brasileira, particularmente das fronteiras de expansão, para assimilar grupos indígenas, proporcionando-lhes estímulos e atrativos para nela se dissolverem.

Mais de meio século depois do surgimento do primeiro Órgão Indigenista Brasileiro, - a Funai - foi criada para continuar o exercício da tutela do Estado sobre os indígenas, com seus princípios de ação baseados no mesmo paradoxo fundador do SPI: "o 'respeito à pessoa

do índio e às instituições e comunidades tribais' associado à 'aculturação espontânea do índio' e à promoção da 'educação de base apropriada do índio visando sua progressiva integração na sociedade nacional' (MAGALHÃES, 2003, p. 85-86). No que concerne a 'aculturação espontânea do índio', significa que o processo de adaptação do indivíduo indígena quanto aos preceitos que regem a sociedade envolvente, visto que, os hábitos, costumes e atividades desenvolvidas possuem diferenças.

A validação das ações do órgão tutor em questão, consolidou-se após alguns anos com a edição da Lei n.º 6.001 de 19 de dezembro de 1973, conhecida como Estatuto do Índio, formalizando perante a justiça, os procedimentos a serem adotados pela Funai na proteção das populações indígenas, bem como a definição de suas terras e o processo de regularização fundiária. De acordo com (BRASIL, 1973), "Parágrafo único. Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam aos demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei".

Seria através deste Estatuto, a garantia dos direitos necessários ao reconhecimento e sobrevivência do indígena, no presente e em um futuro próximo? Teoricamente, aconteceram garantias aos povos originários, entretanto, a necessidade de discussão quanto as questões indígenas pela sociedade envolvente e pelos próprios indígenas, continuará sendo necessário. Fundamenta-se um novo marco conceitual a essas garantias: a Constituição Federal (CF) publicada no ano de 1988. Consolida-se um novo momento frente as políticas indigenistas, promovendo a superação da perspectiva assimilacionista intrínseca a toda legislação indigenista anterior, no qual classificava os indígenas pertencentes a uma categoria étnica, social provisória e transitória, no presente, procura realizar a interação e assegurar a pluralidade étnica, estabelecendo relações protetoras e fomentadoras entre o Estado e comunidades indígenas, diferente do modelo assimilacionista do período Rondon.

A Constituição Federal de 1988 consagrou duas disposições importantes em relações aos direitos indígenas: o direito originário às terras que tradicionalmente ocupam e à diversidade étnica e cultural, previsto no art. 231 da CF/88 e seus parágrafos, e o direito ao pleno exercício de sua capacidade processual para a defesa de seus interesses, insculpido no art. 232 da CF/88. Estes dois dispositivos fazem parte de um conjunto normativo produziu alteração na relação estabelecida entre os indígenas e o Estado, após a promulgação da Constituição de 1988, e rompeu a lógica tutelar que considerava os índios seres incapazes para vida civil e para o exercício de seus direitos.

Esta mudança na Constituição de 1988 reafirmou os direitos indígenas como direitos fundamentais, reconhecendo as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios como direitos

originários, consagrando o indigenato, reconhecendo que as comunidades e organizações são partes legítimas e que possuem capacidade de buscar seus direitos perante a lei.

Faz-se necessário expressar os artigos que amparam o direito indígena por meio da Constituição Federal de 1988, abordado por Silva (2008, p.44-45):

**Art. 231.** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º - É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º - Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, § 3º e § 4º.

**Art. 232.** Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

É reconhecido o povo indígena na sua íntegra, com sua cultura própria, suas crenças e tradições singulares, bem como sua estrutura organizacional ímpar, pelo Estado Brasileiro. Além disso, ainda reafirma os direitos originários dos indígenas sobre a terra que ocupam e à qual estão inerentemente ligados, pois é de onde retiram a sua sobrevivência humana e cultural, por meio de séculos de luta dessas comunidades. Como afirma Barreto (2003, p.101), ao se referir a respeito do art. 232, "a disposição justifica-se pela histórica omissão, para não afirmar a cumplicidade da União e de seu órgão tutelar (Serviço de Proteção ao Índio, depois Fundação Nacional do Índio) ante as violações de direitos indígenas".

A respeito do texto que rege o Art. 232 da CF/88, esse foi um ganho de extrema importância para o reconhecimento dessa minoria, tendo em vista que garantiu ao indígena a capacidade plena para ingressar em juízo e requerer seus direitos frente ao Estado, sem depender de terceiros para realizar tais atos, permitindo que as comunidades indígenas possuíssem maior autonomia no exercício como cidadãos brasileiros.

O tempo decorrido entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o momento atual equivalem a trinta anos, recentemente completados. Avanços e conquistas são visíveis no que diz respeito às políticas indigenistas, como a demarcação de inúmeros territórios, a implantação formal de políticas públicas que amparam o indígena frente a sociedade envolvente, o crescimento da população indígena, a adesão do poder executivo a declaração das Nações Unidas a respeito dos direitos dos povos indígenas, oficializado pelo decreto n.7.747/2012, que oficializa a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), assegurando uma gestão territorial autossustentável e a afirmação da autonomia indígena em diretrizes que amparam o funcionamento de territórios etnoeducacionais e escolas indígenas. Entretanto, parafraseando José Saramago, “é assim a vida, vai dando com uma mão, até que chega o dia em que tira tudo com a outra”, este tem sido o cenário de ações no poder executivo brasileiro. Após o golpe parlamentar ocorrido em 2016, que retirou a posse da presidente Dilma Rousseff, os adversários da causa indígena não medem esforços para aprovar empreendimentos em territórios indígenas, marcando presença nas bancadas do congresso. Motivados por interesses na exploração de recursos hídricos e minerais, ou no avanço do agronegócio, o momento atual tem configurado como caótico em relação aos anos decorridos da CF/88.

Constitui como política efetiva de assegurar o direito indígena, a demarcação de terras indígenas. Para maiores compreensões, partiremos de uma abordagem regional a uma escala local, caracterizando-as. Para organização do território das Terras Indígenas localizadas no Norte do estado do Paraná, adotamos o recorte das mesorregiões geográficas, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) formulado em 1976, utilizando este critério como fundamental na análise da estrutura produtiva. De acordo com o, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), “[...] as mesorregiões geográficas, cujos limites se mantêm praticamente inalterados, a despeito da dinâmica de emancipação de municípios, possibilitam a recomposição de séries históricas” (IPARDES, 2004, p. 3). Composto por 10 mesorregiões geográficas, com extensões territoriais e quantidades de municípios, diferente entre elas, o quadro 02 apresenta terras indígenas localizadas em duas mesorregiões do estado do Paraná: o Norte Pioneiro e o Norte Central.

**Quadro 02** – Caracterização das Terras Indígenas localizadas nas mesorregiões Norte Pioneiro e Norte Central do estado do Paraná

Terra Indígena	Tronco	Família	Dialeto/ Etnia	População total	Declaram-se indígena	Consideram-se indígena	Extensão (ha)	Município	Mesorregião Paranaense	Situação fundiária
T. I. Pinhalzinho	Tupí	Tupí- Guarani	Guarani,	121	104	16	593,372	Tomazina	Norte Pioneiro	Regularizada
T. I. Laranjinha	Tupí, Macro-Jê	Tupí- Gurani, Jê	Guarani, Kaingáng do Paraná	200	181	19	284,241	Abatiá / Santa Amélia	Norte Pioneiro	Regularizada
T. I. Yvyporã Laranjinha (Posto Velho)	Tupí	Tupí- Guarani	Guarani Nhandéva	83	64	19	1.238	Cornélio Procópio, Ribeirão do Pinhal, Abatiá	Norte Pioneiro	Declarada
T. I. Barão de Antonina	Macro-Jê	Jê	Kaingáng do Paraná	521	395	96	3.750,722	São Jerônimo da Serra	Norte Pioneiro	Regularizada
T. I. São Jerônimo da Serra	Tupí, Macro-Jê	Tupí- Guarani, Jê	Xetá, Guarani, Kaingáng	495	484	10	1.339,336	São Jerônimo da Serra	Norte Pioneiro	Regularizada
T. I. Apucarana (Apucarantina)	Macro-Jê	Jê	Kaingáng Central	1.417	1.396	19	5.574,945	Tamarana	Norte Central	Regularizada / Em estudo
T. I. Ivaí	Macro-Jê	Jê	Kaingáng Central	1.687	1.687	-	7.306,347	Manoel Ribas, Pitanga	Norte Central	Regularizada
T. I. Faxinal	Macro-Jê	Jê	Kaingáng Central	609	600	09	2.043,894	Cândido de Abreu	Norte Central	Regularizada

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2010. Organização: autores, 2018.

A organização dos dados presente no quadro 02, permite analisar as terras indígenas compostas pela etnia Kaingang, localizadas em municípios das mesorregiões geográficas Norte Pioneiro e Norte Central. Observa-se que o grupo indígena que a pesquisa se debruça na intenção de caracterizações, em algumas terras indígenas não são maioria, ou por ora, não habitam, como é o caso da Terra Indígena Pinhalzinho, que vivem povos que se reconhecem e possuem dialetos Guarani e Guarani Nhandéva, da família Tupí-Guarani, de origem do tronco Tupí.

As línguas ou dialetos indígenas são agrupados em famílias linguísticas que, por sua vez, são reunidas em troncos linguísticos, levando-se em consideração as semelhanças e diferenças entre si. Nos troncos agrupam-se as línguas cuja origem comum vem de milhares de anos. Já na subdivisão denominada família linguística, as semelhanças ganham proporções e conseqüentemente, um contingente maior em relação ao tronco. Entretanto, ao analisarmos os dados organizados no quadro 02, as famílias linguísticas dos indígenas que habitam em terras paranaense, se limitam a apenas duas, o Tupí-Guaraní e o Jê, respectivamente.

Os Guaraní, pertencem ao tronco Tupí-Guaraní, dividem-se em três subgrupos (dialetos): os Mbyá, Kaiowá e Nhandéva (desses subgrupos, a última etnia apresenta um maior número de indígenas). A etnia Xetá, com menor número entre as três que habitam o estado, também pertence à família tupí-guaraní, contatados na década de 1950, pelo Serviço de Proteção aos Índios, de acordo com a Funai (2018). Finalmente, a etnia Kaingang do tronco Macro-Jê e família Jê, que preferiam habitar as regiões produtora de pinhão, principal fonte de subsistência do grupo, encontrado nas regiões de campos e florestas de Araucária, predominante nos três planaltos paranaense, e que atualmente concentram-se na parte central do estado, devido a ações de um passado não tão distante.

Para uma melhor compreensão, a figura 11: Presença Indígena no Estado do Paraná, produzido pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) em Julho de 2007, no qual delimita a presença indígenas e localização de terras indígenas nos limites do estado do Paraná. Resistem atualmente no estado, três etnias indígenas: Guarani, Kaingang e Xetá.



Outro aspecto a ser mencionado de acordo com as informações do quadro 02, é a respeito da Terra Indígena Ivaí. A mesma é composta apenas pela etnia Kaingáng (maior população no estado), distribuídos na maior extensão territorial indígena desta unidade federativa, correspondente a 7.306,347 hectares (ha), distribuídos nos municípios de Manoel Ribas (mesorregião geográfica Norte Central) e Pitanga, localizada na mesorregião geográfica Centro-Sul. Nesta linha de pensamento, consta na última coluna do quadro, e não menos importante, a situação fundiária das terras analisadas. As mesorregiões geográficas destacadas apresentam todos os territórios indígenas em situação regularizada, fase final do processo de demarcação, entendidas como aquelas que após a homologação de seus limites, foram registradas em cartório em nome da União e no Serviço de Patrimônio da União.

Estão localizadas na mesorregião geográfica Centro Oriental, as terras indígenas Tibagy/Mococa e Queimadas, com uma pequena população Kaingang em relação as demais terras indígenas, com 168 e 429 indígenas, respectivamente, conforme dados divulgados pela Censo demográfico (IBGE, 2010). Ambos territórios se encontram no município de Ortigueira.

A metodologia utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) no censo demográfico foi aprimorada a respeito da investigação indígena no Brasil, investigando o pertencimento étnico, abordando critérios de identificação, como a falada, localização geográfica, e autonomia de reconhecimento como indígena. De acordo com (IBGE,2010):

Foram coletadas informações tanto da população residente nas terras indígenas (fossem indígenas declarados ou não) quanto indígenas declarados fora delas. Ao todo, foram registrados 896,9 mil indígenas, 36,2% em área urbana e 63,8% na área rural. O total inclui os 817,9 mil indígenas declarados no quesito cor ou raça do Censo 2010 (e que servem de base de comparações com os censos de 1991 e 2000) e também as 78,9 mil pessoas que residem em terras indígenas e se declaram de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), mas se consideravam “indígenas” de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados.

O censo indígena 2010 quantificou pela primeira vez o número de etnias, comunidades linguísticas, encontrando 305 etnias, a partir da identificação de 274 línguas indígenas. O estudo aprofundado, permitiu a obtenção de dados essenciais para possíveis políticas indigenistas, como por exemplo, o contingente de 78.773 indígenas vivendo na região Sul do Brasil, no estado do Paraná encontram-se 26.559, dos quais 11.934 indígenas ou 44.9% foram localizados em domicílios nas 27 terras indígenas do estado, e 14.625 indígenas que estão residindo fora de uma terra indígena.

Os Kaingang formam um numeroso grupo indígena no Brasil Meridional, 19.905 habitantes, distribuídos pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, um contingente populacional expressivo considerando os dados do censo em questão.

Tommasino (1995) contextualizou a sociedade Kaingang em movimento, pontuando que estes são tradicionalmente caçadores-coletores, possuindo suas aldeias fixas (Emãs), estabelecidas nas atuais Terras Indígena, porém é uma pratica decorrente o constante deslocamentos entre os grupos indígenas para acampamentos temporários, conhecidos por eles como (Wãre<sup>30</sup>). Estes eram construídos nas florestas, pelas margens dos rios, para caça, pesca e eventuais atividades na localidade, mudando de direção conforme necessidade do grupo. Atualmente, o Wãre existe, entretanto, reformulado devido as práticas de uma sociedade capitalista, que prefere não reconhecer a presença indígena em seu habitat.

Diante dos percalços impostos pela sociedade envolvente, atualmente a economia Kaingang encontra na agricultura de subsistência, assalariamento temporário (com maior frequência na área urbana) e no comércio de artesanato, a mínima sobrevivência financeira que necessitam.

A Prefeitura de Londrina, através da Coordenação da Secretária Municipal de Assistência Social, integrada com as secretárias da Saúde, Educação, Cultura, Meio Ambiente e Agricultura desenvolveram desde o ano de 1993 um programa de atendimento aos Kaingang, no qual a partir do ano de 1999 foi implantado o Centro Cultural Kaingang (VÃRE), conforme figuras 12 e delimitado a localização geográfica na figura 13. No perímetro urbano as famílias indígenas vivem próximo ao Ribeirão Cambé, na Avenida Dez de Dezembro.

**Figura 12-** Entrada do Vãre - Centro Cultural Kaingang, na Avenida X de Dezembro/Londrina



**Fonte:** fotografia feita por Tiago de Almeida-Indígena Kaingang, residente na T. I. Apucarantina (2019).

<sup>30</sup> De acordo com D'ANGELIS (2008), a escrita do alfabeto Kaingang usa as seguintes letras: Vogais-[A Â Ã E Ê Ë I Î O Ó U Û Y Ŷ] e as Consoantes - [F G H J K M N NH P R S T V]. Portanto, a palavra com a variação escrita (wãre) é uma definição da sociedade envolvente.



De acordo com Londrina (2017), o Vãre é uma estrutura com fins comerciais e divulgação de sua cultura material no espaço urbano. “Foi implantado em 1999 e desde então, tem buscado oferecer melhores condições de permanência aos Kaingáng por ocasião de suas vindas à cidade de Londrina para a comercialização de seus produtos artesanais”.

Como representado nas figuras 12 e 13, e comentado sobre sua localização, nas proximidades do Ribeirão Cambé, na Avenida Dez de Dezembro, essa territorialidade Kaingang já provocou intensos debates a respeito da presença indígena no local.

O acampamento kaingang de acordo com a prefeitura, localiza-se de forma irregular, uma vez que a área apresenta vulnerabilidade aos indígenas, por estar em um fundo de vale, e não dispor de infraestrutura adequada, é foco de debate e tem como medidas judiciais já solicitadas pela prefeitura de Londrina, para reintegração de posse da área. No ano de 2016, com as constantes chuvas e conseqüentemente o aumento no nível pluviométrico, destruiu muitos barracos, construídos com madeira e lona, impossibilitando a permanência dos indígenas no local, e conseqüentemente, a comercialização de seus produtos naquele período. Na figura 14 é possível ver uma pequena parte da organização física do espaço que habitam.

**Figura 14-** Vãre- Centro Cultural Kaingang



**Fonte:** Folha de Londrina. Publicação digital em 19 de abril de 2018

Por constituir espaços originários de permanência e trajeto de diferentes etnias, o Vãre- Centro Cultural Kaingang mantém viva a memória dos antepassados, e busca manter viva a cultura desse povo. Atualmente estima-se que cerca de 80 famílias de diferentes etnias vivem na área, segundo entrevista com o (Kaingang nº12). Algumas famílias utilizam o local apenas de passagem, para dormir e ficar por alguns dias, já outras famílias ficam em tempo integral, se ausentando apenas com o deslocamento a T. I. Apucarantina aos finais de semana.

Como medida de garantia ao bem-estar da população indígena que encontra-se no Vãre, a Prefeitura de Londrina oficializou a construção de um alojamento no ano de 2014, no qual teria a mesma aplicabilidade (a permanência dos indígenas). A estrutura funciona na antiga central de moagem de entulhos da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina (CMTU), próximo à Chácara São Miguel, localizado na Zona Sul de Londrina.

A construção adaptada para abrigar as famílias Kaingang não tem aprovação da maioria dos indígenas, devido à distância do abrigo em relação ao centro urbano, espaços que comercializam seus artesanatos, conforme aborda os (Kaingang nº 1, 6, 7, 8, 11):

A gente ficava lá né, mas, foi o prefeito que deixou eles ficar lá. Aí eles fizeram umas casas lá, de sapé, tinha umas 4 casas de sapé, daí tinha energia... não sei o que aconteceu. Daí de repente, eles falaram que não era mais dos índios, que eles tem que mudar pra outro lugar. Não sei o que aconteceu. Aí que eles compraram esse chácara que meu pai tá lá agora. Acho que é da prefeitura. Só que eles acham que é muito longe, Também é no meio do mato. Aí eles acham que é ruim lá, no meio do mato, longe da cidade né. Mas pra nós é bão, porque as crianças ficam lá, brincando (Entrevista Kaingang nº1).

Aa eles fala qui lá é lugar bom pra eles, agora lá nu centro cultural é difici, diz que é longe né, que num tem a circular tudo hora, e ali diz que tem (Entrevista Kaingang nº 6)

Que eu ando, eu viajo muito, e as pessoas fala: porque que os índios estão lá no X de dezembro? vocês têm o salário de vocês aí do governo! Falo oia eu eu eu trabalho para mim. Por que que os índios fica pedindo esmola no sinaleiro!", na não é só os indígenas que que toda vez que eu tô lá em Londrina tem um mendigo pedindo dinheiro para mim também para comprar droga maconha então não é só os índio que tá lá fazendo isso. (Entrevista Kaingang nº 7)

Eu ouvi algumas pessoas dizer, ah pra que eles querem terra. Tão atrapalhando a plantação de soja. Tá mais e o benefício de plantar árvore, de deixar germina as coisas naturais da terra também, também tem isso né é o que os indígenas querem não é aquela plantação com agrotóxico, com financeiro, é a plantação para sobreviver ter um lugar na terra para onde aonde você vai poder fazer sua casa e uma maneira de sustentar, não de ganhar dinheiro de fazer grandes plantações de soja trigo aveia essas coisas , não é fim financeiro, é só porque é nosso mesmo. Eu duvido se algum não índio, é tivesse a possibilidade de requerer uma terra, se, quem quem que não ia requerer uma terra se tivesse certeza que a terra é sua. (Entrevista Kaingang nº 8).

Eles não vem pra cá, não pra cá porque eles acham que é muito longe. E é verdade, é longe mesmo. Tem os parentes nosso que tão lá e não querem vir pra cá por causa da distância, e lá é mais fácil, a saída é mais fácil (Entrevista Kaingang nº11).

Na entrevista que realizamos com o Kaingang nº11, conhecemos uma pequena fração do percurso que trilhou até chegar na Chácara São Miguel, o mesmo comenta que fez um concurso da Prefeitura de Londrina e se mudou para cidade para dar aula em uma escola. Lecionou por vinte e sete anos. A três anos atrás foi designado a ele a função de cuidar dos indígenas na chácara, trabalhando como uma liderança indígena.

Atualmente, 6 famílias estão na Chácara São Miguel, um total de 15 pessoas. A fala a seguir evidencia a respeito da estrutura do local, comprovado na figura 15.

Então aqui era Barracão que eu falei para você, então primeiro dia que a gente chegou aqui, nois ficamo aqui, nois parava aqui, Ali aquela estrada funcionava por aí eu via muita gente e noite nois sentado aqui acendendo vela, povo chega e falava o que a gente tava fazendo, eu dizia aqui é nossa morada. E aí eles vinha fazê festa aqui, e não saia não fácil (Entrevista Kaingang nº11).

**Figura 15-** Barracão construído pela Prefeitura de Londrina, Chácara São Miguel.



**Fonte:** Fotografia- trabalho de campo. Evandro Ruiz, 2018.

De acordo com informações que obtivemos na entrevista com o Kaingang nº 11, a antiga estrutura:

Barracão que só tinha o barracão sem porta e janela era igual aquele mesmo era grandão. Então fazia tempo que tava quebrado, tava podre dentro daí quando ventava balançava muito, daí a prefeitura veio derruba pra não cair em cima dos índios. Falaram que vão construir outro. Faz uns dois anos (Entrevista Kaingang nº 11).

Ainda que a prefeitura de Londrina tenha concretizado ações para garantia e permanência da cultura Kaingang nos diferentes espaços da cidade, muito precisa ser pensado para efetivação de um ideário indígena, promovendo a visualização destes no ambiente urbanizado. Infelizmente, não podemos omitir o fato que, ocorre constantemente discursos e julgamentos discriminatórios aos povos indígenas, levando a invisibilidade destes nos espaços da cidade, concretizando a perda de território (na visão da sociedade envolvente), que os Kaingang sofreram e continuam a presenciar, devido a lógica capitalista imposta pelos anseios da sociedade envolvente, como pode ser evidenciado nos trechos abaixo:

Existi né. Qui alguns fala assim né, essis índio fica vendenu artesanato né. Qui eles invés de vim pra aldeia trabaia, trabaia né, qui tem terra [...] fala quis os índio num trabaia, fica só pra cidade. Daí fala, Craro que tem que fica pra cidade, ceis tomaro tudo as terras dos índios. Agora num tem terra pra pranta, pra produzi né, pra cume (Entrevista Kaingang nº 6).

Não é bom, eu percebo que não é bom por causa que nós estamos no meio dos brancos né e os índios e os brancos discrimina muitos muitos os índios. Já discriminaro até eu, quando eu ando como a minha família na cidade lá, o pessoal fica olhando né, falando oia os índios ali, e a gente não tem sossego né, lá na aldeia não a gente vai onde quer, se a gente precisa de pescar vai, se a gente precisa de buscar de algum mantimento do mato umas frutas, na cidade não a gente já pensa de ganhar alguma coisa para comer, e é muito quente, me parece muito quente e na aldeia não, tem sombra, fica sossegado. Eles se sente mal, ter que o branco ficar dando as coisas e ele se sente, mais tem que fazer isso para não passa fome. Por que discriminam os índios, são vagabundos não trabalham, só vive só pedindo, num sei o que, então é discriminação fica ruim eles entendem muito eles entendem essa discriminação é outra e sabe mas não tem outro jeito (Entrevista Kaingang nº 11)

Ainda que a Terra Indígena Apucarantina esteja demarcada atualmente na jurisdição do município de Tamarana, as políticas indigenistas aos Kaingang no município de Londrina, aconteceram, e perduram até o presente momento. A prefeitura de Londrina destina ações em programas específicos aos indígenas desde o ano de 1993, abordando principalmente grupos da etnia Kaingang que vivem nas quatro territorialidades da Terra Indígena Apucarantina. Atualmente, são desenvolvidas ações de assistência social, realizando cadastros das famílias indígenas, uma forma de garantir alguns benefícios dos programas de transferência de renda do governo federal, através do Cadastro Único (CadÚnico).

Quanto a política indigenista no âmbito educacional, são atendidas pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR), por meio do Núcleo Regional de Educação de Londrina (NRE), no qual Tamarana e outros 18 municípios estão organizados. A Escola Estadual Indígena Benedito Rokag, localizada na sede, realiza atendimento aos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, e a Escola Estadual Indígena João Kavagtan Vergilio, com atendimento aos anos iniciais até o 5º ano do Ensino Fundamental I. A Escola Estadual Indígena Roseno Vokrig Cardoso, está localizada no Barreiro, com atendimento as séries iniciais e 5º ano. Entretanto, a atual configuração é fruto de resistência dos Kaingang da T. I. Apucarantina, como é evidenciado na fala a seguir:

A gente ficou três anos na direção, fizemo um bom trabalho né, na questão da juventude, no fortalecimento da cultura da língua, né porque antes nossos indígenas iam lá pra fora né, iam lá pra fora, e tinham muita dificuldade na língua também, com a linguagem na escola de fora. I ii eu vejo assim que naquela época tinha muita desistência também né porque por causa da língua mesmo, eles não chegava até o final, alguns dessistiam na metade do ano, porque eles tinham muita dificuldades, e até mesmo sair daqui e até Lerroville né, e Londrina. Muitas vezes chovia, as vezes chovia demais, acabam perdendo as aulas e eles não iam direito e eles iam reprovando né. Então quando eles viam que ia reprovar e já desisti. [pausa] Aí em 2013 quando começou aqui os alunos vinham de Lerroville pra cá, todos pra cá né aí a gente foi vendo foi acompanhando o desenvolvimento deles é a participação deles, que foi muito bom, eu vejo que assim que foi muito bom, na questão da da importância da cultura, que nosso colégio, nosso objetivo é isso né, que os nossos indígenas tenha orgulho e que eles tenham seu direito de conhecer os seus direitos né, pra reivindicação de de terra, reivindicação da saúde, educação né, porque isso foi uma luta né dos antigos indígenas, dos líderes indígenas pra gente ter um colégio aqui dentro, então não foi assim o Estado deu pra nois né, porque foi sofre, foi uma luta né que nois reconhece muito isso e agente também passa né para os alunos para eles ter esse valor, dar essa importância da escola dentro da própria aldeia da própria terra indígena (Entrevista Kaingang nº 4).

Essa configuração é recente, visto que, a escola que atende os anos finais do Ensino Fundamental II e Ensino Médio foi fundada no ano de 2012. Anterior a este período, os estudantes que concluíssem os estudos do Ensino Fundamental I, procuravam o distrito de Lerroville para concluir a formação, em escolas que não contemplam a educação indígena, ou seja, na rede estadual de ensino da sociedade envolvente.



### 3.1 O olhar territorial deles

O Decreto Estadual n.º 6<sup>31</sup>, de 05 de julho de 1900, assinado por Francisco Xavier da Silva, então governador do Estado do Paraná, reserva área de terra aos índios Kaingang do Apucarana. De acordo com mapa elaborado pelo SPI no ano de 1940, apresenta uma área de 63.590 hectares, cujos limites eram os rios Apucarantina ao norte, Apucarana ao sul, Tibagi a leste e a Serra do Apucarana a oeste, no qual menciona Tommasino (1995, p.164): “ficam reservadas, para estabelecimento de colônias indígenas, as terras devolutas sitas entre os rios Tibagy, Apucarana, Apucarantina e a Serra do Apucarana, no município do Tibagy”. A autora afirma em sua tese de doutorado, que os próprios indígenas consideravam uma área só, São Jerônimo e as aldeias na Serra Apucarana.

Entretanto, a delimitação atual é consequência do acordo de 1949 entre o SPI e o Estado/ União, assinado por Moysés Lupion, na época governador do Estado e Daniel Serapião de Carvalho, Ministro da Agricultura, reestruturando territórios indígenas e demarcando as áreas que localizavam os Postos Indígenas de Apucarana, Queimadas, Faxinal, Ivaí, Rio das Cobras e Mangueirinha. Neste contexto, o acordo de 1949 reduziu drasticamente a área da Terra Indígena Apucarana, de 68.000 ha para 6.300 ha. Segundo Novak (2018), o acordo firmado no ano de 1949 gerou grande insatisfação do órgão indigenista, bem como intensa resistência por parte dos indígenas Kaingang. A atual delimitação da Terra Indígena Apucarana resulta de outros confrontos, como é mencionado por Novak (2018, p.284):

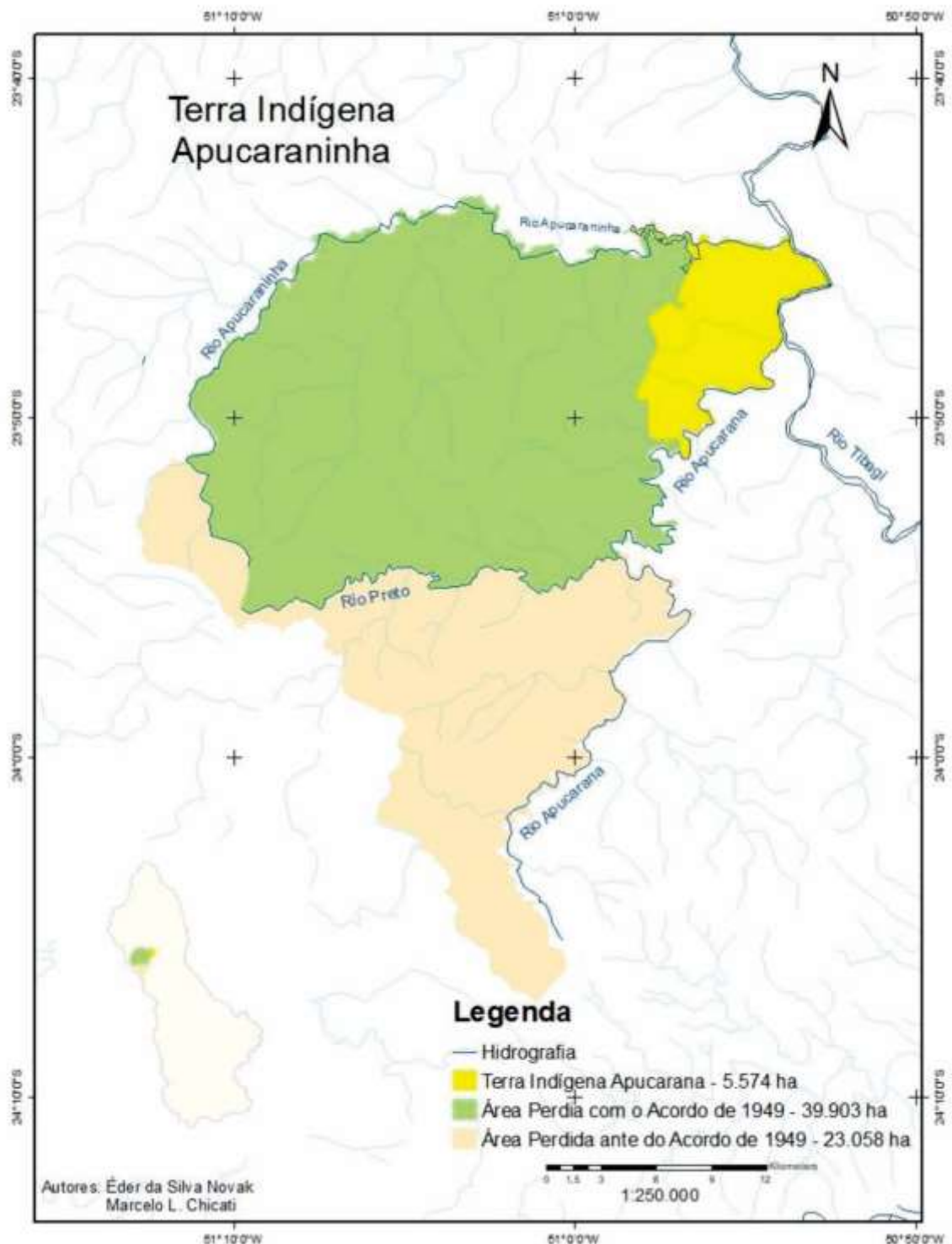
Apesar disso, a atual TI Apucarantina, que em 1900, foi reservada aos índios com mais de 68.000ha, passou pela reestruturação do Acordo de 1949, ficando com 6.300ha e por outros processos de esbulhos durante o século XX, perdendo mais de 700ha, nos anos 1970 e 1980, sendo reduzida aos seus atuais 5.574ha, situada no município de Tamarana, no Estado do Paraná.

O esbulho desenfreado das terras Kaingang marcam as diferentes terras indígenas da etnia. O evento vivenciado pelo povo originário em foco, diz respeito ao acordo de 1949, evidenciado na figura 16 por meio do mapa apresentado na tese de doutorado de Novak, correlacionar com conceito geográfico denominado -TDR, nas diferentes aplicações em análises socioespaciais.

---

<sup>31</sup> PARANÁ, 05/07/1900. Decreto nº 6, de 5 de julho de 1900. Arquivo Público do Paraná, Curitiba, Paraná.

**Figura 16-** Mapeamento do processo de desterritorialização da Terra Indígena Apucarantina



Fonte: NOVAK, 2017. P. 139.

A atual área de 5.574,945 ha da Terra Indígena Apucarantina, encontra-se na bacia hidrográfica do rio Tibagi, mais especificamente na região média desta, configurando como o

principal curso hídrico da área, seguido pelos afluentes Apucarana e Apucarantina, no qual alimentam a Usina de Apucarantina construída no ano de 1946, objetivando o abastecimento do município de Londrina, que através dos empreendimentos de colonização na região, crescia em ritmo constante. A usina entra em operação no ano de 1949 sob comando da Empresa Elétrica de Londrina S.A. (ELSA), conhecida atualmente como COPEL. A companhia realiza sua operação na área com o aproveitamento do salto grande, do Rio Apucarantina, com 125 m de altura, configurando atualmente como um ponto turístico da região de Tamarana e Londrina, que atrai turistas de diversas localidades.

A respeito da estrutura desse empreendimento na Terra Indígena Apucarantina, Cimbaluk (2013, p.93-94), pontua:

A UHE Apucarantina ocupa uma área de 39,9 hectares da Terra Indígena, mas inicialmente eram ocupados 276,73 ha, com área de conservação e vila residencial destinada a funcionários. A ocupação desta área e operação da Usina era feita com contrapartida financeira pelas empresas responsáveis em forma de arrendamento. Pelo acordo inicial com a ELSA eram pagos Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros), dos quais era descontado o consumo de energia da aldeia. O valor pago era questionado pela comunidade, e historicamente foi de difícil apropriação por ela, sendo administrado pelo SPI e depois pela FUNAI.

Muita coisa mudou, e o momento atual já não é como nos anos de 1940. Com a construção de outra usina hidrelétrica na região, ao final da década de 1990, os indígenas do Apucarantina se mobilizaram para opinar na participação de implementação da UHE São Jerônimo. Se efetivada a construção, a barragem ficaria apenas três quilômetros a jusante da foz do rio Apucarantina e, portanto, do limite atual da Terra Indígena Apucarana, alagando 300 alqueires da mesma, e 7,02 alqueires da Terra Indígena Mococa conforme projeto inicial da UHE (HELM, 1998). As consequências da obra, gerou questionamentos dos indígenas da Terra Indígena Apucarantina em relação a obra da COPEL.

A respeito do enfrentamento dos indígenas para garantia dos direitos quanto ao impacto da obra, Cimbaluk (2013, p.94), afirma que a “COPEL aceitou a assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), vistos também como mais vantajosos pelos índios por sua teórica maior agilidade. Em dezembro de 2002 foi assinado o primeiro TAC (MPF, 2002)”<sup>32</sup>.

O termo em questão, tinha como objetivo a revisão do valor pago pela instalação da usina em área indígena, bem como a delimitação da área que ocupava. Após constantes

---

<sup>32</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Município de Londrina. Termo de Ajustamento de Conduta. Inquérito Civil Público nº 02/01. Londrina, dezembro de 2002. Fonte: CIMBALUK, 2013, p. 232).

enfrentamentos, levando até a ocupação da casa de máquinas, no ano 2006 finda-se a negociação:

[...] A proposta final foi de R\$ 14 milhões, sendo aceita pela comunidade. Após esta negociação, em 1º de dezembro de 2006 foi assinado outro TAC (MPF, 2006) intermediado pelo MPF, estabelecendo a forma de pagamento e uso de tal recurso. O objeto do termo é “a criação e implementação do programa gerador de projetos de sustentabilidade socioeconômica e ambiental da Comunidade Indígena Apucarantina” (doravante aqui referenciado como Programa) com duração entre 10 e 20 anos, que seria coordenado pela COPEL Geração S.A., em gestão compartilhada com a comunidade, supervisão e assessoramento da FUNAI e fiscalização do MPF.

A fala a seguir relembra a respeito da resistência dos Kaingang com a obra:

[...] participava. Nois ia lá lá na COPEL fazê greve, fecha lá né, levava as criança [menciona nome dos filhos]. Trabaiva todo dia né, de manhã, era agenti comunitário, daí a tardi eu ia lá, as vezis posava lá com eles, daí no outro dia cedo, vortava pra trabaia nu postim. A tardi voltava, ixi, várias, ficamu um meis lá. Daí ficô quatu ano, primeiro nois fizemu primeira grevi ali na Usina, mais daí num pagaru, não fazia negociação, nois fomo lá embaixo, isso foi em 2005 parece. Daí quando aprovo, daí eles fizeram a parcela daí, 2006 eles fizeram a primeira parcela, daí 2007 foi a segunda.(Entrevista Kaingang nº 6).

Abordamos tal marco histórico na Terra Indígena Apucarantina, com o intuito de contextualizar a criação do projeto Vênh Kar<sup>33</sup>, programa de responsabilidade do empreendimento da Copel, desenvolvido através do Plano Básico Ambiental (PBA), formulando algumas atividades a serem desenvolvidas no território da aldeia. Aplicando uma parte do capital em projetos de infraestrutura e melhoria das estradas dentro da aldeia, ações de valorização da cultura, e atividades econômicas, no plantio de feijão, milho, sorgo para posterior produção de vassouras, entre outras.

Independentemente dos resultados do Vênh Kar, bem como do capital fruto de indenização, é comum a presença indígena nos centros urbanos adjacentes a Terra Indígena Apucarantina, uma vez que se faz necessário o consumo de materiais diversos, utilização de serviços encontrados no meio urbano, e principalmente, na comercialização de artesanatos, gerando renda as famílias produtoras.

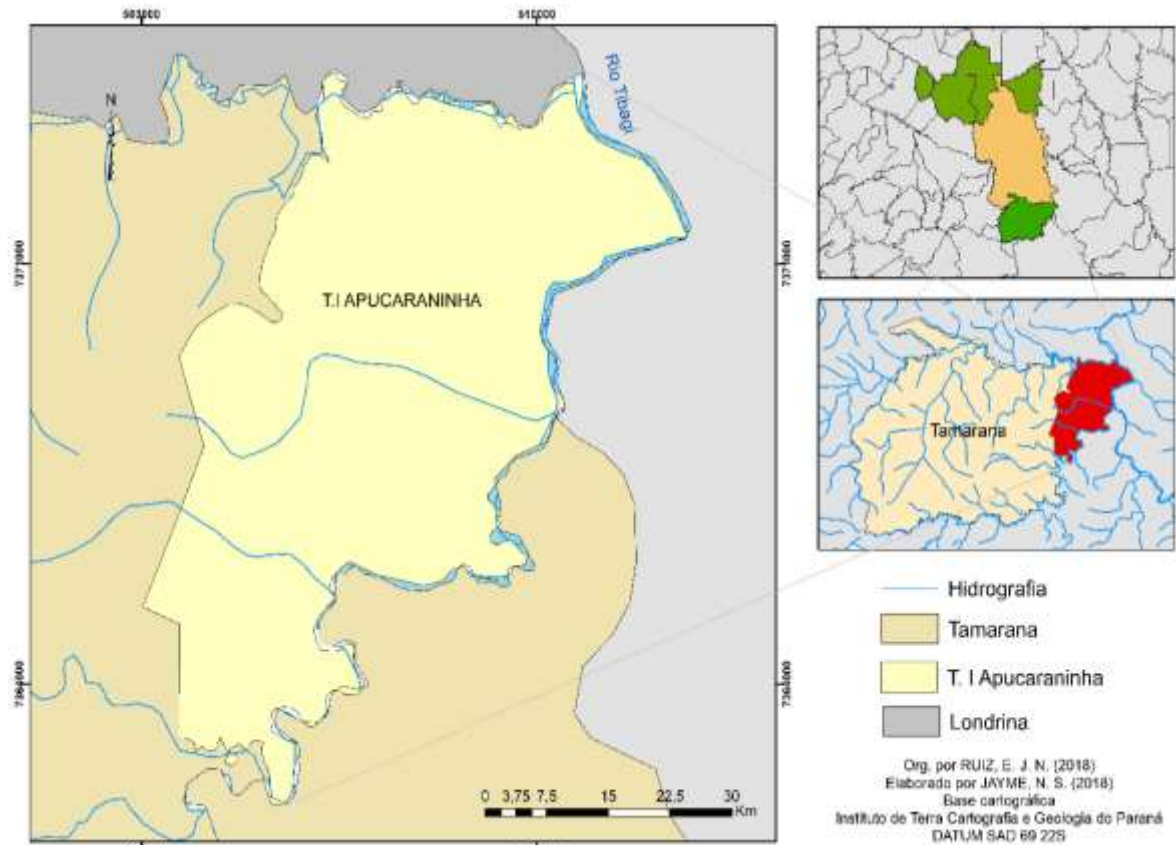
A terra indígena Apucarantina, com 1.417 indígenas, conforme dados divulgados no censo demográfico (IBGE, 2010). Entretanto, o atual cacique afirma que as quatro aldeias (Sede, Serrinha, Barreiro e Água Branca), somam em total de 2.000 indígenas. A respeito da

---

<sup>33</sup> De acordo com dialeto Kaingang da Terra Indígena Apucarantina, o termo Vênh Kar, significa “Para todos”.

subdivisão dentro da Terra Indígena, a Sede está localizada a 25 KM do núcleo urbano do município de Tamarana, e dista 80 Km de Londrina, conforme representado na figura 17.

**Figura 17 -** Mapa de localização da Terra Indígena Apucarantina



**Fonte:** organizado pelos autores (2018).

. Os trechos que seguem, é parte das entrevistas com os Kaingang nº 5 e nº 6, a respeito das lembranças sobre o território em que se encontra atualmente a T. I. Apucarantina:

[...] Apucarantina eu conheço desde 1946 apucarantina eu conheço desde 1946 nós saímos da da nossa aldeia meu pai aprontou lá umas coisas lá e teve que sair corrido de lá sabe, aí meu pai saiu a noite e ficou 15 dias para voltar aí meu pai vorto, falou pra minha mãe, achei uma outra aldeia indígena aí nós vamos embora pra lá agora. Aí nós saímos dia de amanhã de madrugada no clarear do dia. Viajamo o dia inteiro, possamos aqui no lugar que chama 'Pariparó', ficamo ali uns três dias meu pai trabalhando com o senhor que morava ali, daí cruzamo a Aldeia da Apucarantina, era na Campininha pra lá de Tamarana, aí a gente cruzou e foi pra lá. Fiquemo seis meis lá nessa aldeia. Aí, foi um dia meu pai tomou umas pinga e se dissintendeu com os índio, o chefe, que naquele tempo tinhas os chefes do índios né, o chefe chamou meu pai falou, se vai ter que voltar para o teu lugar, que aqui cê não vai pode fica. Aí meu pai pegou dois índios, aqui Lerroville era um lugar chamava Placa do Santo, tinha uma placa e na placa tinha um

santo. Ali tinha muito fazendeiro sabe, aí meu pai voltou, saiu cedo voltou à tarde, falo arrumei um serviço vamo trabaia na fazenda do seu Scavo, é o fazendeiro. Daí foi dois índios com nois, cruzemo, passemos em Tamarana tinha dois armazém que hoje é mercado, supermercado, o nome do dono do armazém chamava Enio Barbosa e o outro chamava Prinio, só tinha umas quatro casas ali em Tamarana, era São Roque, não era Tamarana. Aí a gente foi pra lá e ficuemo ali uns 3 anos, depois cruzemo de volta. Aí cruzemo de volta e aqui nois vivia só eu, meu pai, minha mãe e mais uma irmã, aí quando foi um dia nois tava ali aí minha avó veio buscar nois, aí ela levou nois, veio ela e um capitão, na época cacique era capitão, levou nois embora pra lá, aí que a gente foi, a gente ficava lá e minha vó vinha passia pra cá, eu vinha com a minha avó muito muito muitas vezes até que eu tenho mapa ali que eu mandei fazer de poder fazer mapa que consta a trajetória indígena, nois transitavo muito, e era tudo a pé, não tinha, os índio usava muito animal cavalo, mai a gente vinha a pé né, saía de de que hoje é Barão de Antonina, que nessa época era espedrinha, saía do Barão de Antonina e ia apé ia pra Campina. Aí derepente o pessoal saíro da Campina e viero pra cá, pra Toldo, Apucarantina, Barreiro. A gente vinha por aqui a pé, posava por aí, andava e chegava aqui na casa dos parente, ficava morando, depois de casado a gente vinha, minha mulher é daqui, minha mulher foi daqui para lá, daí pra minha mulher ir daqui pra lá também é outra história, outra, que eu morava lá em e minha mulher morava pra cá, aí a gente transisto bastante, vivia, por urtimo agora eu morava em São Jerônimo, morei quinze anos em São Jerônimo, dois anos no Rio das Cobras, morei parece que cinquenta e seis anos no Barão, nasci no Barão, e ficuemo dez ano, dez ano nois vinha festa aqui no Apucarantina, dia do índio né. A gente saía de lá vinha tudo mundo a cavalo, primeiro nois vinha a pé quando eu era pequeno, aí depois quando eu tinha minha familia, aí a gente vinha do São Jeronimo, festá aqui com eles aí a gente vinha a cavalo. Fretava um ônibus a familia vinha de ônibus por fora, a gente vinha aqui vinte, trinta cavalero, isso nois fizemô dez ano. Então eu sou meio nativo de Apucarantina sabe, conheço o povo, tenho muito parente índio que mora aqui, muito parente memo, bastante parente eu tenho aqui. A minha esposa tem bastante parente aqui. (Entrevista Kaingang nº 5).

Eu vim mora aqui em 94. Só tinha sede, e num tinha essas casas também, as casas que tinha era aquelas de praça, tinha muito é aqueles paiol assim de pau a pique, daí foro, daí começaro fazeno as casa. E num morava tudo junto assim, era um longe do outro também, agora tá tenho muitas casas perto aqui né, não tem espaço né, pra fazê. A terra tá ficando menor. Nois tamo de 94, nois num temo terra pra produzi né, pranta, i, por causa qui, nois tinha uma terra lá ondi a Água Branca tá, mais aí eles foro mora lá né, na nossa terra, daí nois ficuemô sem terra pra pranta. Tem um pedaçim só de perto da casa, só tem um pedaçim só, ali uuu meu esposo pranta, mandioca, batata, bobrinha, milho. E dá né? Essa semana comi duas veis. Só que ele pranta tudo misturado.(Entrevista Kaingang nº 6).

O que comprova que as atuais delimitações das terras indígenas possuem um amparo legal, entretanto, sua lógica é diferente na visão dos indígenas, explicando que o território indígena era apenas um. O indígena Kaingang possui características culturais próprias, com traços marcantes que o identifica e o faz pertencer ao determinado grupo social, construindo sua identidade cultural. Conforme afirma Melatti:

[...] não apenas as línguas fazem a diferença entre as sociedades indígenas, mas também seus costumes, suas instituições, suas visões de mundo, seus ritos, seus cânticos, suas danças, seus artefatos, suas relações com o

ambiente natural e com outros grupos humanos que os cercam. Cada sociedade tem suas peculiaridades, sua configuração própria, é única. (MELATTI, 2007, p. 75).

A respeito do pertencimento e a vivência de práticas da sua cultura, as falas dos Kaingang nº 3, 7, 8, 9 e 10, vão ao encontro do apego que o Kaingang possui para com a terra:

Território, nos consideramos todo o Brasil como nosso território né. é como nós indígenas sabemos que a terra é nossa mãe né, porque dele que nós sobrevive, só que hoje não tem mais... e antigamente também era diferente terra dos dias de hoje. A terra está sendo mais valorizada por parte de economia agora, mas antes não era assim né. Os indígenas que tem seu pedacinho de terra. Não era mais como antigamente. Antigamente eles plantavam tudo para toda comunidade, mas agora não é assim. (Entrevista Kaingang nº 3).

Eu acho que o valor da da Terra para nós é um, terra para nós como diz é uma mãe né, que nele que a gente planta né, nele que a gente produz e se alimenta né, então a terra nois, é tudo pra gente que daí nela que a gente produz, colhe, e se alimenta, que nele que a gente pode sobreviver né, então a terra pra nois ele é como a mãe, então a gente veja isso, por isso a gente defende muito as terras né são muito importante para nós. Terra, água né porque sem água, sem terra gente para nós, nós não somos nada porque daí faz falta né, então isso que a gente vê. (Entrevista Kaingang nº 7).

Para mim essa questão de terra, para nós indígenas, é praticamente a vida do indígenas porque o indígenas depende da terra não só assim, em lucros financeiros, vamos se dizer assim né, mas ele trata da terra como como outros bens não só o financeiro, mas onde ele pode se sustentar, tentar plantar, onde ele pode caçar, onde ele pode ir num rio. A relação de nós indígenas com a terra vai além, até onde os meus conhecimentos vai como indígena, vai além de ser uma simples terra, vai além de de querer [comenta sobre a fazenda Tamarana], “a gente não quer aquilo porque a gente é ganancioso porque a gente também quer planta soja que investi, a gente quer porque era nosso, e até então tem documentos que prova que era nosso, aliás o Brasil inteiro era nosso né, era dos indígenas. Então para mim a terra ela é além de uma simples terra, pros indígenas, é uma questão de cultura, conhecimento, de respeito, pra mim eu vejo assim.(Entrevista Kaingang nº 8).

Bom Terra pra nois seria um, uma como é que eu vou dizer, uma terra que a gente considera como uma uma mãe né qui, que a gente pode cuida, daí a terra seria um uma tema muito importante cuida, só que pelo jeito que anda, pelos governos que querem fazer as coisas aqui dentro, eles num tratam bem a nossa terra. As coisas que eles plantam aqui, eles usam alguns tipos de venenos pra acaba com todas as coisas, tipo floresta, mata, essas coisas, daí com isso acaba influenciando a clima também né, hoje tá muito calor mais, como seria antigamente se não tivesse esses governos entrando nas aldeias, daí seria importante cuidar né mas parece que o que eles querem é só ganha, só, a nossa aldeia é um meio de capital que eles querem, daí não sei se a gente ganha com isso também, porque benefícios que eles falam que é nosso não consegue libera. Tipo, eles falam que a gente tem um benefício que a terra, que a nossa aldeia tem, só que assim tipo eu quero isso, então tá, daí tal dia eu faço o que você quiser. Tem que ir por meio burocrático pra conseguir as coisas né. (Entrevista Kaingang nº 9).

Eu sou de 65 né, e minha mãe sempre falava pra mim que o tempo que ela era nova, aqui tudo mato né, era mato, era bicho, pássaro tudo, peixe, e vivia mais era só com isso, e depois pra roça plantava mais era batata doce né, e mandioca só. Esse já era convivência deles, naquela época, do tempo dela. E hoje minha mãe tá com centi e dois anos né, e ela é viva inda, é forte ainda, então ela conta essas história pra gente. (Entrevista Kaingang nº 10).

Nesta compreensão de Seeger e Castro a respeito da conceituação de terra e território para os povos originários, Martins (1986, p. 36) contextualiza:

Para os povos indígenas a terra aparece fundamentalmente como meio de re-produção, de recriação de estruturas, relações, instituições, ritos, que a simples conversão do território em terra, isto é, em meio de produção (no sentido vulgar e não no seu sentido teoricamente correto), destruiria ou comprometeria.

É sumamente importante a distinção entre terra e território, feita por Seeger e Castro, no sentido de que a terra indígena faz parte da sobrevivência política, social e econômica de um povo indígena. Entretanto, Martins (1986) assinala que não se pode considerar terra indígena como um meio de produção, uma vez que, “quando como tal é explorada pelo capital, que é meio de mais-valia e que, nessa perspectiva de análise, a terra é ao mesmo tempo meio de distribuição sob a forma de renda”.

Na geografia, as tentativas de contextualização do território se fazem a partir de diversos vieses epistemológicos e suas categorias de análises para compreensão das relações do homem e o meio em que está inserido. Adentrando a este campo de assimilação, Silva (2007, p.282) afirma que:

A fronteira constitui recorte analítico e espacial da problemática da mobilidade do capital e das relações de produção pelo território nacional. Além disso, é palco para conflitos transculturais e identitários. Em termos gerais, revela interações entre o homem, a terra e a natureza. Em função do modo de produção e das representações simbólicas, ideológicas e culturais esses elementos se transformam e se condicionam mutuamente, sempre de maneira singular.

A respeito da noção de fronteira para Barth e a compreensão do fenômeno de etnicidade, entende-se que:

Num primeiro nível, ela volta a sublinhar que a pertença étnica não pode ser determinada senão em relação a uma linha de demarcação entre os membros e os não-membros. Para que a noção de grupo étnico tenha um sentido, é preciso que os atores possam se dar conta das fronteiras que marcam o sistema social ao qual acham que pertencem e para além dos quais eles identificam outros atores implicados em um outro sistema social. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.152)

A partir do conceito de fronteira, evidenciaremos a relação do Kaingang entre a terra e a cidade, entre lá e cá.

### 3.2 *Entre lá e cá: os Kaingang entre a terra e a cidade*

Quando Barth menciona que “a manutenção das fronteiras baseia-se no reconhecimento e na validação das distinções étnicas no decurso das interações sociais” Poutignat; Streiff-Fenart (1998, p.158), reconhecemos que a sociedade envolvente impõe a ideia de limites físicos entre uma cidade e outro, um território e outro, o que difere das concepções do grupo indígena Kaingang em foco. O que fica em evidencia nas entrevistas é o fato de pertencerem ao território, e seus efetivos direitos quanto as diferentes territorialidades, nesse viés, os deslocamentos que realizam entre lá e cá, podem ser compreendidos nas falas abaixo:

[...]Então ele contava que que quando ia pra Londrina com o avô dele, ele era bem pequenininho, ele ia com o avô dele em Londrina, e lá era mato, então eles iam lá pra fazer troca com os indígenas que tinha lá (território onde encontra-se a atual cidade de LONDRINA), eles faziam troca de mercadoria, então eles levavam lá, e o que dava em troca eles traziam. Então nesse nesse caminho que eles faziam, ele falou que o vô dele ia encontrava os indígenas que não usava roupa, aqueles pelados, que vivia no mato mesmo. (Entrevista Kaingang nº 4).

[...] tem muita coisa inclusivi a beira do Tibagi confrontando com Londrina Ibiporã tem duas aldeia indígena, duas aldeia indígena, uma é Limoeiro e outra é Japutinga. Daí tinha duas aldeia Guarani uma aldeia Kaingang. Pra baixo de Jataizinho tem Sertinopi que era aldeia Kaingang também. Então uma coisa que dá pra gente esclarece, isso que eu falei para você que às vezes tem gente que conta uma coisa que que lá na frente vai ser descoberto. Então se ali do lado do Limoeiro que é do lado de Ibiporã Maravilha, por exemplo nois nois ia com a minha avó, convivemo bastante, quando eu falo bastante tempo com minha avó, a gente conviveu ali numa ilha de frente com Maravilha, é é a gente conviveu assim cinco ano, três ano, dois assim, com uns índio ali, tinha, tinha não, tem até hoje uma ilha espaço disponível assim os índios não tem até hoje uma ilha no meio do que vai ver ela deve dar uns oito alquere de terra, então a gente conviveu ali dentro dele, os padre dizia que era deles mas era dos índios padres tomaram conta sabe, daí sempre ia padre lá, deve ter hoje lá, faz uns ano que num vou lá. Então se tinha ali confronto com Londrina, como é que não existia índio naquele tempo ali? Eu vou, sempre eu vou dá palestra ali lá no museu como é que no museu tem umas urna indígena, potão grande assim. [...] daí eu pergunto assim pra eles, onde é que ceis acharo , porque eu não sei lê, tem escrito mas eu não sei onde é que acharo. Onde é que ceis acharo isso aqui? Eles falaro, nois achemo aqui, o japoneis fazendo terra, aqui na beira do Tibagi, pertencendo Londrina foi achado aqui. Daí eu já conhecia essa cerâmica, eu conheço a cerâmica Kaingang e a cerâmica Guarani, uma é deferente da outra. Aí eu falei assim pra eles, mas isso aí é de japoneis isso aí ou é dos dos não índio, daí falo, não isso aqui é cerâmica indígena. Daí eu falei, cê sabe de qual tribo que é? Eles fala que é de Kaingang. Aíi quando eles acha essa cerâmica lá, como que eles fala que ali não habitava índio? Daí tá uma mentira claramente. Que é ali habitava índio que 1925 ou é 35, uma coisa assim.(Entrevista Kaingang nº 5).

Pra mim é, em outro que eu passei em outros Aldeia que eu passei em outra cidade que eu passei não tinha esse aí, mas se é uma passagem da comunidade indígena é bom, é bom! Só que não é pra fica morando, eu penso isso, mas como como eles fica lá, porque na aldeia na aldeia não tem mais o que fazer se vai lá no rio pra pescar você não consegue pegar nenhum peixe, se vai pra caça, se não consegue mata um bicho por isso o pessoal fica mais lá. Então é por causa desse descuidamento dos nossos território, dos nosso, o fazendeiro que fica mais próximo, fica contaminando isso aí, aí a comunidade tem que ir pra cidade, inclusive até eu daqui um dia tô indo também, então é uma coisa que a gente fica pensando também. Porque daqui uns dia num vai ter mais nada, bem porque daí não vai ter mais nada as nossas terras que tem vão ficar pequeno, eu tenho que ir embora daqui, então eu acho que se tivesse passagem dos indígenas acho que seria interessante mas primeiro nós tem que saber o que que é pra fazer qual que seria o dever dos indígenas lá, é para mora ou só da uma passagem por lá, pra ficar alguns dias lá é importante isso é, é importante, porque nós também tem mesmo direito a sobreviver na cidade também que, só que tem gente que não entende isso, a lá na cidade já começa a criticar muito a gente, por causa disso aí. (Entrevista Kaingang nº 7).

O fato da prefeitura ter criado uma infraestrutura física para que possam permanecer na cidade enquanto vendem seus produtos parece ter consolidado uma estrutura que já existia de forma espontânea: vivem nas aldeias onde fazem roças de subsistência, caçam e coletam nos remanescentes das matas, pescam no inverno nos pari que armam nas corredeiras dos rios e durante períodos de dez a quinze dias a cada dois ou três meses, acampam na cidade. A forma como se territorializam na cidade e a importância do comércio de artesanato para a reprodução social dos Kaingang indica que a cidade se tornou uma extensão do seu território de sobrevivência física e cultural.

Tommasino (1998), ao produzir relatório antropológico a respeito de famílias Kaingang que viviam em Chapecó-SC, menciona que “[...] tanto a pesquisa de Londrina quanto a de Chapecó foram importantes para compreendermos que a sua presença nas cidades está relacionada ao processo mais ou menos recente de (re)territorialização em espaços que faziam parte de sua história”. Especializando os municípios do estado do Paraná, é possível analisar segundo Tommasino, que “todos os municípios do médio Tibagi pertenciam aos Kaingang daquela bacia e a terra onde fica a cidade de Londrina era território de caça e coleta dos índios”. Ao encontro desse ponto, Tommasino (1998) abordou o posicionamento dos indígenas que viviam com suas famílias na cidade de Chapecó, estado de Santa Catarina, “é isso aí que a gente se preocupa porque índio não era prá tá na cidade, mas a cidade vem em cima do que é do índio, vocês pensam que o índio tá invadindo a cidade, mas não é isso aí porque índio já vivia há muito tempo, 80, 90 anos vivia aqui”. Diante da fala apresentada no relatório antropológico, Tommasino (2004, p. 68) exemplifica que, “tal como se observa em outros grupos Jê, todo o território Kaingáng era recortado por estradas e caminhos

periodicamente percorridos pelos indígenas [...], deslocamentos esses condicionados pelo movimento da natureza.

Entre lá e cá, mencionado no subtítulo final, tem por objetivo apresentar o deslocamento do indígena Kaingang do Apucarantina em direção a cidade. Nesse ponto (a cidade) acreditamos que os discursos dos mesmos caracterizarão o município de Londrina, entretanto, sabemos que o fluxo de comércio, bens e serviços como procura deles, está no recentemente emancipado município de Tamarana, ou como afirma Góes (2017, p. 803), “a comercialização geralmente envolve dias de viagens e longas distâncias. Muitas vezes a família segue com a produção acumulada de várias semanas para cidades distantes mais de 500 quilômetros de sua residência”.

Aa, eu mesmu num faço né, mais minha minha filha sempre sai cás outras família né, vende artesanato. Mais ela num vendi aqui. Eles vão fora. Eles vão lá pra São Paulo. Fica duas semana já volta. As vezes consegue vende tudo lá em São Paulo, lá em São Carlos. Eles vendi bem, lá em São Carlos tem um pessoal qui leva eles na fera. Daí eles vendi só na fera.(Entrevista Kaingang nº 6).

A mulher foi lá vende os balaio, tá lá em Presidente Prudente. (Entrevista Kaingang nº 11).

A respeito dessas citações, recordo de um momento único. Em uma aula do sétimo ano, estava trabalhando regionalização, abordava a divisão das cinco regiões brasileira, e quando comentei sobre o estado de São Paulo, ao falar do Sudeste, um aluno rapidamente soltou a voz no fundo da sala: “Tem Araraquara né”. Com toda a certeza, ele repetiu. Impressionado com a assimilação do meu aluno, respondi que sim, e perguntei se ele conhecia. Ele comentou que tinha viajado para lá com a família para vender balaio.

Entre diferentes territorialidades, entre a terra e a cidade, a configuração dos acampamentos temporários para abrigo e descanso nos períodos de venda dos artesanatos, os Kaingang se territorializam nos diferentes espaços da cidade de Londrina. A formação de acampamentos fora do espaço físico da terra indígena não é uma realidade recente, como afirma Tommasino (1995, p. 118): “a subsistência ainda continuava sendo a caça e a coleta e, como em outros aldeamentos, com a decadência crescente desses núcleos, a maioria dos índios (sic)<sup>34</sup> preferia estabelecer-se em toldos fora das terras do aldeamento”, como relembra a Kaingang nº 4, na seguinte fala:

---

<sup>34</sup> Cf. TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em Movimento**. 1995. 348 f. Tese de Doutorado – (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

[...] o Wãre era onde eles acampavam, iam com a família, ali tem tal coisa, tem tal fruta, tem caça, então vamo pra lá. Daí eles pegavam uma família e iam pra lá. Ficavam um tempo ali. Aí quando eles viam que tava diminuindo a caça, porque eles tinham né, tinham os líderes deles que andavam o território inteiro, então esses líderes conheciam né o espaço que tinha caça, onde tinha fruta, porque eles viviam disso né. Onde tinha água boa pra tomar, e também antes, eles sabiam aonde que o povo deles fazia ritual, então vamô pra lá, lá é bom de fica, lá nos vamô fica protegido, lá tem mais mato, então vamô pra lá, e assim eles iam andando né. Os roçados deles que eles faziam, eles não faziam todo ano assim um atrás do outro, quando eles viam que tava acabando, tava prejudicando mesmo o meio ambiente que nem tá acabando os matos, eles já se combinavam. Então nós vamos pra lá, nós temo que deixar crescer agora, então todos vão pra lá e os que ficavam não mexiam né na naqueles matos né, deixavam crescer, aí fazia outra coisa né que não tava prejudicando os matos, os roçados deles. Então eles sempre tavam de um lugar pra outro, sempre junto. (Entrevista Kaingang nº 4).

A desterritorialização num lugar significa reterritorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. Desta forma, o território para o indígena, que antigamente era apenas um, ganha diferentes construções e o que era mato, passa a ganhar diferentes ressignificações. Entretanto, a lógica dos acampamentos temporários de tempos decorridos, não se altera, estando intrinsicamente ligado ao Vãre-Centro Cultural Kaingang, como é abordado nas falas dos Kaingang nº 7, 8, 9):

Porque na verdade o território, quando eu falo o território é onde que os índios ficava, aqui em Londrina, muitas vezes ali é passagem dos indígenas. Uma vez que eu tive no museu, no salão eu vi uma placa lá dizendo que os os sertanejos chegaram aqui ficaram que não sei o quê não tinha os indígenas só que você vê, todas as região metropolitana de Londrina que tem nome, a fala é de comunidade Kaingag e de comunidade Guarani. Que nem Tamarana, Guaravera, Ilerê, Paiquerê, Cambé, são 5 região metropolitana de Londrina que tem nome a fala dos Kaingang. Ibiporã que já é dos Guarani. E e eles fala que eu não tinha os indígenas aqui. Então cê vê é uma coisa que não tem cabimento. Por onde se passou se tem sua história. (Entrevista Kaingang nº 7).

Eu morei 9 meses no centro cultural da 10 de dezembro a gente morava lá acho que uns nove meses, e tem bastante parentes, até porque o indígena se denomina todos parentes né, eu tenho muitos amigos tenho amigos que ficaram lá, estão lá até hoje. Foi a gente chegou aqui a gente ficou aqui aí depois meu marido foi para Londrina para ver se arrumava o serviço aí ficou no centro cultural aí passou um mês nesse pouquinho eu fui atrás dele, aí ficamo lá nove meses, aí como ele trabalhava lá e eu também já trabalhava, aí a gente alugou uma casa, pra gente levar a [nome da filha] para estudar lá, e pra gente fica pra lá né, porque querendo não querendo lá lá a gente tinha um serviço, aqui a gente não tinha nada, mais aí a [nome da filha] não se adaptou à escola dos não índio, aí eu tive que saí do centro cultural porque eu tinha que te uma declaração de residência para conseguir matricular ela, aí a gente conseguiu uma casa, a declaração de residência, mas ela não se acostumou lá na escola dos não-índios, aí que a gente voltou voltou para terra indígena mais por causa dela para ela terminar os estudos né, mas eu gostava muito de morar em Londrina, gosto muito de morar em Londrina. (Entrevista Kaingang nº 8).

Quando eu era pequena eu fui, eu vim com a minha avó, porque morava lá em Ortigueira né, daí tinha acho, uns 7 anos, daí eu vim com eles pra pra vende artesanato, quando tinha aquele 'centro cultural bom' né, agora esse, nesses anos que eu tô morando aqui eu num fui mais lá, só de passagem mesmo, não pra vende. (Entrevista Kaingang nº 9).

A respeito da manutenção cultural de determinado povo, Souza (2012, p.53) comenta:

Determinados artefatos são característicos de certos povos indígenas, tendo significados históricos e míticos de grande expressão para o grupo. Garantir a manutenção e o aprimoramento da produção destes itens, portanto, é uma das condições para a reprodução cultural dos povos indígenas. Em termos de gestão territorial, é tão importante pensar na disponibilidade das matérias primas necessárias para a produção destes itens, como na manutenção da transmissão dos conhecimentos e das técnicas de confecção através das gerações.

Para resistirem ao sistema capitalista, os indígenas que vivem nas territorialidades da cidade de Londrina, realizam a confecção e venda de artesanatos pelas ruas da cidade. Aqueles que não sabem produzir artefatos indígenas, desempenham outras funções na busca de ganhar dinheiro para comprar alimentos, roupas, e produtos de necessidade básica. A respeito deste assunto os trechos abaixo comprovam:

Não meu marido ele trabalhava na de construção, eu trabalhava de diarista, lá bem em frente ao centro cultural, tinha uma pedagoga e o marido dela tinha uma tem uma fábrica eu acho agora não me lembro do que nunca perguntei porque também, aí era bem em frente o Centro Cultural, aí eu comecei a trabalhar lá, fiquei trabalhando lá um tempão, aí ela me arrumou muitas diárias os funcionários do marido dela tudo. (Entrevista Kaingang nº 8).

“Os indígena vem pra casa pra tenta ganha alguma coisa pra come, porque lá na aldeia tá difícil, não tem mais palmito, não tem mais fruta, não tem peixe, não tem mais caça. Temos que trabalha pra sustenta as nossas famílias sol-a-sol”. (Entrevista Kaingang nº 11).

Em conversa com o Kaingang nº 12, ele menciona que cuida do Vãre- Centro Cultural Kaingang, desempenhando a função de liderança, auxiliando os demais indígenas que ali se encontram. Durante alguns períodos, realiza a função de pintor, trabalhando autônomo para garantir a sobrevivência, pois afirma que “precisa ter dinheiro pra se alimenta, se não morre” e complementa dizendo, “não tô aqui pra fica rico, índio não é ganancioso, não que tirar nada de ninguém, não é capitalista, nem destruidô”.

O Vãre- Centro Cultural Kaingang completará em 2019 seus vinte anos de funcionamento, com ressignificações acerca de sua estrutura física, e a permanência dos Kaingang entre a terra e a cidade com seus espaços dominado pela lógica da dita sociedade envolvente que por ora, deveríamos chama-la de sociedade excludente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas pesquisas geográficas são utilizados métodos de análise dos fenômenos que competem ao objeto de estudo desta ciência. Assim, para que sejam desvelados os fenômenos acerca da produção humana no espaço geográfico, os métodos são imprescindíveis para a busca da verdade desta ciência. Seja no olhar físico ou humano são utilizados métodos positivistas, neopositivistas, estruturalista, fenomenológicos, ou seguindo a vertente do materialismo histórico, mediante os paradigmas científicos existentes em cada tempo histórico.

Se não fossem os indígenas Kaingang e Xokleng, que viviam em terras paranaense anterior aos escritos de pesquisadores nas décadas de 30 e 40, muito do que temos hoje estariam em verdadeiras cinzas sob o solo. Os Europeus migrantes e pobres que aportaram nesse chão indígena, na metade do século XIX e XX, já encontraram uma civilização indígena, cabocla, tropeira, erguendo suas vidas sobre esses povos.

Na territorialização há limites, ajuste e distinção. Como afirma Saquet (2007), o território resulta das relações sociedade/natureza e é condição para a reprodução social; campo de forças historicamente determinadas. As forças sociais efetivam o território, o processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos e emanado dela, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, que condicionam nossa vida cotidiana. Formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos fundada em desigualdades e diferenças. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão certa forma e determinados conteúdos ao território e aos territórios.

Do mesmo modo, utilizamos sua teoria para compreender a articulação do Estado com os agentes do capital, nos processos de des-re-territorialização. Todavia, simultaneamente à desterritorialização há reterritorialização, que condicionam mutuamente e resultam da energia de trabalho, um movimento dialético de continuidade e descontinuidade, ou seja, no processo de desterritorialização há a perda do território e na reterritorialização “uma reprodução de elementos do território anterior, em algumas de suas características. O velho é recriado no novo”. (SAQUET, 2008, p. 51). É nesta perspectiva que centramos nossos desdobramentos teórico metodológicos para análise e interpretação dos processos de des-reterritorialização na região.

A recém-criada Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI), decretada no ano de 2012 produz efeitos lentos, no entanto, incisivos frente a inúmeros problemas gerados principalmente pela sociedade envolvente. Esta

importante conquista para os povos originários do Brasil, combina políticas ambientais e indígenas, inter-relacionando-os com os impactos que suas relações materiais e imateriais podem gerar, na preservação do meio ambiente.

Uma maneira de cobrar uma posição do Congresso Nacional aos constantes ataques a política indigenista, e apropriação desenfreada do agro sob terras indígenas, constituiu a Mobilização Nacional Indígena, em Brasília em Outubro do ano de 2013. Diversos povos, representando movimentos e populações tradicionais, manifestaram contra a bancada ruralista que a serviço dos interesses privados, querem a qualquer custo, querem tirar os direitos destes povos, contrapondo a Constituição Federal de 1988.

Entre inúmeros projetos de lei e emendas constitucionais, propostas para apropriação dos bens naturais e culturais que as terras indígenas guardam, se faz necessário citar alguns. A PEC 215, proposta aprovada na Câmara Federal, na qual passa a decisão final da demarcação de terras indígenas do Executivo para o Legislativo, proíbe a ampliação de terras já delimitadas, dificultando o reconhecimento de novos territórios, bem como garante indenização a fazendeiros. Um verdadeiro retrocesso na história de conquista dos direitos indígenas, deixando a população originária cada vez mais vulnerável. O texto também inclui um marco temporal, em que os povos indígenas e quilombolas somente teriam direito à terra se já a estivessem ocupando em 5 de Outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou seja, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou a interpretação do artigo 231 da CF formulando, e por consequência, dando outra compreensão do que a lei aplica e garante, dizendo que a expressão “terra que tradicionalmente ocupam”, deveria passar a ser lida como “terras que tradicionalmente ocupam na data da promulgação”.

Destacamos que são essenciais as definições de diretrizes e estratégicas de atuação dos diversos órgãos política indigenista brasileira. Desta maneira, a política de proteção e promoção dos Povos Indígenas visando a posse plena por eles em seus territórios, devem ser pautadas pelo reconhecimento da autonomia indígena, pelo reconhecimento da necessidade de políticas específicas e diferenciadas, a incorporação da temática indígena por outros órgãos públicos e pelo diálogo intercultural, abordando a proteção social, o etnodesenvolvimento, tema recente no qual atualmente possui referenciais metodológicos, a regularização fundiária, o monitoramento e fiscalização territorial por parte dos órgãos responsáveis e uma gestão ambiental e territorial que contemple anseios do povo tradicional em foco, não deixando lacunas para implantação de grandes obras em suas terras.

Reafirmamos que nosso estudo possui uma grande riqueza metodológica, uma vez que estávamos entre os nossos personagens principais, vivenciando e sentindo seu

riquíssimo universo material e imaterial, sendo sujeito ação e participativo no cotidiano da Terra Indígena Apucarantina.

Entre lá e cá, evidenciamos através de incontáveis teorias e práticas, proposições que objetivaram identificar o conceito de terra e território, desde os primórdios de uma história contada por vencedores, donos de terras e majoritariamente opressores que integrava a dita sociedade envolvente. As proposições acerca dos empreendimentos planejados, e por vezes, efetivados, em terras indígenas, encaminhou a proposta de esclarecimento a respeito do meio ambiente, os impactos gerados pelos mesmos, no meio natural e na identidade material e imaterial dos Kaingang da Terra Indígena do Apucarantina e do Vãre- Centro Cultural.

Acreditamos que desenrolar os fatos em escritos contraditórios a respeito da origem indígena no território paranaense, e das ações praticadas pelas frentes ali presente, foram fundamentais na compreensão das políticas indigenistas, e dos eventos sucedidos no Paraná, década a década, levando atualmente a uma invisibilidade dos saberes indígenas, frente a uma sociedade capitalista obcecada pelo lucro e acúmulo.

Por entre territorialidades, a presença na terra e na cidade, evidenciamos a presença marcante da etnia Kaingang nos territórios do Norte Paranaense, bem como a resistência dos mesmos a inúmeros atos excludentes que sofrem. Seja por meio da PEC 215, da PEC 237 que permite que produtores rurais que exploram territórios indígenas, se comprometam com o aproveitamento racional e adequado de recursos naturais, ou as inúmeras portarias e projetos de lei que a cada dia os representantes políticos formulam. A frase do Kaingang nº 5 durante a entrevista, em um banco de madeira, no quintal de uma casa simples, rebate e compreende os efeitos que recaem sob seu povo, dizendo: “eles tem medo, fala que os que índio tá tomano o espaço, mai tem uma outra pra fala pra você, eles lutaro 500 anos pra acaba com nois e num pudero, agora eles num acaba mais”. Sem maiores formulações a respeito da temática abordada, a mensagem de esperança que fica a sociedade envolvente é que precisamos resistir e existir, afinal a causa indígena é de todos nós, entre lá e cá.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Wagner Roberto do; JUNIOR, Miguel Etinguer de Araujo. Mobilização de Camponeses e Indígenas Ameaçados pela UHE São Jerônimo, no Vale do Rio Tibagi, Região de Londrina-Pr: Memória de lutas, Resistências e de Conquistas. In: SARAIVA, Luiz Alex Silva; RAMPAZO, Adriana Vinholi (Org.). **Energia, organizações e sociedade**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2017. p. 247-283.

ANDRADE, Eduardo Tardeli de Jesus. **Kaga inh, hãrá inh há é** : processos de enfermidade e cura entre os Kaingang da terra indígena Apucarana. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Acompanhamento das pequenas centrais hidrelétricas. **Expansão da oferta de energia elétrica**. Fev. 2018. Disponível em: <[www.aneel.gov.br/documents/655816/16206736/PCH\\_Ralie\\_fev\\_2018](http://www.aneel.gov.br/documents/655816/16206736/PCH_Ralie_fev_2018)>. Acesso em: 15 Jun. 2017.

AMPARO, Sandoval dos Santos. O lote e a maloca: territorialização indigenista, mudanças no saber-fazer arquitetônico e a evolução da paisagem nas aldeias indígenas, um estudo de caso a partir dos Kaingáng. **Pós. Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da USP**. V.23, p. 26-46, 2016.

BARRETO, Helder Girão. **Direitos Indígenas: vetores constitucionais**. Curitiba: Juruá, 2003. 152 p.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: editora expressão popular, 2008. 264 p.

BOND, Rosana. **CADERNO da Ilha: O fascinante caminho do Peabiru**. Florianópolis, n. 2, fev.2004. Disponível em: <<http://cadernosdatilha.blogspot.com>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BONI, Paulo César. As transformações geográficas e populacionais de Londrina na década de 40. In: \_\_\_\_\_. **Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá**. Londrina: Planográfica, 2009. p. 51-66.

BRAND, Antônio. História oral: perspectivas, questionamentos e sua aplicabilidade em culturas orais. **Revista História Unisinos**. São Leopoldo, v. 4, n. 2, p. 195-226, 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/historia/issue/archive>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

BRASIL. **Decreto-lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o estatuto do índio. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm)>. Acesso em: 5 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Planalto. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94949/decreto-6040-07>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

CIMBALUK, Lucas. **A criação da aldeia Água Branca na Terra Indígena Kaingang Apucaraniha**: “política interna”, moralidade e cultura. 2013. 250 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (CMNP). **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. 3. ed. 2013. 254 p.

CORRÊA, Fernando A. **História da Região “Três Bocas” no norte do Paraná**. 1991.

CORREIA, Jorge Luiz; STEINKE, Rosana. **Colonização do Norte do Paraná (1925 – 1960)**: apontamentos acerca de seu estudo e da produção de um material didático. Disponível em: <[www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2424-8.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2424-8.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Desenvolvimento sustentado, gerenciamento geoambiental e o recursos naturais**. Cadernos FUNDAP. v.9, n. 16, p. 33-45, 1989.

DUARTE, Amauri. **Projeto da usina hidrelétrica São Jerônimo**: conflitos e contrastes. 2002. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2004.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Rondon**: a construção do Brasil e a causa indígena. Brasília: Abravideo, 2009. 138 p.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?. In: RICARDO, Fany (Org.) **Terras Indígenas e unidades de conservação da natureza**. O desafio das sobreposições territoriais. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, Milton [et al.]. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 375-409.

GÓES, Paulo Roberto Homem de. E o rio secou: impactos da primeira UHE na bacia do Tibagi (PR). In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (Org.). **Povos indígenas no Brasil: 2011-2016**. São Paulo: Instituto Socioambiental-ISA, 2017. p. 801-803.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: Eduff. São Paulo: Contexto, 2002. 188 p.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. (Orgs). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007. p. 33-56.

HELM, Cecília Maria Vieira. **Laudo Antropológico. Povos indígenas da Bacia do Tibagi – Kaingáng e Guarani – e os projetos das usinas hidrelétricas Cebolão e São Jerônimo**. Curitiba: CNIA/COPEL, 1998.

\_\_\_\_\_. Povos indígenas e projetos hidrelétricos no estado do Paraná. In: STIPP, Nilza Aparecida Freres (org). **Análise ambiental – usinas hidrelétricas**: uma visão multidisciplinar. Ed. UEL, NEMA, Londrina, 1999. p. 17-27.

HOFFMANN, Maria Luisa; PIVETA, Patrícia. O nascimento de Londrina deu início ao processo de colonização do Norte do Paraná. In: BONI, Paulo César (Org.). **Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá**. Londrina: Planográfica, 2009. p. 17-50.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000**. Acesso em: 03 jun. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características gerais dos indígenas**. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Caracteristicas\\_Gerais\\_dos\\_Indigenas/pdf/Publicacao\\_completa.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_dos_Indigenas/pdf/Publicacao_completa.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Material**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 19 dez. 2018.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais: mesorregião geográfica Norte Central Paranaense**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004. 146 p.

\_\_\_\_\_. **Leituras regionais: mesorregião geográfica Norte Pioneiro Paranaense**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004. 141 p.

\_\_\_\_\_. **Leituras regionais: mesorregião geográfica Noroeste Paranaense**. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004. 141 p.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (Org.). **Povos indígenas no Brasil: 2011-2016**. São Paulo: Instituto Socioambiental-ISA, 2017. 827 p.

JUNIOR, AD. **Descolonizando: Entendendo o Racismo Estrutural e a Eugenia no Brasil**. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=983Ffgj\\_gBw](https://www.youtube.com/watch?v=983Ffgj_gBw)>. Acesso em: 16 dez. 2018.

JUNIOR, Antonio Mendes; RONCARI, Luís; MARANHÃO, Ricardo. **O ciclo das bandeiras de apresamento**. São Paulo: digital mídia Editora Ltda., 1995.

LACOUTURE, Jean. **Os jesuítas: os conquistadores**. Porto Alegre: L&Pm Editores, 1994. 531 p.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história**. Francisco Beltrão-PR: GRAFIT, 2003. 320 p.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Raça e história**. 2. ed. São Paulo: Abril cultural, 1980.

LITTLE, Paul Elliott. Espaço, memória e migração. Por uma teoria de reterritorialização. v. 2, n. 4. 1994. p. 5-25.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. **Secretaria Municipal de Assistência Social**. Disponível em: <<http://www.londrina.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia**. Disponível em: <[http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=552&Itemid=561](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=552&Itemid=561)>. Acesso em: 20 out. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Não há Terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo.** Editora Vozes. Petrópolis: 1986. 112 p.

MAGALHÃES, Edvard Dias (org.). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas.** Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003. 591 p.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MISSÃO RONDON. **Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915.** Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2003. 282 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). 199 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ratzel e a Antropogeografia. In: \_\_\_\_\_. **Geografia: pequena história crítica.** 21. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. p. 18-21.

MORGAN, Nestor Luiz; CASTANHA, André Paulo. Conflitos entre índios e europeus na região de Guaíra no Paraná: séculos XVI e XVII. **Faz Ciência.** Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE. Campus de Francisco Beltrão. v. 13, n. 18, p. 205-228, jul./dez., 2011.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924).** Maringá: EDUEM, 1994. 275 p.

MÜLLER, Nice Lecocq-. Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia.** n. 22, mar., 1956. p.55-97.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).** São Paulo: Paulinas, 2012. 230 p.

NOVAK, Éder da Silva. **Os Kaingang do Apucarana, o órgão indigenista e a usina hidrelétrica do Apucarantina.** 2017. 438 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2017.

\_\_\_\_\_. Os kaingang e a reestruturação do território indígena Apucarana (Pr) no Século XX. **Revista Territórios e Fronteiras.** Cuiabá, v. 11., n. 1, p. 279-307, jan.- jul., 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Terras indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica”. **Boletim do Museu Nacional.** n.44, Rio de Janeiro, 30 de out. 1983. (Nova Série Antropologia).

\_\_\_\_\_. **O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar.** São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq, 1988.

\_\_\_\_\_. Viagens de Ida, de Volta e Outras Viagens: Os Movimentos Migratórios e as Sociedades Indígenas. **Travessia,** São Paulo, v. 24, p. 5-9, 1996.

\_\_\_\_\_. “Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das terras indígenas”. In: Pacheco de Oliveira, João (org.). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998, p.15-42.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (Org.). **Indigenismo e Territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. Série Territórios Sociais.

OLIVEIRA, Juliana Sieni de. **Formação Sócio-Espacial do Município de Tamarana-PR**. 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 107 p.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. 2 ed. Curitiba: Ipardes, 2006. 306 p.

PARELLADA, Claudia Inês. **Um tesouro herdado: os vestígios arqueológicos na cidade colonial de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632)/ Fênix- PR**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. 211 p.

\_\_\_\_\_. Villa Rica del Espiritu Santo: ruínas de uma cidade colonial espanhola no interior do Paraná. **Arquivos do Museu Paranaense, nova série arqueologia**, Curitiba, n.8,58p., 1993.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias de etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. 250 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1994. 269 p.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

RAMOS, Lucimara Maria de Moura. **Vénh Jykré e Ke Ha Han Ke**: Permanência e Mudança do Sistema Jurídico dos Kaingang no Tibagi. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília. Brasília, 2008. 255 f.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 464 p.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. p. 69-90.

SAQUET, Marcos Aurelio. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In. HEIDRICH, Álvaro Luiz. et. al. **A emergência da multiterritorialidade**: A resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ubra; Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979. 156 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. A questão: o uso do território. In: \_\_\_\_\_. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 19-22.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pela comarca de Curitiba**. Curitiba: coleção Farol do Saber, 1995. 182 p.

SEEGER, Anthony; CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. **Terras e Territórios Indígenas no Brasil**. Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1979. p. 101-109.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia**- UEM. Ano 10. N. 01. 1992. p.61-93.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton [et al.]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 282-312.

SILVA, Luiz Fernando Villares e. (Org.). **Coletânea da legislação indigenista brasileira**. Brasília: CGDTI/FUNAI, 2008. 818 p.

SOUZA FILHO, Frederico Carlos Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba:Juruá, 1998. 212 p.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. “Fundação Nacional do Índio (FUNAI)”. In: Abreu, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-30**. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p.2426-2432.

SOUZA, Cássio Noronha Inglez de. Gestão territorial - conceitos fundamentais. In: SOUZA, Cássio Noronha Inglez de; ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de. **Gestão territorial em terras indígenas no Brasil**. n. 6, v. 39. Brasília: Ministério da Educação. Coleção educação para todos. Série vias dos saberes. 2012. p. 26-75.

TAMARANA. Prefeitura Municipal. **História da cidade**. Disponível em: < <http://tamarana.pr.gov.br/pagina/historia-da-cidade/>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

TOMAZI, Nelson Dacio. “**Norte do Paraná**” história e fantasmagorias. 1997. 338 f. Tese de Doutorado - (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

\_\_\_\_\_. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. 351 p.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê Meridional em Movimento**. 1995. 348 f. Tese de Doutorado – (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. Os novos acampamentos (wãre) Kaingang na cidade de Londrina: mudança e persistência numa sociedade jê. **Revista Mediações**. Programa de Pós-graduação do Departamento de Ciências Sociais. V. 3, n. 2, jul./dez., 1998. Londrina, Pr. p. 66-71.

\_\_\_\_\_. Os Kaingang de Chapecó. Alteridade, historicidade, territorialidade. **Relatório de Identificação das famílias kaingang residentes na cidade de Chapecó**. Chapecó: FUNAI, 1998.

\_\_\_\_\_. Território e Territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (Org.). **Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos de Territorialização dos Kaingang nas Cidades**. Fórum de Investigação Jê do Sul, Curitiba, 11 a 15 nov. 2001.

\_\_\_\_\_. Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da Bacia do Tibagi. In: Tommasino, K; Mota, L. T.; Noelli, F. (Org.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, p. 355-413, 2004.

UNESCO. **Patrimônio cultural imaterial**. Brasília, DF: Unesco, 2008.

VEIGA, Juracilda. **Organização social e cosmovisão Kaingang**: uma introdução ao parentesco, casamento e nomeação em uma sociedade Jê Meridional. 1994. 226 f. Dissertação – (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 1994.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

VELHO, Gilberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. **Artefato**: Jornal de Cultura, ano 1, n. 1, 1978.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 5. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda, 1982. 185 p.

\_\_\_\_\_. **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Graf. Vicentina, 1987. 178 p.